UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Daniele Vasco Santos

DOCUMENTOS DE SUBJETIVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O CURRÍCULO EM UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM GÊNERO

Belém/Pará

2009

Daniele Vasco Santos

DOCUMENTOS DE SUBJETIVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O CURRÍCULO EM UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Josenilda Maués.

Belém/Pará

2009

Daniele Vasco Santos

DOCUMENTOS DE SUBJETIVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O CURRÍCULO EM UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Josenilda Maria Maués da Silva – Orientadora

Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____

Prof. Dr. Ricardo Pimentel Méllo – Membro

Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Profa. Dra. Maria Angélica Motta-Maués - Membro

Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____

Profa. Dra. Ivany Pinto Nascimento - Membro

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Avaliado em:_____

Conceito:_____

AGRADECIMENTOS

À minha mãe (Aracy Vasco), meu pai (José Santos) e meus irmãos (Cibele, Adriano e Carlos Robert) pelo amor, pelo incentivo aos estudos e suporte quase que diário nesses últimos meses.

Ao Alex Wagner, meu amor, com quem me reinvento sempre, que esteve perto em todos os momentos.

A minha sogra (Conceição), meus cunhados e meus pequenos amados: Neto, Gustavo, Fernandinho, Guilherme, Emanuel, Marcinho e João Murilo, pelos domingos que tanto gosto e por todo afeto.

Às amigas queridas Alyne Alvarez, Ângela Flexa, Evelyn Ferreira e Geise Gomes pela amizade de todos esses anos e por se inscreverem neste trabalho de muitos modos.

À Josenilda Maués, orientadora querida, por ter apostado no meu trabalho e por todo afeto que nos vincula, fundamental ao meu aprendizado de solidão e diligência necessárias ao exercício da pesquisa.

Aos membros da banca por acompanharem o percurso do trabalho, com valiosas contribuições na ocasião da disciplina Seminários de Dissertação, no exame de qualificação, e por terem aceitado o convite de participação na avaliação final.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas (Alyne Alvarez, Ângela Di Paolo, Amanda Cruz, Daniele Miranda, Elaine Arruda, Geise Gomes, Juliana Pessoa, Larissa Medeiros, Maria Lúcia e Ricardo Méllo) por ter sido importante espaço coletivo de estudo e pesquisa, sempre permeado pela alegria, amizade e bom humor.

À Profa. Dra. Angélica Maués do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Antropologia da UFPA, que possibilitou minha inserção nos estudos das relações de gênero nas manhãs agradáveis regadas a chás e muito bom humor, pela seriedade e afeto com que recebe a todos que desejam os desassossegos da vida acadêmica.

Ao Prof. Dr Ricardo Mèllo (UFCE) pelas leituras cuidadosas e provocações feitas aos meus textos, desde 1996 no curso de Psicologia/UFPA, que reverberam neste trabalho e em meu percurso acadêmico de modo indizível.

À Profa Dra. Flávia Lemos pelas discussões e indicações de leitura na disciplina “Processos de Subjetivação, História e Política”, no Programa de Pós-Gradução em Psicologia/UFPA, pela potência dos ditos que dispara e pela nova amizade.

À Sonia Figueiredo e Graça Costa pelos encontros repletos de inquietações com o trabalho no campo das relações de gênero e por todo carinho com que me receberam na FASE, indicando pistas para as análises dos documentos.

Aos que compartilharam comigo os anos do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação: os professores (em especial à Profa Dra Sonia Araújo), a equipe da secretaria (em especial à conceição Mendes e Joyce) e a inesquecível turma de 2007 (em especial à Ana Paula, Cristiano Pinto e Jorge Eiró) pelas trocas acadêmicas e afetivas.

Aos amigos queridos, Ana Monica, Antonino Alves, Germana Morais, Edson Bezerra, Márcia Soares, Márcia Lopes, Solange Gomes, Tamar Kanemitsu, Wendell, Medeiros e Vilma Brício, pelos telefonemas, e-mails, e os encontros que sempre me fazem ver beleza e alegria nas coisas.

Aos novos amigos da Saúde Mental (SESPA), Elecilda Pereira e Rodolfo Valentim, pelo apoio e incentivo.

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar os modos de subjetivação colocados em funcionamento no currículo do Programa de Capacitação de Multiplicadores/as em Gênero e Políticas Públicas proposto pela Federação de Órgãos para Assistência Sócio-Educacional (FASE). Adotando como referencial teórico os estudos do campo do currículo e das relações de gênero produzidos por autores como Tomaz Tadeu da Silva, Alfredo Veiga-Neto, Jorge Larrosa, Guacira Louro e Judith Butler, inspirados em grande medida na obra de Michel Foucault, a noção de currículo é assumida como prática discursiva atravessada por relações de poder-saber e envolvida em processos de subjetivação que intencionam transformar indivíduos em sujeitos privilegiando a dimensão das relações de gênero. A análise de modos de subjetivação em funcionamento no currículo do Programa de Capacitação é efetuada tendo como fonte os documentos que subsidiam suas práticas pedagógicas. A partir de uma perspectiva foucaultiana estes documentos têm seus enunciados e seus campos discursivos correlativos descritos, considerando e problematizando as relações de saber-poder em que se inscrevem. Como resultado, evidencia-se o caráter produtivo do currículo investigado ao colocar em funcionamento modos de subjetivação como investimento de estratégias de governo que sinalizam como devem ser as relações de gênero e em que sentido os indivíduos precisam transformar-se para que estas relações sejam alcançadas.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Gênero. Modos de Subjetivação**.**

ABSTRACT

The present work has as a goal to investigate the modes of subjectivation working in the curriculum of the Programa de Capacitação de Multiplicadores/as em Gênero e Políticas Públicas, proposed by Federação de Órgãos para Assistência Sócio-Educacional (FASE). Adopting as a theoretical reference the studies in the curriculum field and the gender relations produced by authors as Tomaz Tadeu da Silva, Alfredo Veiga-Neto, Jorge Larrosa, Guacira Louro e Judith Butler, inspired in a great part in Michel Foucault's reference book, the notion of curriculum is assumed as a discursive practice crossed by can-know relations and involved in subjectivation processes that intend to transform people in subjects patenting the dimension of gender relations. The analysis of the ways of subectivation working in the capacitating program is made as a source the documents that subsidize its education practices. By a Foulcault's view these documents have its statement and its discursive ways correlatives described considering and problematizing the can-know relations that are involved. As a result is evident the productive side of the investigative curriculum making work the modes of subjectivation as government's strategy of investment that shows how the gender relations must be and in what way the person has to transform themselves in order that these relations are reached.

KEYWORDS: Curriculum. Gender. Modes of Subjectivation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – Capa da caixa que abriga as cartilhas..... 14

ILUSTRAÇÃO 2 – Capa da Cartilha “Gênero e Sexo”..... 41

ILUSTRAÇÃO 3 – Capa da Cartilha “Gênero e Poder”..... 42

ILUSTRAÇÃO 4 – Capa da Cartilha “Gênero e Políticas Públicas”..... 43

ILUSTRAÇÃO 5 – Capa da Cartilha “Gênero e Planejamento”..... 44

ILUSTRAÇÃO 6 – “Tereza e sua filha”..... 48

ILUSTRAÇÃO 7 – “Com quem as crianças ficarão?”..... 51

ILUSTRAÇÃO 8 – “José e sua família”..... 51

ILUSTRAÇÃO 9 – “Gênero é a mesma coisa que sexo?”..... 54

ILUSTRAÇÃO 10 – “Proposta para Políticas Públicas”..... 65

ILUSTRAÇÃO 11 – “Maria, a líder comunitária”..... 72

ILUSTRAÇÃO 12 – “Samuel, o líder comunitário”..... 72

ILUSTRAÇÃO 13 – “Tereza e as lideranças tomam café”..... 74

ILUSTRAÇÃO 14 – “Tereza e as lideranças nas ruas do bairro”..... 74

ILUSTRAÇÃO 15 – “Tereza lava roupas”..... 74

ILUSTRAÇÃO 16 – “Planejamento no Centro Comunitário”..... 83

ILUSTRAÇÃO 17 – “Enfoque de equidade”..... 90

ILUSTRAÇÃO 18 – “Enfoque de anti-pobreza”..... 91

ILUSTRAÇÃO 19 – “Enfoque de eficiência”..... 91

ILUSTRAÇÃO 20 – “Tereza negociando as tarefas da casa”..... 97

ILUSTRAÇÃO 21 – “José lava as louças”..... 98

ILUSTRAÇÃO 22 – “Na audiência pública”..... 98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 10
CAPÍTULO 1: CURRÍCULO, RELAÇÕES DE GÊNERO E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO..... 19
1.1 O currículo na perspectiva pós-estruturalista..... 19
1.2 As relações de gênero..... 22
1.3 Os modos de subjetivação..... 26

CAPÍTULO 2: O PERCURSO METODOLÓGICO..... 34
2.1 A noção de discurso como ferramenta..... 35
2.2 Os documentos não estão inertes..... 37
2.3 Erigindo uma arquitetura..... 40

CAPÍTULO 3: OS DOCUMENTOS DE SUBJETIVAÇÃO..... 48
3.1 Os sujeitos que serão transformados..... 48
3.1.1 Espaço da casa..... 49
3.1.2 Espaço do trabalho..... 58
3.1.3 Espaço das políticas públicas..... 61
3.1.4 Tereza, o sujeito do feminismo?..... 66
3.2 As estratégias de transformação..... 70
3.2.1 “Desvele” a realidade..... 76
3.2.2 Participe!..... 79
3.2.3 Planeje!..... 81
3.2.4 As estratégias de agir sobre a ação..... 83
3.3 Tipos de sujeitos propostos..... 84
3.3.1 A “mulher empoderada”..... 85
3.3.2 A “mulher produtiva”..... 89
3.3.3 A “mulher politicamente engajada”..... 97

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 104
REFERÊNCIAS..... 106

INTRODUÇÃO

> Estes *efeitos* não são corpos, mas, propriamente falando, 'incorporais'. Não são coisas ou estado de coisas, mas acontecimentos. Não são substantivos ou adjetivos, mas verbos. (...) Não são presentes vivos, mas infinitivos: *Aion* ilimitado, devir que se divide ao infinito em passado e em futuro, sempre se esquivando do presente (DELEUZE, 2000).

Este estudo examinou os modos de subjetivação colocados em funcionamento no currículo de um programa de formação em gênero e políticas públicas proposto por uma organização não governamental.

Se não é possível demarcar um nascedouro para minha vontade de saber, quiçá seja possível seguir seus rastros em um devir que se desdobra em passado e futuro, no intuito de circunscrever as paragens onde busco situar-me como pesquisadora (FONSECA, 2006). Paragens atravessadas pela assunção da inquietante posição de desnaturalização, intencionando tornar a pesquisa um acontecimento que não é substância, nem acidente, como diz Foucault:

> O acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 2002, p. 57).

Os (des) encontros com a temática e objeto de pesquisa investigados tornam-se um acontecimento que conduz desejos, construções conceituais à circunscrição do que constitui este trabalho, que tem, entre suas condições de possibilidade, minha inserção como "educadora" no campo das organizações não governamentais (ONGs).

Preocupadas com a "transformação social", com base na proposição e controle das chamadas "políticas públicas", as ONGs compõem suas equipes de trabalho de forma interdisciplinar e, ao desenvolver um trabalho nesse âmbito, participei de projetos voltados ao "fortalecimento de grupos em suas capacidades políticas e organizativas", por meio da realização de processos formativos/educativos. As variadas concepções de educação existentes, marcadas por elementos comuns como o objetivo de "fortalecer" grupos buscando diferenciar-se da educação escolar formal – entendida como opressora por excluir as experiências das pessoas que a ela têm acesso e por

produzir verdades inquestionáveis, difundidas pelos programas oficiais e pelos professores –, deixavam também transparecer outros elementos não tão tematizados ou questionados como os processos de subjetivação envolvidos nos projetos educativos, seus propósitos e o que neles era colocado em jogo.

Entre os processos formativos dos quais participei ou a que fui apresentada, chamaram a minha atenção aqueles voltados às "questões de gênero", principalmente pela presença do termo nos mais variados espaços de discussões, assim como sua utilização nas ações propostas pelas ONG. O termo circula nos objetivos dos projetos das organizações, nas aberturas de cursos, seminários, campanhas e até mesmo nas falas cotidianas de colegas de trabalho: "em prol da equidade de gênero", "contemplar diferenças de gênero", "promover recorte de gênero", etc.

O interesse pela temática do gênero e currículo objetivou-se a partir do encontro com as cartilhas formativas do Programa de Capacitação de Multiplicadores (as) em Gênero e Políticas Públicas, proposto pela Federação de Órgãos para Assistência Sócio-Educacional (FASE), em que a categoria gênero se evidencia em seus enlaces com o campo da educação no interior do movimento feminista.

Constituída em 1961 como uma associação de direito privado, de fins não econômicos, caráter beneficente e de assistência social, a FASE está

> voltada para a defesa e garantia de direitos, bem como para o atendimento e assessoramento aos beneficiários sem distinção de nacionalidade, credo ou raça desenvolve atividades de Educação e promove o Desenvolvimento de parcelas carentes da população, podendo operar em todo o território nacional" (FASE, 2009).

A escolha de pesquisar o Programa de Capacitação da FASE se deu por esta ser a organização não governamental no Estado do Pará mais antiga, por ser uma organização de âmbito nacional, atuante em seis estados do país, articulando recursos financeiros de entidades governamentais e não governamentais nacionais e internacionais, e possuir além de seus programas regionais, um projeto especial intitulado "Núcleo de Gênero". De acordo com informações obtidas no site oficial da entidade, este Núcleo tem como objetivo a abordagem de gênero em todas as discussões em que a Fase está envolvida e "apoiar as plataformas de luta dos movimentos de mulheres" (FASE, 2009).

Como a FASE organiza-se atualmente a partir de quatro Programas Nacionais e seis Programas Regionais, é possível visualizar a abrangência de suas ações e a complexidade da rede de relações institucionais que busca estabelecer. Os Programas Nacionais são: Agroecologia e Direito à Segurança Alimentar; Direito à Cidade; Direito ao Trabalho e à Economia Popular e Solidária; e Amazônia Sustentável e Democrática. Os Programas Regionais desenvolvidos nos Estados do Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, desenvolvem ações próprias de acordo com suas realidades locais (FASE, 2009).

Com o intuito de "enfrentar as políticas de caráter neoliberal", no inicio de 2000 a FASE lançou-se na atuação local, nacional e internacional integrando redes, fóruns e plataformas e seu projeto tem como enfoque:

> O desenvolvimento de ações de exigibilidade de direitos, buscando enfrentar o quadro de desigualdades sociais que caracteriza o Brasil. Através de projetos educativos e de políticas de exigibilidade as iniciativas e ações propostas combinam estratégias de atuação nacional e local, incidindo concretamente na qualidade de vida das populações urbanas e rurais, atingindo diretamente redes e fóruns de ONGs e movimentos sociais, centenas de organizações populares e cerca de 30 mil famílias em situação de risco social (FASE, 2009).

Retomando o histórico da entidade identificamos que na primeira década de sua atuação (1960), a FASE trabalhou no desenvolvimento "local, associativo e comunitário", no entanto com a ditadura militar, passou a focalizar em seus trabalhos a resistência ao regime implantado e a formação de oposições sindicais e movimentos comunitários. Já na década de 1970 seu trabalho além do apoio aos movimentos de organização social, buscou o enfrentamento de questões como o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais, chegando à década de 1980 "formando centenas de lideranças pelo Brasil, apoiando-as em suas reivindicações" e participando do processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas.

Na década de 1990 o desenvolvimento de ferramentas e metodologias educativas voltadas para o "controle popular" e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais, tornaram-se eixos fortes da entidade, trabalhando o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, os

movimentos sociais de mulheres, de afro-descendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Atualmente, o trabalho da FASE no Programa Pará "não ignora as injustiças contra a mulher camponesa e por isso enfatiza a "eqüidade de gênero", fortalecendo a organização das mulheres e oferecendo cursos de capacitação", desenvolvendo a linha de ação "Gênero, Feminismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente", que desde o ano de 2000 tem como ação principal o desenvolvimento do Programa de Formação em Gênero e Políticas Públicas, "uma iniciativa em favor das mudanças das relações sociais de gênero" (FASE, 2009).

O Programa de Capacitação é desenvolvido pelo Programa Amazônia da FASE[1] que, de acordo com o site oficial da organização, "não ignora as injustiças contra a mulher camponesa e por isso enfatiza a 'eqüidade de gênero', fortalecendo a organização das mulheres e oferecendo cursos de capacitação", desenvolvendo a linha de ação "Gênero, Feminismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente" que, desde o ano 2000, tem como ação principal o desenvolvimento do Programa de Formação em Gênero e Políticas Públicas, "uma iniciativa em favor das mudanças das relações sociais de gênero".

Realizado em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e do Amapá (FETAGRI) e o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), o Programa de Capacitação tem como objetivos:

> 1) Formar multiplicadores/as com habilidades e sensibilidade específicas para a capacitação participativa na temática de gênero; 2) Discutir potencialidades e limites para a incorporação da dimensão de gênero e ações voltadas para os projetos e ações governamentais levando em consideração os diferentes impactos para homens e mulheres; 3) Contribuir para a integração de sujeitos políticos no processo de incorporação de gênero em programas e políticas públicas como elemento fundamental para uma maior equidade social (FASE, 2009).

[1]O Programa Amazônia "tenta dar conta de múltiplos fatores implicados na sobrevivência da região, de acordo com os critérios do desenvolvimento local sustentável. Entre eles, as alternativas de empreendimento agroecológico e cooperativo; a garantia do direito à floresta, a terra, à alimentação, à água e à cultura; a democratização da gestão política local; a defesa da sóciobiodiversidade e do saber tradicional no manejo do patrimônio natural e na produção extrativista e agrícola; a luta pela urbanização responsável na Amazônia e com garantia de direitos" (FASE, 2009).

Para possibilitar o alcance dos objetivos do Programa de Capacitação, a FASE - Programa Amazônia lançou uma publicação intitulada “Gênero e Políticas Públicas” (Figura 1), em que “cada livreto aborda um aspecto do que significa, hoje, discutir gênero no Brasil” (Ibid.). As cartilhas usam a linguagem dos quadrinhos e apresentam algumas informações e definições, pois,

> assim, as proposições críticas sobre as relações sociais desequilibradas entre homens e mulheres são mais fáceis de ser entendidas, e principalmente digeridas, por uma sociedade ainda desacostumada a reconhecer direitos iguais quando é recortada pela fronteira de gênero (Ibid.)

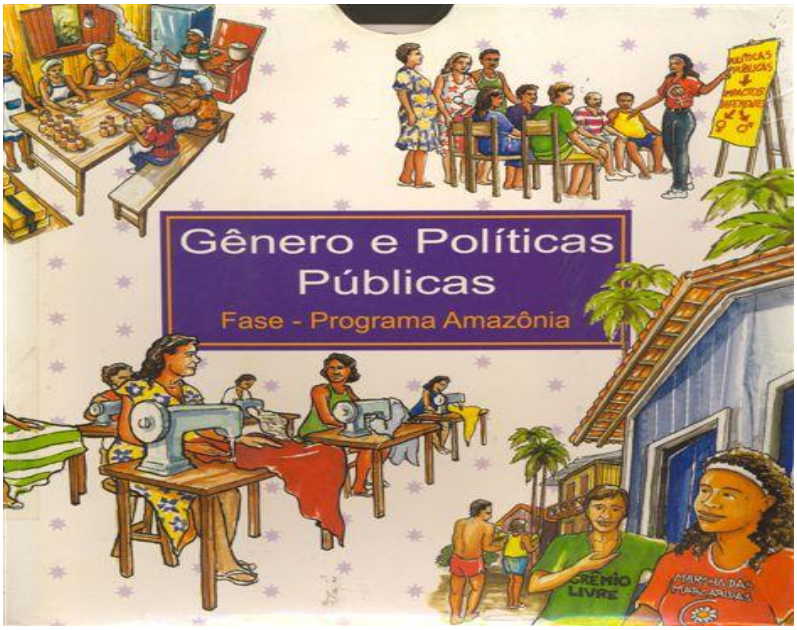


Ilustração 1: Capa da Caixa que abriga as cartilhas.
Fonte: Fase Programa Amazônia, 2001.

Essas cartilhas foram os documentos escolhidos para a análise que se propõe neste estudo. Essa escolha deveu-se ao fato de que se trata de textos que materializam um conjunto de elementos heterogêneos e mostram preocupação com as mudanças nas relações de gênero, enunciando o modo como essas relações podem/devem ser inscritas em relações de saber-poder. O interesse volta-se, assim, à investigação dos modos de subjetivação colocados em funcionamento no currículo materializado nas cartilhas do Programa de Capacitação de Multiplicadores (as) em Gênero e Políticas Públicas da FASE.

Trata-se de uma investigação que se baseia nas formulações de Michel Foucault, para quem os modos de subjetivação se referem aos processos que transformam indivíduos em sujeitos a partir das relações de saber-poder, o que permite problematizar o currículo como um processo constitutivo, produtivo, que fabrica e institui tanto os objetos dos quais fala, quanto os sujeitos aos quais se dirige.

Essas formulações permitem a inserção da noção de currículo em uma concepção de linguagem que, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2004), possibilita a construção de objetos de conhecimento a partir de sua descrição, permitindo-nos pensar que um discurso sobre o currículo produz noções particulares e não representa uma coisa em si, o "currículo". As definições não capturam seu "verdadeiro" significado, mas tão somente mostram o modo como determinada teoria concebe o currículo.

Há na tessitura desta pesquisa a tentativa de renunciar às continuidades infinitas. O discurso sobre o currículo pode ser, então, acolhido em sua emergência de acontecimento, "nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros" (FOUCAULT, 2004, p. 27).

Nessa perspectiva, os currículos não podem ser vistos apenas como espaço de transmissão**;** estão**,** sobretudo**,** envolvidos com o que somos. E se o propósito é afirmarmos uma sociedade na qual as necessidades vitais, sociais e históricas de todos sejam atendidas, os currículos ocupam um espaço importante nessa construção, como um empreendimento ético e político em um campo de sentidos disseminados e polissêmicos, na produção de modos de ser alternativos. O currículo não é compreendido com base apenas em conceitos técnicos referentes ao ensino-aprendizagem-desenvolvimento. Longe de se procurar desvendar algo "por trás" do currículo ou "essências" a ele atribuídas, aqui é compartilhada a ênfase nos efeitos produtivos do currículo (SILVA, 2006).

No que se refere ao currículo que privilegia a dimensão das relações de gênero, os estudos no campo da educação, embora sejam permeados por disputas em torno de conceitos, correntes teóricas e metodologias, têm em comum os mesmos propósitos políticos e o compartilhamento de algumas

referências teóricas. Entre essas referências, Guacira Lopes Louro (2006) ressalta Donna Haraway, que situa a emergência das mulheres como novos sujeitos coletivos e o feminismo como campo teórico-político, Linda Nicholson**,** que discute o “fundacionalismo biológico” inerente às teorizações feministas e Michel Foucault em suas formulações sobre sexualidade e poder.

Quanto aos propósitos políticos, as formulações propostas pelos movimentos feministas, como crítica teórica e movimento social, possibilitaram a inserção da temática das relações de gênero e suas conexões com a produção de conhecimento, poder, em suas formulações do currículo como artefato que produz e corporifica relações de gênero (SILVA, 2004).

Margareth Rago (2004) fornece pistas para se pensar os processos de produção discursiva dos movimentos feministas, ao conceituar o “pós-feminismo” como um momento atual das lutas e reivindicações que abrigam problematizações. O “pós” não designa uma ruptura com um “pré-feminismo”, mas refere-se às relações estabelecidas pelo feminismo consigo mesmo e com as imagens que projeta:

> É possível afirmar que há um reconhecimento social, na atualidade, de que as lutas feministas afetaram positivamente a maneira pela qual se deu a incorporação das mulheres no mundo do trabalho, num momento de ampla modernização sócioeconômica no Brasil, desde os anos setenta, e que contribuiu para que houvesse uma grande mudança nos códigos morais, jurídicos, nos valores, nos comportamentos, nas relações estabelecidas consigo e com os outros, nos sistemas de representações e no modo de pensar (Ibid., p. 281).

Sem negar as práticas discriminatórias a que mulheres são submetidas cotidianamente, colocando as conquistas em um patamar ainda longe de ser alcançando, há, na afirmação de Rago (2004), a constatação de que o feminismo criou modos específicos de existência, apesar das dificuldades e limites existentes. A autora examina a crítica do sujeito e da produção da subjetividade, formulando indagações acerca dos modos de constituição de si propostos pelo feminismo.

Segundo Stuart Hall (2005) os movimentos feministas contribuíram para a transformação do sujeito cartesiano – visto com uma identidade fixa, imutável, essencializada – em um sujeito pós-moderno de identidades contraditórias, inacabadas, híbridas, ao questionar distinções como “dentro” e “fora”, “privado” e “público”, ao contestar politicamente aspectos da vida social

como família, sexualidade, divisão doméstica do trabalho e enfatizar "como questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados" (Ibid., p. 45).

Considerados como fazendo parte dos "novos movimentos sociais", as contribuições dos movimentos feministas trouxeram à cena política, de acordo com Boaventura de Souza Santos (2005), novos protagonistas, introduzindo críticas e denúncias de "novas" formas de opressão que atingem não só os modos de trabalho e produção, mas, o modo como se vive, como se descansa, além de abranger a sociedade como um todo.

Silva (2004) destaca as críticas dos movimentos feministas direcionadas à epistemologia dominante nas ciências sociais e seus modos de fazer ciência. Os movimentos não se restringiram em pensar as relações concretas de gênero, mas ousaram formular questionamentos sobre como essas relações foram e são construídas, e estes resvalaram nas formas como a Ciência almeja traduzir visões masculinas e valoriza noções dicotômicas como sujeito e objeto, domínio e controle, racionalidade e lógica, pretendendo representar toda humanidade, desconsiderando outras dimensões não ligadas à classe social, como raça e gênero, no processo de produção da desigualdade.

Quando relacionamos a temática dos movimentos feministas ao campo da educação, encontramos produções nacionais concernentes às reivindicações desses movimentos em relação à "educação formal", ao acesso das mulheres aos processos de escolarização e também à inserção de temáticas como educação sexual e educação contra discriminações sexuais, geracionais, de cor ou nacionalidade[2] nos programas curriculares oficiais.

No que concerne às articulações temáticas entre gênero e educação, foi possível identificar, em levantamento bibliográfico de periódicos *on-line*[3], a

---

[2]Como o estudo "Educação, gênero e raça" realizado por Fúlvia Rosemberg/ Fundação Carlos Chagas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[3]Levantamento realizado em março de 2007 nos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP); Revista Educação e Sociedade; Cadernos PAGU; Revista de Estudos Feministas; Portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Grupos de Trabalho – Gênero, Sexualidade e Educação; Educação Popular e Movimentos Sociais - Sessões Especiais e Trabalhos Encomendados) e Portal da CAPES (Banco de teses e dissertações). Com exceção dos resumos de teses e dissertações, pesquisados a partir das palavras-chave "gênero e educação", os outros periódicos foram consultados um a um, em todos seus volumes, sendo recolhidos todos os trabalhos referentes à temática. Obtive o total de 98 produções, publicadas no período de 1997 a 2006.

multiplicidade dos desdobramentos da temática que engendram outros temas, tais como: sexualidade, adolescência, identidade sexual, infância, cotidiano escolar, masculinidade, homossexualidade, educação sexual, entre outros.

Tomando por empréstimo a argumentação de Alfredo Veiga-Neto (2004), para quem a constituição de um problema de pesquisa requer, primeiramente, que nos interroguemos, que busquemos promover exame sobre como as coisas acontecem e ensaiemos “alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras” (Ibid., p.22), a análise dos modos de subjetivação colocados em funcionamento no currículo materializado nas cartilhas do Programa de Capacitação FASE foi realizada objetivando questionar as vontades de verdade que estão em jogo nos processos de produção discursiva dessas cartilhas.

Se na pesquisa “é preciso criar acoplamentos e diálogos entre linguagens, inventar e ativar conexões, enfim, constituir uma rede de múltiplas reverberações” (FONSECA, 2006, p.15), este estudo pretendeu promover esses acoplamentos entre as temáticas das relações de gênero e currículo, evidenciadas nas cartilhas da FASE, expondo paradoxos, possibilitando a emergência de singularidades e o rompimento de evidências.

Desse modo, este trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro, discute-se o aparato conceitual acerca das noções de currículo, relações de gênero e modos de subjetivação, que serão estudados com base em uma perspectiva foucaultiana, objetivando constituir interlocutores para o exercício analítico do material documental das cartilhas do Programa de Capacitação.

No segundo capítulo, é detalhado o percurso metodológico, com a apresentação das cartilhas e sua elaboração no Programa e Capacitação da FASE. Também são apresentadas as ferramentas analíticas foucaultianas para a análise documental que permite operar uma noção de discurso como prática.

Finalmente, no terceiro capítulo são apresentados os eixos analíticos e sua problematização em função dos campos discursivos, dos jogos de interesse e das estratégias acionadas em diferentes campos do poder-saber em prol das transformações dos sujeitos a quem as cartilhas se direcionam.

1 CURRICULO, RELAÇÕES DE GÊNERO E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Neste capítulo é explicitado o referencial teórico que fundamenta a análise dos modos de subjetivação postos em funcionamento nas cartilhas do Programa de Capacitação da FASE, com base na noção de currículo como constitutivo, formativo, que intenciona a produção de sujeitos e, no caso aqui estudado, privilegiando a dimensão das relações de gênero nessa produção.

1.1 O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

Discussão central nas políticas de reformas educacionais, o currículo ocupa uma posição estratégica porque expressa visões de mundo, projetos, verdades. Nesse sentido, as políticas curriculares, como práticas discursivas, configuram-se como importantes elementos do projeto social de grupos no poder, quando autorizam grupos, fabricam objetos, geram textos, têm efeitos na sala de aula, efetuam inclusões de saberes e indivíduos (SILVA, 2006).

Em estudo que versa sobre o pensamento curricular no Brasil, Lopes e Macedo (2005), tendo como referência a década de 1990, analisam a produção no campo do currículo como marcadamente influenciada pela literatura francesa e por teóricos do marxismo europeu, sendo que, na primeira metade da década, os enfoques dos estudos centravam-se numa perspectiva sociológica. Concebendo o currículo como espaço de relações de poder, esses estudos buscavam superar os que discutiam seus aspectos técnico-administrativos. As discussões versavam sobre o currículo e o conhecimento, tendo autores como Paulo Freire, Giroux, Apple e Young, Marx, Bourdieu, como referências aos estudos. Já no fim da segunda metade da década de 1990, enfoques pós-modernos e pós-estruturais foram incorporados ao pensamento curricular, com base em autores como Alfredo Veiga-Neto (2004), Jorge Larrosa (2004), Sandra Corazza (2001) e Tomaz Tadeu da Silva (2004; 2006), inspirados em grande medida pela produção de Michel Foucault.

Embora as teorias pós-estruturalistas não tratem diretamente dos estudos do currículo, tiveram profícua relevância ao ampliarem a compreensão

acerca dos processos de dominação, fornecendo uma noção mais complexa das dinâmicas de poder envolvidas nas relações de gênero, etnia, raça e sexualidade (LOPES; MACEDO, 2005).

Michael Peters (2000) vê o pensamento pós-estruturalista como uma obra em andamento, um movimento de muitas e diferentes correntes que escapam de definições únicas e de tentativas de homogeneização. Tendo como preocupação teórica o estruturalismo francês, mantém em relação a este uma história intelectual em comum, quando no contexto do "giro lingüístico"[4], mudanças nas ciências humanas e sociais acabaram por promover a linguagem a um estatuto merecedor de maior atenção, contribuindo para a construção de novos conceitos sobre conhecimento, em novas modalidades de investigação. Os dois pensamentos aproximam-se na crítica ao sujeito racional, estável, capaz de conhecer a si e ao mundo e afastam-se quando o pós-estruturalismo inaugura métodos e abordagens calcados em lógicas que enfatizam noções de indeterminação, diferença e rupturas.

A história no pensamento pós-estruturalista também assume um lugar crítico, em uma análise diacrônica, diferente da promovida pelo estruturalismo centrado em formas sincrônicas das estruturas. Assim, o pensamento pós-estruturalista abriga elementos contidos em seu objeto teórico, ao mesmo tempo em que alarga suas dimensões, efetua deslocamentos importantes, constituindo-se, assim, como uma categoria descritiva que serve para classificar teorias e perspectivas (PETERS, 2000).

Neste sentido, estudiosos do currículo, afiliados à perspectiva pós-estruturalista, "alargam" o conceito de currículo, assumindo-o como uma prática engendrada nas relações de poder-saber. Deixa-se de concebê-lo com base apenas em conceitos técnicos referentes ao ensino-aprendizagem-desenvolvimento e destaca-se sua dimensão produtiva, formativa.

---

[4]Tomás Ibánez Gracia (2004) ao analisar as implicações do "giro lingüístico", partindo de sua dimensão histórica e das condições de sua emergência, assinala-o como um fenômeno de formação progressiva, que contribuiu para a construção de novos conceitos sobre a natureza do conhecimento e da linguagem, esboçando novas modalidades de investigação. É, nesse sentido, uma expressão cunhada nas décadas de 70 e 80 que se refere a mudanças ocorridas na filosofia e nas ciências humanas e sociais, ao enfatizar a função da linguagem tanto nas disciplinas quanto nos fenômenos estudados.

No ensaio “Currículo como Fetiche”, Silva (2006), utilizando-se da metáfora, explora a existência ambígua do fetiche – é europeu, africano, transcendental, material, afirma e nega – para pensar o conhecimento e a pedagogia como “coisas” a que se atribui poder. Da nomeação no medievo português, “feitiço”, a palavra carrega sua história, estando suas marcas identificadas por teorizações da sociedade contemporânea como a psicanálise de Freud e a teoria marxista, mesmo sem supormos continuidades e permanências em seus sentidos ao longo do tempo.

Neste prisma, o currículo é algo que se possui, se carrega, se transmite. É um “fetiche” para alunos, professores e teóricos do campo educacional. É um “guia”:

> Os poderes do fetiche “currículo” vêm do sobrenatural, do incógnito, do sobre-humano, do além. E operam maravilhas, milagres, prodígios. De posse do fetiche – o conhecimento corporificado no currículo – os “nativos” se sentem seguros, assegurados, protegidos contra a incerteza, a indeterminação e a ansiedade do ato de conhecer. O fetiche do currículo conforta e protege. O currículo enfeitiça. O currículo é um amuleto (SILVA, 2006, p.101).

Quando operado em uma perspectiva pós-estruturalista, não há o intuito de desfetichização do currículo, no sentido de desvelá-lo, para que possa ser conhecido o que foi ocultado. A operação é inversa ao do crítico educacional: não há desvelamento ou denúncia de uma consciência alienada para uma consciência lúcida, mas a compreensão de que é possível o convívio com nossos fetiches curriculares, com suas indeterminações e paradoxos.

Confundindo fronteiras, convivendo com paradoxos, o currículo, desse ponto de vista, amplia questões centrais formuladas a respeito dos conhecimentos a serem ensinados, sobre a validade dos saberes, aliando-se às formulações acerca dos tipos de pessoa que se quer formar:

> As teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoas que elas consideram ideal. Qual o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade?[...] A cada um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. No fundo das teorias de currículo está uma questão de “identidade” ou “subjetividade” (SILVA, 2004, p. 15).

É neste prisma que a discussão acerca das cartilhas do Programa de Capacitação inscreve-se. Nelas são veiculadas noções, conhecimentos, que visam determinados tipos de pessoas. Interrogá-las implica considerar uma

concepção de currículo cuja materialidade não é apenas compreendida como transmissora de conhecimentos objetivos do mundo e que, embora não tenha parâmetros e diretrizes governamentais oficiais formuladas pelos órgãos educacionais estatais norteando os conhecimentos que devem ser ensinados, estes são selecionados, constituídos, de outros modos não menos complexos.

Dito isso, as formulações de Sandra Corazza (2001) são tomadas por empréstimo para enfatizar que, neste estudo, o currículo será interrogado, em sua condição arbitrária de invenção, fabricação, que permite que o vejamos como prática social corporificada nas cartilhas do Programa de Capacitação. No entanto, o privilégio dessa interrogação centra-se nos sujeitos, não os perenes, mas os fabricados discursivamente, “quais sujeitos quer? Com quais finalidades?”, envolvendo a dimensão das relações de gênero, como veremos na próxima seção.

1.2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Para alcançar o objetivo de transformar as relações de gênero na sociedade, as cartilhas que subsidiam as práticas pedagógicas do Programa de Capacitação materializam um currículo que privilegia a categoria de gênero. A discussão desenvolvida nesta seção toma esse privilégio como ponto de partida para discorrer acerca da emergência do gênero, implicado linguística e politicamente nas lutas dos movimentos feministas contemporâneos, para que seja possível a análise dos modos de subjetivação propostos nas cartilhas, interrogando as finalidades do currículo que materializa, assim como as estratégias de saber-poder colocadas em jogo.

Comecemos, pois, com a implicação linguística e política da categoria de gênero com os movimentos feministas. Quando se fala do movimento feminista como um movimento social organizado, geralmente invoca-se, no Ocidente, o sufragismo no século XIX, reivindicação de mulheres pelo direito ao voto, como a “primeira onda do feminismo”. Na chamada “segunda onda”, década de 1960, o conceito de gênero aparece no âmbito do debate como preocupação teórica além das preocupações sociais e políticas (LOURO, 2004).

Objetivando tornar visíveis as mulheres, inclusive como sujeitos da ciência, estudiosas feministas, em seus trabalhos iniciais, descreveram suas condições de vida e trabalho, constituindo assim a temática das “mulheres”. No entanto, os estudos ganham dimensões explicativas, tomando emprestadas teorias marxistas e psicanalistas, com base no argumento de que a emancipação das mulheres seria efetivada com o enfrentamento das causas centrais de sua opressão (Idem, 2004).

Joan Scott (1995), historiadora, referência nos estudos feministas, elabora duras críticas tanto às abordagens descritivas quanto às explicativas. Para a autora, as abordagens descritivas utilizavam o termo gênero como conceito associado aos estudos sobre coisas relativas às mulheres, sem nada dizer sobre as formas como as relações eram construídas e o modo como funcionavam, buscando obter legitimidade acadêmica nos anos 80, com uma conotação mais neutra que “mulheres”. Assim, são problematizadas as abordagens explicativas que tentam elucidar as origens do patriarcado, as de tradição marxista e as que se inspiram na psicanálise, na tentativa de esclarecimento da produção de identidade de gênero, principalmente no que diz respeito a visões que tratam o gênero como uma categoria a-histórica, universal, fora de construções sociais e culturais.

A noção de gênero como categoria analítica é proposta por Scott (1995) como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como uma forma primária de dar significado às relações de poder. O conceito passa a servir como ferramenta analítica e política, inserindo um apelo relacional e, embora os estudos priorizassem as análises sobre mulheres, estavam, nessa acepção, referindo-se também aos homens.

De acordo com Louro (2004), a repercussão dos estudos de Joan Scott determina uma importante transformação nos estudos feministas:

> Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros. [...] O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (Ibid., p. 23).

Destarte, ao final década de 80, as feministas passam a utilizar o termo “gênero” que, segundo Bila Sorj (1992), unifica o conjunto de estudos feministas e fornece seu argumento central envolvendo duas dimensões. A primeira dimensão demarca a diferenciação do equipamento sexual inato, como um produto social, enquanto a segunda, refere-se à distribuição de poder desigual entre os sexos, restringindo a mulher a uma posição subalterna na vida social.

Deste modo é que o feminismo atribui à categoria de gênero um estatuto equivalente àquele produzido pela teoria marxista para a exploração de classe: “tal qual o conceito de classe para o marxismo, o gênero adquire um estatuto universal, quer no que diz respeito a sua transcendência histórica, quer na sua qualidade difusa e totalizadora dos agentes sociais” (SORJ, 1992, p. 16).

A autora menciona outros elementos das teorias sociais modernas que aparecem na construção teórica do feminismo. O primeiro elemento diz respeito à universalização da categoria de gênero, definidora de uma condição feminina em um discurso essencialista sobre o sexo e suas relações. O segundo elemento prioriza o gênero em detrimento de outras dimensões, em busca da identificação de um sujeito com interesses e identidades próprios, em torno da posição de mulheres nas sociedades patriarcais e da construção de um ator coletivo. E, por fim, no que se refere à construção de uma utopia emancipatória, os projetos feministas prospectaram em seus ideais as demandas das mulheres reconhecidas no mundo público e a valorização dos atributos diferenciais femininos, apreendidos na experiência de um mundo privado e sua incorporação ao mundo público.

A começar pela crítica ao sujeito do feminismo, a discussão desenvolvida por Judith Butler (2003) em “Problemas de Gênero”, direciona-se aos elementos acima citados, em um esforço de subverter e deslocar noções naturalizadas do gênero que acabam por dar suporte à hegemonia masculina e ao poder heterossexista. Esse esforço pretende criar problemas de gênero não do ponto de vista utópico, mas “da confusão subversiva e da proliferação precisamente daquelas categorias constitutivas que buscam manter o gênero em seu lugar, a posar como ilusões fundadoras da identidade” (Id, p. 60).

Categorias como “mulheres” predefinem traços de gênero e instituem um sujeito universal, baseadas em categorias naturalizadas no interior de

teorias totalizantes. Mas, se por um lado esta categoria unifica o sujeito do feminismo, por outro promove uma cisão por meio da relação sexo/gênero. Cisão essa que produz tensões nas produções feministas por estender o sistema binário de sexo à noção de gênero. Butler (2003) afirma:

> Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (Ibid, 2003, p.24).

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição em um sexo previamente dado. Como meio discursivo, é por ele que um sexo natural é produzido como "pré-discursivo", anterior à cultura, como estatuto de neutralidade. Ao desnaturalizar também a noção de sexo, a autora formula uma noção de gênero que abrange relações de poder, em que a cultura não se torne o destino e o sexo predefinido em contraposição a uma posição feminista humanista que pressupõe gênero como um atributo, como substância ou núcleo. Essa noção vincula-se ao estudo dos modos de subjetivação aqui proposto já que, na esteira de Butler (2003), quando busca-se não aprisionar por meio da categoria "mulheres" complexos modos de existência.

A suposta "unidade" pretendida pelos movimentos feministas acaba por excluir a emergência de outras unidades provisórias, o que poderia deixar as ações feministas livres da busca de acordos estáveis e unitários em torno de uma "identidade", colocando a categoria em permanente debate e incluindo possibilidade de dissolução de identidades "unas" e fixas. São essas possibilidades que buscamos ao longo deste trabalho, em que a noção de currículo é examinada em uma perspectiva pós-estruturalista, um currículo proferido por uma instituição que se situa no âmbito desse debate.

Trata-se de analisar um currículo que seleciona, privilegia e destaca o que devem ser as relações de gênero em uma produção discursiva marcada pelas oposições e lutas sociais, como formas de manutenção ou modificação da apropriação de discursos atravessados por relações de saber-poder e que propõe modos de subjetivação como estratégia de governo. Essas conexões serão explicitadas na próxima seção com base nas formulações foucaultianas.

1.3 OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Embora autores como Marcos Fonseca (2003), Veiga-Neto (2004) e Roberto Machado (2004) afirmem que não há uma definição com sentido único nas formulações foucaultianas para a expressão modos de subjetivação, a afirmação de Foucault (2006) segundo a qual subjetivação é o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, servirá de ponto de partida para a explicitação de alguns elementos de sua obra que permitam o entendimento da expressão e seu uso na análise das cartilhas.

Um primeiro elemento a ser explicitado refere-se à recusa de uma visão essencialista do sujeito[5] moderno. Noção que, para Hall (2005), emergiu em um momento particular, portanto, tem sua história. Nascido entre o Humanismo do século XVI e o Iluminismo do século XVIII e colocado no centro do universo como "indivíduo soberano", dotado das capacidades de razão, consciência e ação, o sujeito liberta-se de estruturas que faziam com que de seu nascimento até sua morte sua "essência" permanecesse a mesma, tornando-se um "ser" passível de mudanças.

Com a complexificação das sociedades modernas, em uma concepção mais social, essa noção passa a ter sua fundamentação baseada no conjunto conceitual das novas ciências sociais e da biologia darwiniana. Essa seria uma noção de sujeito sociológico, cuja consciência e núcleo interior não eram autônomos e autossuficientes, mas formados nas relações sociais. Nela, o sujeito ainda possui um núcleo, um "eu interior", mas formado nas relações "exteriores" (Hall, 2005).

A Modernidade, instaurando a primazia da razão, coloca a Ciência no lugar da produção dos conhecimentos únicos e verdadeiros, como os que possibilitam a emergência do sujeito, seja ele "Iluminista", "Moderno" ou "Pós-moderno". Este lugar da Ciência – assim como a noção de sujeito – vai ser questionado por Foucault (1992; 1995; 1997; 2002; 2004a; 2004b).

Em "As palavras e as coisas", Foucault (1992) formula críticas ao conjunto de conhecimentos produzidos sobre o homem, partindo da

---

[5]Cabe ressaltar que, embora não haja uma diferenciação clara em Foucault entre os termos sujeito e indivíduo, o primeiro refere-se a um individuo preso a uma identidade constituída em processos de subjetivação (FONSECA, 2003; ORTEGA, 1999).

constatação de que as ciências humanas não receberam um campo epistemológico prescrito de antemão: o homem, assim como a vida, a linguagem e o trabalho, não existiam. As ciências humanas apareceram quando o homem constituiu-se na cultura ocidental como algo sobre que é necessário saber e pensar, como um acontecimento da ordem do saber. Mantendo relações com todas as outras formas de saber e funcionando segundo modelos biológicos, econômicos e referentes às ciências da linguagem, as ciências humanas reivindicaram o homem como seu objeto próprio. Isso permite pensar no modo como os conhecimentos se operacionalizam na invenção do homem como objeto de pensamento e também sobre quais os efeitos engendrados pelas ciências humanas na produção de discursos sobre o homem, não em seus tons de verdade, mas, sobretudo, em suas práticas que atendem a poderes diversos**,** passíveis de serem questionados e reinventados.

É assim que, no conjunto de suas pesquisas sobre modos de subjetivação − que se referem à constituição de indivíduos a partir de procedimentos e práticas que tendem a fazê-los objetos e que os fixam a uma identidade −, Foucault problematiza e detalha as formas como o sujeito se institui (VEIGA-NETO, 2004; FONSECA, 2003).

Se no ensaio “O Sujeito e o Poder” Foucault (1995) assinala que foi o sujeito a temática central de seus projetos, e não o poder, a problemática do sujeito fica mais bem entendida em suas últimas entrevistas e conferências, como “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”, de 1984, quando afirma que talvez tivesse feito formulações inadequadas – o que acabou sendo considerado por seus leitores e críticos como um “impedimento” ao falar sobre o sujeito –, mas sua recusa foi a da produção de uma teoria prévia do sujeito. Em suas palavras:

> Procurei mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinqüente ou não, através de um certo número de práticas que eram os jogos de verdade, práticas de poder etc. Era certamente necessário que eu recusasse uma certa teoria *a priori* do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder etc. (FOUCAULT, 2006, p. 275).

Assim o sujeito, como tema geral de suas pesquisas, tomou formas diversas: sua objetivação como sujeito falante, realizada pelas investigações com estatuto da ciência, as práticas que dividem o sujeito no seu interior e, por fim, o estudo dos modos pelo qual um ser humano torna-se sujeito. E a retomada do sujeito em seus últimos trabalhos não implicava na construção de uma teoria do sujeito soberano, universal, como *substância,* mas a forma de problematizar sua constituição de jogos de verdade, práticas de poder (FOUCAULT, 2006).

Dito isto, é possível discorrer sobre outro elemento da obra foucaultiana que permite a compreensão dos modos de subjetivação: as práticas de poder envolvidas na constituição de indivíduos em sujeitos de determinados tipos. No entanto, ao fazer uma breve digressão sobre a analítica do poder, serão ressaltados os deslocamentos conceituais na trajetória do pensamento foucaultiano, que possibilitaram a retomada do sujeito anteriormente citada (ORTEGA, 1999).

Esses deslocamentos conceituais partem da assunção da vida pelo poder, tratam das suas modificações no nível dos mecanismos, técnicas e tecnologias que se enfeixam, acoplam: do poder soberano sobre a vida ao aparecimento, nos séculos XVII e XVIII, das técnicas de poder centradas no corpo individual, até o surgimento de outra tecnologia dirigida ao homem-espécie.

A proposta de uma analítica do poder está situada no projeto genealógico[6] de Foucault, em investigações sobre seus domínios específicos e a constituição dos instrumentos analíticos. Sem colocar o poder em posição secundária à economia, uma noção positiva é assumida: “o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 2008b, p.161).

A noção de positividade refere-se à capacidade de uma ação produzir algo, sem ligar-se a um juízo de valor, em contraposição a uma “negatividade”.

---

[6] Referindo-se à genealogia como anticiência que busca compreender os efeitos de poder dos discursos científicos, em “Genealogia e poder” Foucault (1998, p.89) diz: “Chamaremos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização destes nas táticas atuais. [...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de direitos de uma ciência detida por alguns”.

E, neste sentido, nem o Estado nem sujeitos ou classes sociais detêm única e exclusivamente essa capacidade de produção, ou seja, o poder permeia todo o corpo social a partir de diferentes focos (FOUCAULT, 1998).

Em “Vigiar e Punir”, ao se interrogar sobre o que há de novo em relação ao corpo como objeto e alvo de poder no século XVIII, Foucault (2008b) nos dá como resposta os esquemas de docilização do corpo com suas escalas, objetos e modalidades de controle, analisando os processos de objetivação no interior de rede de poderes que resultam na transformação de indivíduos em sujeitos. Os processos de objetivação utilizam técnicas de poder através de exercício de coerção sobre o corpo sem folga, na economia e eficácia de seus movimentos, velando sobre “processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, os espaços, os movimentos” (Ibid., p. 118).

Destarte, no nascimento do que o filósofo chamou de “anatomia política” do corpo, que o torna mais obediente e útil, as disciplinas como mecanismos de poder têm seu momento histórico. Elas tornam o corpo alvo do poder, aumentando suas forças – em termos de utilidade econômica – e diminuindo-as em termos políticos de obediência, oferecendo-o a novas forma de saber. A invenção dessa anatomia política deu-se, conforme o autor,

> A partir de uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergências e esboçam aos poucos a fachada de um método geral (FOUCAULT, 2008, p. 119).

Importante atentar ao trabalho da disciplina sobre o corpo, fabricando o tipo de sujeito necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade capitalista, como argumenta Machado (2006):

> Ligada à explosão demográfica do século XVIII e ao crescimento do aparelho de produção, a dominação política do corpo que ela realiza responde à necessidade de sua utilização racional, intensa, máxima, em termos econômicos. Mas, por outro lado – e isso é um aspecto bastante importante de análise –, o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar (Ibid., p.173).

Assim, as técnicas disciplinares “adestram” muito mais que retiram e se apropriam, através de seus instrumentos (o olhar hierárquico, a sanção

normalizadora e o exame), dividindo os indivíduos no espaço, do controle das atividades, capitalização do tempo e da composição de forças para a obtenção de um aparelho eficiente (FOUCAULT, 2008b).

Como veremos mais adiante, ao nos debruçarmos sobre o material empírico deste estudo, essa compreensão do poder disciplinar, como um primeiro nível de poder que objetiva o treinamento ortopédico dos corpos, interessa-nos na medida em que se articula a um segundo nível de poder cuja finalidade é o corpo espécie. Articulação que não exclui técnicas e mecanismos anteriores:

> Não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. [...] A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

A citação tem sua importância por ressaltar os pontos de articulação entre essas tecnologias de poder. Então, dela podemos extrair dois elementos importantes: o primeiro, é a integração das duas tecnologias e o segundo, diz respeito à finalidade de ambas. Enquanto a disciplina tem seu ponto de aplicação nos corpos individuais, a nova tecnologia dirige-se aos homens como espécie.

Temos, pois, uma tecnologia regulamentadora, massificante que incide sobre o homem-espécie, a que Foucault (1999) chamou de “biopolítica” da espécie humana, como um conjunto de processos – como natalidade, mortalidade, fecundidade de uma população[7] –, que, na segunda metade do século XIX, com a explosão demográfica e a industrialização, tornaram-se objetos de saber e controle. Processos esses que serão alvos da biopolítica na extração de seu saber e definição de um campo de aplicação de seu poder.

---

[7]Nesse sentido a noção de população surge como elemento novo com o qual essa tecnologia lida, “como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 1999, p.293).

Dois outros elementos são importantes para pensar a biopolítica: a direção aos acontecimentos aleatórios que ocorrem em uma população e os mecanismos capazes de intervir nesses fenômenos em sua globalidade. Mecanismos como os disciplinares que tratam de extrair forças, imprimir positividades, mas com caminhos diferentes, uma vez que não se ligam a um corpo individual, mas que levam em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie assegurando uma regulamentação.

Ao comparar as duas tecnologias, Foucault (1999) formula duas séries: corpo-organismo-disciplina-instituições e população-processos biológicos-mecanismos regulamentadores-Estado. Contudo, chama a atenção para o fato de as disciplinas poderem ultrapassar o âmbito institucional, assim como as regulamentações poderem ser encontradas fora do nível estatal. Assim, por estarem em níveis diferentes, podem ser articuladas.

Vale ressaltar a articulação das duas tecnologias, na medida em que se encontram envolvidas na constituição dos sujeitos propostos nas cartilhas do Programa de Capacitação, uma vez que estas têm como “público-alvo” tanto os que participam das práticas pedagógicas do Programa, quanto o conjunto da população na perspectiva da transformação das relações de gênero. Trata-se das relações de poder que se voltam aos corpos dos indivíduos e ao corpo-espécie da população, sobretudo quando intencionam alcançar essas transformações, a partir da intervenção no campo das chamadas políticas públicas, formuladas e executadas em nível estatal.

A eleição do campo das políticas públicas como espaço para a transformação das relações de gênero, nos modos colocados em funcionamento nas cartilhas, deve-se à estatização das relações de poder nas sociedades contemporâneas. Dizendo de outro modo, é porque as relações de poder foram “elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução do Estado” (FOUCAULT, 1998, p.109) que se vislumbra a transformação de sujeitos a partir de estratégias de governo como “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta de homens. Governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo” (Id., 1997, p. 101).

As estratégias de governo evidenciam o exercício de poder como um modo de ação de alguns sobre os outros, colocando em jogo relações entre

indivíduos e grupos, existindo o poder em ato mesmo apoiado em estruturas permanentes. Essas relações são definidas em torno da ação que age sobre a ação, seja ela eventual, futura ou presente, articulada a partir do reconhecimento de um “outro” sobre o qual a relação de poder se exerce e que deve ser mantido como sujeito de ação em um campo de efeitos, respostas, reações ou invenções possíveis (FOUCAULT, 1995).

É nessa perspectiva de governo que os indivíduos estabelecem relações consigo próprios a partir de práticas que acabam por funcionar como um ideal regulatório que moldam,

> nossas formas de compreender e viver nossa existência como seres humanos em nome de certos objetivos – masculinidade, feminilidade, honra, reserva, boa conduta, civilidade, disciplina, distinção, eficiência, harmonia, sucesso, virtude, prazer: a lista é tão diversa e heterogênea quanto interminável (ROSE, 2001, p.36).

Desse ponto de vista, é possível pensar os modos de subjetivação como um conjunto estruturado por uma racionalidade prática e governado por objetivos que transformam indivíduos em sujeitos de variados tipos, ligando-se a objetivos morais, políticos e sociais, argumentação que serve para sinalizar que os modos de subjetivação veiculados nas cartilhas do Programa de Capacitação, ao enunciarem as formas de relação que as pessoas devem ter consigo, com os outros e com o mundo, sinalizam também as práticas e finalidades a que essas relações se ligam, como será evidenciado mais adiante, na análise das técnicas postas em funcionamento nas cartilhas.

Assim é que a discussão aqui desenvolvida sobre os modos de subjetivação produzidos em relações de poder, possibilita pensar o currículo materializado nas cartilhas estudadas como constituído por práticas cuja finalidade é agir sobre a ação dos indivíduos a que se referem, privilegiando a dimensão das relações de gênero e propondo que sejam de determinados tipos e ajam de determinadas formas.

Convém destacar que a preocupação com os modos de subjetivação colocados em funcionamento nas cartilhas do Programa de Capacitação situa-se no campo das inflexões promovidas pelas noções aqui apresentadas de currículo e das relações de gênero, buscando a implosão de fronteiras que considerem modos de ser que nelas se instalam e se situam. São questionamentos que subvertem formas convencionais de pensar o currículo,

conhecimento, poder, tradicionalmente postas em um campo normalizador que funciona permanentemente a partir de agendas programáticas e planos previamente preparados (LOURO, 2001).

Na medida em que educadoras, currículos, escolas, enfim, todos os envolvidos com o campo educacional se vêem perplexos com questões para as quais saídas seguras já se encontram fechadas, com “novas” práticas e “novos” sujeitos sendo produzidos em termos globais, as questões postas como problemas de gênero são fundamentalmente importantes:

> A nova dinâmica dos movimentos sexuais e de gênero provoca mudanças nas teorias e, ao mesmo tempo, é alimentada por elas. A agenda teórica moveu-se da análise das desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais relativamente dadas ou fixas (homens e mulheres, gays e heterossexuais) para o questionamento das próprias categorias - sua fixidez, separação ou limites – e para ver o jogo do poder ao redor delas como menos binário e menos unidirecional (LOURO, 2001, p. 545).

Trata-se de interrogar o currículo materializado nas cartilhas acerca dos problemas de gênero que colocam em funcionamento, o que se busca normatizar, quais transgressões permite efetuar/ efetua. E acerca do que é colocado em funcionamento por este currículo – com suas respostas particulares, localizadas –, o modo como se mostra inteligível por meio de suas aparências de gênero, em seu “domínio finito de uma determinada ocorrência ficcional, no qual são protocolados e sancionados modos específicos de representação, de conteúdos e de relações, enquanto outros são excluídos e nem formulados” (CORAZZA, 2001, p.15).

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

> Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com significantes... é preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou (DELEUZE, apud FOUCAULT, 1998).

Nas trilhas da afirmação de Deleuze, a exposição do aparato conceitual sobre currículo e relações de gênero, fundamentada nas formulações acerca dos modos de subjetivação em Foucault, serviu como caixa de ferramentas para a análise das práticas materializadas nas cartilhas do Programa da FASE. Trata-se de práticas de relações de saber-poder que intencionam a produção de sujeitos, a partir das cartilhas dispositivos[8] pedagógicos preocupados com as mudanças nas relações de gênero, enunciando como estas relações podem/devem ser.

Como afirma Foucault (1995), analisar relações de poder em instituições determinadas pode trazer o inconveniente de buscarmos a explicação do poder pelo poder, uma vez que os mecanismos operados em uma instituição asseguram sua própria manutenção. Pensar o poder a partir dele, no caso aqui posto, requer pensarmos na emergência das cartilhas em um feixe de relações nas quais outras instituições, práticas sociais, jogos de interesses e discursos estão atravessados, justapostos, emaranhados.

Da articulação com outras organizações não governamentais nas práticas de “capacitação em gênero”, dos financiamentos das agências internacionais para trabalho com mulheres aos diálogos com a literatura sobre gênero produzida na academia, as cartilhas são erigidas em um feixe de relações, em séries, em um tempo descontínuo e em um espaço de dispersão.

Desse ponto de vista, o discurso proferido pelas cartilhas pôde ser acolhido em sua emergência de acontecimento “nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido,

---

[8] Estes são entendidos como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1998, p. 244).

esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros" (FOUCAULT, 2004, p. 27). Assim, o que pode ser visto como contínuo em uma pretensa unidade, passa a ser visto como efeito de uma construção cujas regras precisam ser conhecidas, tendo seu lugar de quase-evidência questionado.

É nesse intuito que o percurso metodológico foi realizado. Sem um rumo previamente traçado, mas como uma caminhada de Borges com uma "latitude máxima de probabilidades para não cansar a expectativa com a antevisão obrigatória de só uma delas" (BORGES, 2001 p. 31), e lançando mão de ferramentas conceituais que serão agora descritas.

2.1 A NOÇÃO DE DISCURSO COMO FERRAMENTA

Em "A Arqueologia do Saber", Foucault (2004a) questiona as análises tradicionais do discurso, as descrições das unidades seculares das histórias das idéias, das ciências, do pensamento, dando lugar aos fenômenos de rupturas, perturbando as continuidades de estruturas fixas e considerando a irrupção dos acontecimentos.

A chamada trajetória arqueológica, como promoção de reformulações, revisões e apontamentos, que estabelecem princípios para as análises genealógicas. Como afirma Foucault:

> Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade (FOUCAULT, 1998, p. 99).

A trajetória arqueológica busca, pois, estabelecer princípios que norteiem as análises dos efeitos de poder ligados aos discursos científicos. Portanto, a arqueologia procura definir não pensamentos, temas, representações que se manifestam ou se ocultam nos discursos, mas os próprios discursos como práticas que têm suas próprias regras, em sua especificidade. Neste sentido, na perspectiva foucaultiana, o discurso é caracterizado como uma prática,

> um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2004a, p.133).

A proliferação do discurso precisa ser dominada de maneira que sua riqueza seja separada de sua parte mais perigosa, como se em nossa sociedade houvesse um temor pelos acontecimentos, por tudo que há, no "burburinho incessante e desordenado do discurso", de violento, descontínuo, batalhador, perigoso. Então, tomar o discurso como desordenado, em uma sociedade que cria procedimentos que buscam ordená-lo a todo tempo, é a concepção mais desconcertante de Foucault, que possibilita compreendê-los como práticas. Ou seja, o discurso faz coisas, efetua, cria e destrói (FOUCAULT, 2002).

A noção de discurso como uma prática (discursiva) desloca a perspectiva de sua análise da busca da revelação de algo escondido para a explicitação de suas condições de possibilidades. Não há um "núcleo" no qual suas "verdades" estão abrigadas e esperam para ser acessadas, descobertas a partir de significações prévias. Não há a procura para reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, experimentado pelos homens, não é o retorno ao próprio segredo da origem, mas, sobretudo, a descrição sistemática de um discurso-objeto. Nesse sentido, a noção de discurso como ferramenta serve para a análise das cartilhas como a materialização de práticas que podem ser interrogadas em seu feixe de relações[9].

Buscar situar a emergência das cartilhas, foi possível situar sua constituição como uma prática engendrada na instituição que a constitui, tomando como ponto de partida o projeto especial que a Fase[10] possui intitulado "Grupo de Trabalho Gênero" (GT Gênero) que objetiva fazer a abordagem de gênero em todas as discussões em que a organização está envolvida e apóia as plataformas dos movimentos de mulheres (FASE, 2009).

---

[9]Cabe ressaltar que as análises, na perspectiva foucaultiana, não se fecham no próprio discurso, mas buscam suas articulações com acontecimentos não discursivos, sejam eles de ordem econômica, social ou política. Segundo Machado (2006) embora as relações entre discursivo e não discursivo não tenham sido sistematizadas por Foucault estão presentes em sua obra.

É um espaço de “gestão e de confluência de ações, mas também lugar de intercâmbios, debates, proposições, capacitações e com unidade orçamentária” (FASE, 2009) e atua de forma “horizontal” em todos os programas desenvolvidos pela organização.

Essa atuação possibilitou ao Programa Amazônia a constituição de seu Programa de Capacitação de Multiplicadores/as em Gênero e Políticas Públicas como uma prática pedagógica, tendo como alvo grupos de mulheres e como espaço de intervenção o campo das políticas públicas, o que nos dá a dimensão não só das práticas institucionais da Fase, mas sobre o modo como o discurso sobre gênero veiculado nas cartilhas enreda-se em um feixe de práticas, forças e interesses, como se verá de forma mais detalhada no próximo capítulo.

2.2 OS DOCUMENTOS NÃO ESTÃO INERTES

Foucault (2004) afirma que a história, como disciplina, mudou sua posição sobre o documento. Ela não o interroga a fim de reconstituir o passado, ela o elabora, ordena, descreve relações, já não mais ligada a uma memória milenar na qual suas lembranças residiam, afirma o autor:

> Em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos em monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto (Ibid, p. 9).

Vê-se assim, o esboço do desenho de uma história descontínua, bem distinto do que se poderia chamar uma história geral, com seus documentos de memória milenares e objetos descontextualizados, resultado da mudança de posição dos documentos que possibilitou três conseqüências.

A primeira refere-se ao não estabelecimento de relações causais entre acontecimentos datados, mas à constituição de séries que têm seus limites, tipos de relações específicas e elementos definidos. A descontinuidade é uma segunda conseqüência que toma um lugar importante nas disciplinas da historia como conceito operatório. Sendo, “ao mesmo tempo, instrumento e

objeto de pesquisa, delimita o campo de que é o efeito, permite individualizar os domínios, mas só pode ser estabelecida através da comparação desses domínios" (Foucault, 2004, p. 10). A terceira conseqüência diz respeito à impossibilidade de uma história global, que suponha relações homogêneas entre todos os acontecimentos, e de uma única forma de historicidade que compreenda um amplo espectro de estrutura, comportamentos e hábitos.

Mas, eis o alerta para os problemas colocados ao utilizarmos noções de série, descontinuidade e dispersão: há que se libertar das noções de tradição, desenvolvimento e evolução como princípios de classificação, universalmente reconhecíveis. Sínteses acabadas precisam ser postas em suspensão, pois há como o nó em uma rede, a interligação a outros discursos em um campo complexo, no qual não há uma origem secreta, um já dito, "é preciso tratá-lo no jogo de sua instância" (FOUCAULT, 2004, p.28).

Nessa nova posição, o documento não é uma matéria inerte, muda. Adquire um estatuto diferenciado, tratado em sua espessura própria, podendo ser analisado a partir das relações que estabelece, das práticas sociais em que se insere. Partindo de tais constatações, as seguintes interrogações serviram de pistas para a análise das cartilhas: o que dá a eles movimento? Como este pode ser dimensionado, acompanhado? Como as relações que estabelecem podem ser analisadas?

Pistas encontradas nos arquivos no Centro de Documentação da FASE (CDF)[11] – Programa Amazônia, versam sobre a emergência da categoria gênero nos trabalhos desenvolvidos na organização, quando na década de 1990, é elaborado um programa intitulado "Programa Integrado de Capacitação em Gênero, Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas/ PIC-Gênero", iniciativa proposta pelo SOS Corpo[12], financiada pela Fundação Ford, que objetivava

[11]O CDF é um espaço no qual os documentos da FASE/ Programa Pará estão arquivados. Lá constam documentos produzidos pela FASE, como relatórios e outras publicações, e também livros, jornais e documentos produzidos por outras organizações (governamentais e não governamentais).

[12]Organização não governamental feminista com sede em Recife/PE.

> - aprofundar conceitualmente o tema de gênero;
> - possibilitar o uso da categoria em análises de programas e atividades das ONGs;
> - incorporar uma perspectiva de gênero tanto na dimensão intra-institucional, como na dimensão político-educativa junto aos programas de trabalho das ONGs;
> - orientar a definição de ações de impacto sobre a transformação do sistema de gênero (Proposta do Programa PIC-Gênero, 1993).

Os documentos relacionados ao PIC-Gênero tratam de sua origem, da relação com instituições financiadoras, operacionalização, avaliações e relatórios. De uma forma geral, versam sobre a emergência dos debates sobre gênero na instituição, como pode ser observado no documento elaborado pelo SOS Corpo, "Referências para Programa de Assessoria em Gênero":

> Gênero tornara-se então um tema novo no universo das ONGs brasileiras e tema priorizado nos debates sobre o desenvolvimento e cooperação internacional. [...] Durante 3 anos (90/92) estivemos respondendo às solicitações para debater o tema em Fóruns, reuniões de Plataforrma Novib, discussões junto a algumas ONGs etc. Promovemos 4 seminários sobre gênero, articulando o tema com a teoria feminista, com as metodologias de pesquisa, com a teoria de disciplinas como antropologia e ciência política. Participaram destes seminários feministas e integrantes de ONGs mistas de Recife e, ainda pesquisadoras de universidades (Ibid, 1983).

Os documentos evidenciam elementos das práticas discursivas das universidades, governos e dos movimentos sociais no início da década de 1990, nacional e internacionalmente, quando gênero tornara-se tema novo no âmbito das ONG brasileiras.

Mas, se na década de 1990 a categoria gênero emerge nas práticas discursivas da FASE intencionando o "aprofundamento teórico" e sua "incorporação junto aos programas", a partir de 2000, com a constituição do Grupo de Trabalho Especial de Gênero (GT Gênero), há o reconhecimento de sua utilização em diversas iniciativas da organização, inclusive orientando novas metodologias utilizadas por seus programas e qualificando a estratégias de intervenção na defesa dos direitos das mulheres e promoção da igualdade de gênero (FASE, 2009).

Neste sentido, as pistas da emergência da categoria de gênero nos arquivos da FASE, possibilitaram a leitura dos enunciados[13] que as cartilhas proferem, em sua *exterioridade* ("lugar" no qual há outros "textos" constituídos

[13] A noção de enunciado será explicitada na próxima seção.

em outras práticas discursivas), estabelecendo as relações com seus campos discursivos correlativos e quais relações de poder ativam e colocam em circulação.

2.3 ERIGINDO UMA ARQUITETURA

O termo “arquitetura” refere-se aqui ao movimento delineado nas cartilhas em seu próprio tecido documental, voltado aos modos de subjetivação, mas voltado também ao seu campo de *exterioridade* compreendido como a aparição das cartilhas, a emergência da temática do gênero na Fase e tudo aquilo que “dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (FOUCAULT, 2004a, p.53).

Trata-se de uma arquitetura erigida com a intenção de efetuar análises em uma perspectiva foucaultiana, considerando as cartilhas como dispositivos que materializam elementos heterogêneos em sua preocupação com as mudanças nas relações de gênero, enunciando o modo como essas relações podem/devem ser, modo inscrito em “um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, 2004a, p.246).

Para a exposição de como as cartilhas foram analisadas faz-se necessário situar alguns de seus elementos. Embora sejam quatro cartilhas abordando temas diferentes os mesmos personagens se mantém ao longo de sua narrativa. Dois desses personagens (um homem e uma mulher, “lideranças comunitárias”) apresentam as cartilhas expondo seus objetivos e propondo a maneira como podem ser utilizadas em uma seção intitulada “Dicas para utilizar esta cartilha”. Tais “dicas” recomendam formas de usar as cartilhas: como material de apoio nas reuniões de Centros comunitários, grupos de mulheres e afins. Sugere-se que se atente para os interesses dos grupos, elaborando perguntas sobre o conteúdo das cartilhas para fomentar discussões e que resultados sejam “socializados” com outros grupos e comunidades em que vivem os participantes dos grupos.

A cartilha “Gênero e Sexo: agora homem vai ter que usar saia?” (FASE, 2001a, p.6) subsidia o primeiro módulo do Programa de Capacitação, “A formação do conceito de gênero”, e tem os seguintes objetivos:

a) Distinguir os conceitos de Sexo e Gênero, permitindo uma percepção crítica das diferenças construídas socialmente para homens e mulheres;

b) Compreender, através do conceito de divisão social e sexual do trabalho, a relação entre os papéis masculinos e femininos construídos na sociedade;

c) Os principais problemas e dificuldades enfrentados pelas mulheres no trabalho, na vida pública e na família.

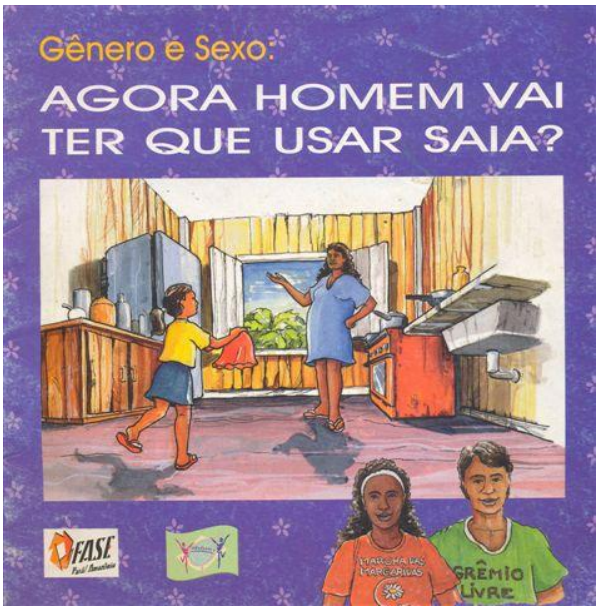


Ilustração 2: Capa da Cartilha “Gênero e Sexo”
Fonte: Fase Programa Amazônia, 2001.

Nesta primeira cartilha, a personagem Teresa, grávida, aparece sendo questionada pela filha acerca do que o irmão, que irá nascer, poderá ou não fazer. Assim, as diferenças entre homens e mulheres são apresentadas em uma narrativa explicativa sobre determinações dos comportamentos das pessoas associadas às relações sociais, como classe, geração e raça. Também é apresentado José, marido de Teresa, com quem esta estabelece um diálogo sobre as responsabilidades com os filhos, os cuidados com a casa e a inserção no mercado de trabalho.

A cartilha, intitulada “Gênero e Poder: O tempo da política” (FASE, 2001b, p.6) subsidia o segundo módulo do Programa de Capacitação, “Gênero, Organização Social e Representação Política”, e tem os seguintes objetivos:

a) Discutir os conceitos de Poder, Igualdade e “Empoderamento”;

b) Relacionar o processo de construção dos papéis sociais com as relações de poder, assim como seus reflexos sobre a esfera pública e as políticas;

c) Identificar obstáculos e possibilidades para a participação integral das mulheres em processos de representação e tomada de decisão.

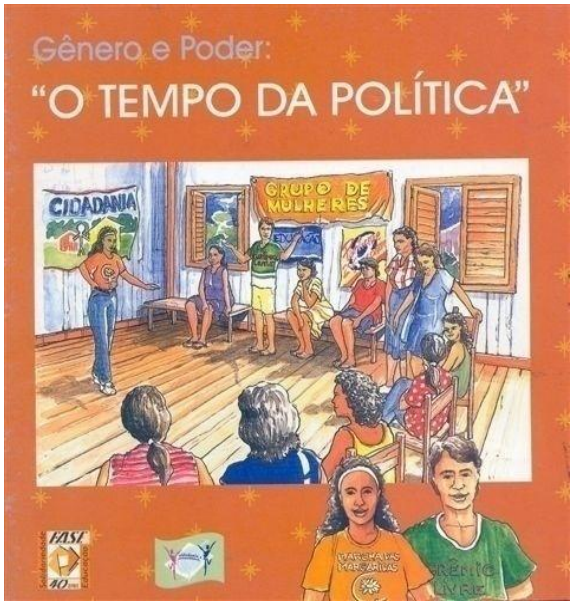


Ilustração 3: Capa da Cartilha “Gênero e Poder”
Fonte: Fase Programa Amazônia, 2001.

Nesta cartilha, Teresa interessa-se pelo tema “poder” no período de campanha eleitoral para o Grêmio Livre. Nos enunciados proferidos pelas “lideranças comunitárias”, que acompanham toda a narrativa, as relações travadas no interior da família de Teresa são postas como em um espaço de poder. Quando Teresa inicia seu engajamento em um grupo de mulheres, vemos o início de suas negociações com José acerca dos cuidados com filhos e casa.

A cartilha, intitulada “Gênero e Políticas Públicas: Participando sem medo de ser mulher” (FASE, 2001c, p. 6), subsidia o módulo “Gênero e Políticas Públicas”, e seus objetivos:

a)Apresentar diferentes abordagens de políticas públicas com enfoque de gênero;

b) demonstrar a desigualdade de gênero nas políticas públicas;

c) Mostrar a importância da perspectiva de gênero na construção das políticas públicas, tendo em vista seus impactos diferenciados para homens e mulheres;

d) Expor as principais conquistas dos movimentos de mulheres nas políticas setoriais (violência, saúde e trabalho) e os obstáculos existentes para a sua ampliação;

d) Identificar os instrumentos existentes de controle e participação social.

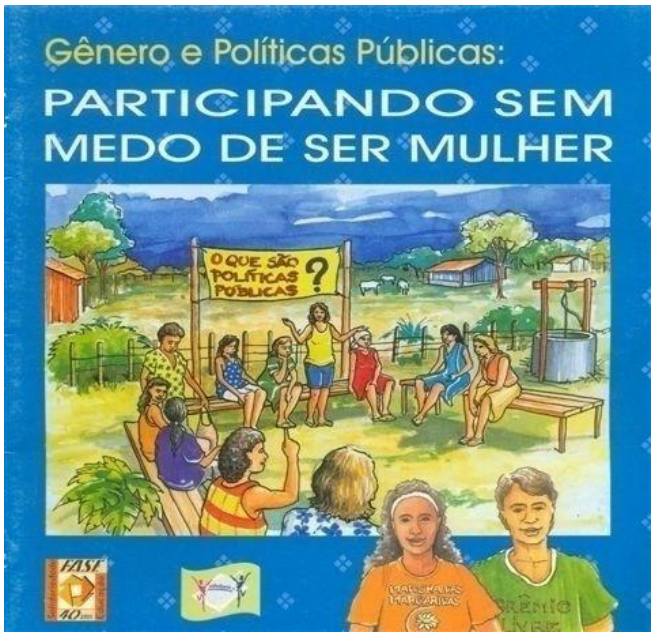


Ilustração 4: Capa da Cartilha “Gênero e Políticas Públicas”
Fonte: Fase Programa Amazônia, 2001.

Nesta cartilha, Teresa participa das reuniões no Centro Comunitário nas quais propostas de “políticas públicas” são discutidas. Entendidas como “ações dos governos executadas com recursos públicos, que têm como finalidade garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e das cidadãs asseguradas por lei”, as políticas públicas são apresentadas do ponto de vista do gênero. Assim, a narrativa é desenvolvida com base em situações cotidianas dos envolvidos no Centro Comunitário, por exemplo, quando propõem a participação das mulheres nos sindicatos e compõem uma pauta de negociação com instâncias governamentais com “propostas para melhorar a vidas das mulheres na comunidade”.

Por fim, a cartilha “Gênero e Planejamento: construindo os caminhos da igualdade” (FASE, 2001d, p. 6), subsidia o módulo “Planejamento e Metodologia de Trabalho com Gênero" e objetiva:

a) Apresentar uma ferramenta de diagnóstico e planejamento participativo com perspectiva de gênero, que permita qualificar a incorporação das mulheres nas ações e atividades dos movimentos sociais;

b) Demonstrar a desigualdade de gênero no processo de elaboração do planejamento das políticas públicas;

c) Contribuir para melhorar as relações de gênero, a partir da identificação e inserção das necessidades específicas das mulheres nos planejamentos das organizações.

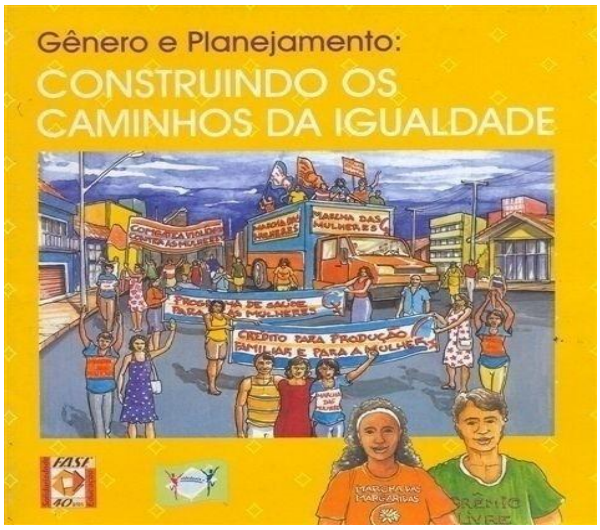


Ilustração 5: Capa da Cartilha "Gênero e Planejamento".
Fonte: Fase Programa Amazônia, 2001.

Nesta última cartilha, Teresa participa do processo de planejamento das ações do Centro Comunitário, no qual o "enfoque de gênero" é incorporado. O planejamento é tido como uma ferramenta que possibilita mudanças nas relações de gênero por meio de "ações concretas" que incidam na proposição e controle de políticas públicas. Assim, o planejamento é apresentado como instrumento de mudança das relações mantidas na esfera familiar de Teresa e também nas situações vividas em sua comunidade.

A apresentação resumida das cartilhas pretende situar, no percurso metodológico, o modo como foram efetuadas as análises de seus enunciados. Estes são entendidos como os lugares em que se cruzam domínios, possibilitando o aparecimento de conteúdos concretos em um espaço-tempo[14]. Os lugares ocupados pelos personagens são funções que poderiam ser exercidas, ocupadas, por diversos indivíduos, ao mesmo tempo em que eles também podem ocupar, alternadamente, diferentes posições.

O que eles nos mostram ou deixam de mostrar são acontecimentos que a língua não esgota inteiramente, sempre abertos à transformação, à repetição, à reinvenção. Então, o objetivo não foi apenas atentar para o que eles podem/tentam nos dizer, mas para o conjunto discursivo a que se referem.

[14]"Um enunciado estabelece uma relação diferenciada com sua proposição e com aquilo que enuncia. O que é posto em jogo é aquilo de que seu "tema" fala, não apenas o que é dito. Um enunciado não tem como correlato um indivíduo ou um objeto específico, singular, mas tão somente um conjunto de domínios onde os objetos emergem assinalando suas relações" (FOUCAULT, 2004a).

Assim, os lugares que esses personagens ocupam não manifestam o que eles pensam, mas trata-se

> ao contrário, (de) um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo**.** É um espaço e exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2004a, p. 60).

Desse modo, os enunciados dos nossos personagens colocam práticas discursivas sobre gênero em movimento e não se reduzem aos atos de fala nem a uma ação de pronunciar discursos de forma "individual". Trata-se, sim, de um conjunto de enunciados (como manifestação de saberes) que transmitem e conservam coisas, têm valor e são apropriados como "verdades". Veiga-Neto (2004) afirma:

> O enunciado é um tipo muito especial de um ato discursivo: ele se separa dos contextos locais e dos significados triviais do dia-a-dia para constituir um campo mais ou menos raro de sentidos que devem ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem - seja em função de seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função da instituição que o acolhe (p. 114).

Mas esse conjunto de enunciados está longe de estabelecer relações com um único objeto. Diversos objetos perfilam-se e transformam-se de modo disperso e a análise centra-se no jogo de seus aparecimentos e dispersão. Temas incompatíveis são ativados, temas diferentes são introduzidos.

O conjunto de enunciados proferidos pelos personagens sobre gênero constitui diversos objetos que têm suas regras de aparecimento e dispersão anunciadas no próprio tecido documental das cartilhas. As escolhas de tais objetos dizem respeito, como mencionado anteriormente, à função que deve exercer o discurso no campo das práticas de transformação ou manutenção das experiências dos sujeitos.

Foi possível, desse modo, erigir uma "arquitetura" das cartilhas, a partir de três eixos analíticos, com base na compreensão de que os enunciados proferidos pelos personagens referiam-se à constituição dos sujeitos que as cartilhas configuram como possíveis leitores, às estratégias perfiladas na narrativa das cartilhas para transformar esses sujeitos e aos tipos de sujeitos que as cartilhas propõem aqueles que poderão alcançar os objetivos a que se destinam, ou seja, alterar as relações de gênero na sociedade.

O primeiro eixo intitulado “Os sujeitos que serão transformados” trata dos enunciados proferidos acerca do conjunto de domínios que objetivam indivíduos discursivamente nas cartilhas e está subdividido em três seções: o espaço da casa, o espaço do trabalho, o espaço das políticas, espaços onde atuam os sujeitos a que o Programa de Capacitação se dirige.

Os enunciados proferidos acerca dos sujeitos que serão transformados dizem respeito a um conjunto de domínios que objetivam discursivamente indivíduos[15] para que suas experiências possam ser constituídas como sendo de sujeitos que lutarão por “uma sociedade mais justa do ponto de vista social, econômico e ambiental”, questionando “posições de gênero” a partir de ações “transformadoras das formas de divisão de poder na sociedade” (FASE, 2001a p. 30).

Trata-se de constituir indivíduos como objetos do discurso a partir de suas condições de aparecimento, em um feixe de relações estabelecidas entre instituições, processos sociais e econômicos que lhes permitem aparecer “justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade” (FOUCAULT, 2004, p. 50).

O conjunto de domínios possibilita colocar em jogo práticas discursivas e não discursivas que operacionalizam a constituição de um sujeito que será alvo de transformação, permitindo que, nesse eixo de análise, seja descrita e problematizada essa constituição. Referimo-nos a indivíduos presos a uma identidade, como Tereza, a protagonista da narrativa das cartilhas, que ocupa a posição de quem terá sua experiência transformada, visando à produção de outro tipo de sujeito.

O segundo eixo, “As estratégias de transformação”, estuda as estratégias como certa manipulação de forças que colocam em funcionamento as tecnologias de saber-poder, cuja intenção é moldar ou orientar a conduta, transformando os indivíduos em sujeitos de determinados tipos. São subdivididas em três seções, conforme identificado nas cartilhas: “desvele a realidade”, “planeje” e “participe”.

---

[15]Como argumenta Fonseca (2003), os processos de objetivação e subjetivação referem-se sempre a indivíduos e o termo sujeito “expressará o resultado da constituição do individuo ante os mecanismos de subjetivação presentes na atualidade” (p. 26).

Finalmente, o eixo “Os tipos de sujeitos propostos” descreve e problematiza a produção de sujeitos engendrada pelas estratégias de transformação colocadas em funcionamento nas cartilhas, a fim de promover mudanças nas relações de gênero na sociedade. Neste eixo analítico são postas em evidência as estratégias de saber-poder regulamentadoras, as quais não incidem apenas sobre os corpos dos indivíduos, mas tencionam treiná-los, formá-los, multiplicar suas forças. Elas produzem os tipos de sujeito que intitulam as seções: “a mulher empoderada”, “a mulher produtiva”, “a mulher politicamente engajada”.

Ao delinear os “eixos analíticos” a pretensão foi a de alicerçar terrenos, erigir pilares e solidificar fundações para a utilização de ferramentas foucaultianas na análise das cartilhas, vistas como espaços de confrontos, encontros e fricções. Nestes eixos foram promovidas problematizações não apenas dos enunciados e suas funções em seus campos discursivos, mas, sobretudo, dos jogos de interesse e das estratégias acionadas em diferentes campos de poder-saber em prol de tal empreitada.

3 OS DOCUMENTOS DE SUBJETIVAÇÃO

Este capítulo contém a análise dos modos de subjetivação colocados em funcionamento no currículo materializado nas cartilhas do Programa de Capacitação, utilizando as ferramentas conceituais foucaultianas, formuladas a partir dos seguintes eixos de análise (conforme explicitado no 2° Capítulo do percurso metodológico) agora apresentados e discutidos: 1- Os sujeitos que serão transformados; 2- Estratégias de transformação; 3- Tipos de sujeitos propostos.

3.1 OS SUJEITOS QUE SERÃO TRANSFORMADOS

Partamos da ilustração que se segue, para identificar alguns dos atributos e qualidades de Tereza, o sujeito que será transformado:

Ilustração 6: “Tereza e sua filha”.
Fonte: Fase, 2001a, p. 09.

O questionamento sobre o que meninos e meninas podem ou não fazer, feito por uma menina à sua mãe, na cozinha (de madeira) de sua casa, nos dão pistas, que também podem ser percorridas ao longo da narrativa de todas as cartilhas, para compormos o “currículo” de Tereza: ela é uma dona de casa, heterossexual, casada, católica, moradora de um bairro de periferia, pertencente à camada popular empobrecida, mãe de uma menina, grávida de um menino, escolaridade em nível de ensino médio (ou leia-se “sem nível superior”).

Como já discutido no 1° Capítulo, utilizamos uma noção de currículo que não o compreende como restrito apenas ao “conhecimento formal” (como a grade curricular operada nas escolas formais) ou a experiências acumuladas no âmbito acadêmico-profissional, mas volta-se aos modos de subjetivação, ao tipo de sujeito que Tereza é. Seu currículo é um documento de identidade na medida em que envolve aquilo em que ela se tornou. Constrói-se a partir de seleções de qualidades/atributos que devem ser incluídos/excluídos (SILVA, 2004).

Como um documento de identidade, o “currículo” de Tereza importa uma noção de sujeito que, como na concepção de sujeito iluminista, é dotado de uma interioridade, de capacidades de razão, consciência e ação, e, portanto, pode ser alvo de transformação. Assim, esse “currículo” funciona como uma espécie de corrida mostrando partes de um percurso cujo interesse está no fato de apontarem a direção do que precisa ser mantido ou transformado, operando seleções do que deve ser incluído ou excluído. Porém, os enunciados das cartilhas elegem apresentar Tereza e seu percurso com base em interrogações cotidianas acerca das dificuldades que encontra nos espaços de sua casa, no trabalho e no campo das políticas públicas, como veremos a seguir.

3.1.1 Espaço da casa

Neste espaço Tereza assume a posição de quem é responsável pelos cuidados com os filhos, casa e marido. É apresentado como lócus de mudança, a partir do qual outras mudanças serão promovidas à medida que as relações

ao serem “denunciadas”[16] são também problematizadas. As denúncias referem-se às dificuldades referentes à posição das mulheres na sociedade e, neste caso, no “espaço privado”[17] de sua casa.

Algumas interrogações podem ser formuladas para nortear a apresentação do modo pelo qual esse sujeito é constituído nesse “espaço privado”: por que se configura como um dos espaços privilegiados para falar das dificuldades das mulheres? Quais são as dificuldades nele existentes que podem/precisam ser enfrentadas? E havendo dificuldades, estas privam os sujeitos de quê? A apresentação de outro personagem, José, marido de Tereza, contribui para respondermos a essas interrogações.

Há no “currículo” de José algumas características em comum com o de Tereza: originário de camada popular empobrecida, morador de um bairro de periferia, católico, escolaridade provavelmente em nível de ensino médio, heterossexual, casado, pai, líder comunitário. No entanto, é ele quem provê financeiramente a família e profere enunciados que veiculam a idéia de masculinidade relacionada à virilidade e encarna a instância de poder mais próxima à Tereza: é o “elemento” que exerce poder *sobre* ela e a quem é preciso se opor, de acordo com os enunciados das cartilhas.

Nas ilustrações 7 e 8, o espaço da casa tem seu privilégio na constituição de Tereza como um sujeito que será transformado na medida em que é nele que as dificuldades emergem. É o espaço no qual são travadas as relações cotidianas – em que o homem *tem* poder[18] *sobre* a mulher –, por exemplo, quando José (utilizando ferramentas realiza uma “atividade de homem” com seu filho ao lado) questiona as idas de Tereza (que se encarrega das roupas ao lado de sua filha, “atividade de mulher) ao Centro Comunitário ou solicita sua alimentação.

---

[16]O termo denúncia será utilizado para o movimento evidenciado nas cartilhas que objetiva o “esclarecimento” das dificuldades das mulheres nesses espaços a partir de uma “percepção crítica”.

[17]Os termos “espaço privado” e “espaço público” têm sua utilização de acordo com sua veiculação nas cartilhas, sendo o primeiro a esfera doméstica, “dentro da casa”, separada do “mundo social e político”.

[18]Essa noção de *poder sobre* veiculada nas cartilhas será explicitada e problematizada na seção 3.3 “Tipos de sujeitos propostos”.

Ilustração 7: “Com quem as crianças ficarão?”.
Fonte: FASE, 2201c, p.10.

Ilustração 8: “José e sua família”.
Fonte: FASE, 2001b, p.12.

Outros excertos, como os que se seguem, também enunciam ser a casa, o “lugar da mulher”, em que se dão os cuidados com os filhos e com a família:

> José: Oh mulher! Tua filha está fazendo muitas perguntas estranhas. Você não está educando direito essa garota?
> Tereza: Ah! Mas a educação dela não é responsabilidade só minha. Tu também é responsável. (FASE, 2001a, p. 14).
>
> Tereza: Oh, Zé! Agora que o bebê nasceu, eu podia arrumar um trabalho né?
> José: O quê?! Mas você já tem tanto serviço em casa! E depois, que vai cuidar das crianças, fazer a comida, lavar as roupas? Não! Seu lugar é dentro de casa, cuidando da família! (FASE, 2001a, p. 20).
>
> José: Oba! Amanhã é sábado e eu tenho aquele jogo de futebol...
> Tereza: Amanhã é sábado e ainda tenho aquele monte de roupa pra lavar, terminar a faxina na casa... (FASE, 2001a, p. 29).

É nesse espaço “privado” da casa, o âmbito privilegiado para denunciar relações que privam mulheres de *ter poder*, visto como um atributo pertencente aos homens. Poder de *ter* prazer no jogo de futebol aos sábados, de circular “fora de casa” nos espaços de trabalho e de participação política, poder de escolher/ decidir o que é possível ou não fazer. E à Tereza, e, portanto às mulheres, cabe restringir–se a esse espaço da casa, cuidando da família, fazendo a faxina, se encarregando da alimentação de todos e “carregando” as decisões tomadas por José.

Esse privilégio dado aos embates cotidiano entre homens e mulheres, apropriado pelos enunciados que veiculam nas cartilhas, nos remete às séries de oposições a que Foucault (1995) se refere, evidenciadas nos anos 60 como lutas “transversais”, por não se limitarem a um país ou a um governo em particular, mas por criticarem instâncias de poder mais próximas, como o exercício das relações de poder de homens sobre mulheres, sem esperar solução para um futuro, uma revolução social.

E no intuito de mostrar em que sentido as lutas precisam ser travadas, o cotidiano de Tereza e José é mostrado como atravessado pelas definições do que *eles são*, do que é *ser* homem e mulher, quais seus “lugares” e “papéis”, conforme se pode depreender dos seguintes excertos:

> Tereza diz a sua filha: Meninos são diferentes das meninas e o normal é que as meninas usem saia e os meninos não (“Gênero e sexo”, 2001, p.09).
>
> José diz a sua filha: Meu filho não usa saia e nem brinca de boneca. Isso é coisa de mulher. Homem tem que brincar de bola, carrinho (“Gênero e sexo”, 2001, p. 10).
>
> José diz a sua filha: Meninas são sensíveis, frágeis. Já os meninos são fortes e não choram (“Gênero e sexo”, 2001, p. 11).

Nas esculturas fixas que os modelam, eles “são”, possuem qualidades, atributos que lhes pertencem assim como pertencem às categorias “homem” e “mulher”, assim como seus filhos são “menino” e “menina”, “fazem isto e não aquilo”. Essas diferenciações são explicadas tendo como fundamento “aspectos biológicos, fisiológicos, o ambiente físico e as determinações econômicas, históricas, culturais, religiosas e psíquicas” (FASE, 2001a, p. 11), que acabam por determinar papéis sociais de homens e mulheres, ensinados na família, escola e igreja, e “naturalizados” ao longo da história.

Neste sentido, é a partir da afirmação de que “homens e mulheres agem de forma diferente pela educação diferenciada que recebem e não pelos fatores biológicos” (FASE, 2001a, p. 14) que a tentativa de afastamento de proposições essencialistas das diferenças opera nas cartilhas. Para além do campo discursivo biológico-comportamental, que explica as diferenças a partir da fisiologia e do ambiente, há a legitimação do campo discursivo sociológico-cultural como o que “determina” os comportamentos. Se as diferenças são construídas socialmente, o problema acontece quando elas se tornam desigualdades e, consequentemente, colocam as mulheres em posição de subordinação em relação aos homens, como no enunciado que busca responder à questão se há problema com a diferença entre homens e mulheres: “o problema é que em nossa sociedade transformamos as diferenças em desigualdades. Ou seja, essas diferenças representam formas de poder e subordinação” (FASE, 2001a, p.14).

Desse modo, a noção de gênero emerge nas cartilhas como categoria explicativa das relações de poder entre homens e mulheres, construção sociocultural das características biológicas que definem “os papéis e ações dos homens e das mulheres na sociedade” (Ibid, p. 16) em relações de poder,

enquanto as características biológicas dizem respeito ao sexo, uma vez que "nascemos macho ou fêmea", como explicitado na ilustração abaixo:

Ilustração 9: "Gênero é a mesma coisa que sexo?"
Fonte: FASE, 2001a, p.16.

Segundo Haraway (2004)[19], em todas as versões das teorias feministas a distinção sexo/gênero depende de um campo político-filosófico de oposições binárias, no caso das cartilhas, natureza x sociedade, privado x público, mulher x homem. Assim, a categoria gênero desenvolve-se no sentido de contestar a naturalização da diferença sexual, na tentativa de "explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais 'homens' e 'mulheres' são socialmente constituídos e posicionados em relação de hierarquia e antagonismo" (HARAWAY, 2004, p. 211), rejeitando o determinismo biológico dos termos "sexo" ou "diferença sexual".

[19]Donna Haraway realizou esta discussão em 1983 quando o coletivo feminista de um jornal marxista solicitou que escrevesse sobre a palavra-chave "gênero" para um dicionário marxista. A autora esclarece, então, que focalizou os escritos de feministas norte-americanas (HARAWAY, 2004, p. 208).

A pressuposição da relação entre natureza x cultura, privado x público, mulher x homem, agindo um sobre o outro, como uma aspecto do sistema veiculado nas cartilhas, merece ser destacado. Em ambos os casos, os segundos elementos das oposições parecem anular os primeiros que se constituem como os “outros” que evidenciam hierarquias e antagonismos entre homens e mulheres assinalados nas cartilhas.

Contudo, se a noção de gênero emerge nas cartilhas como categoria política que permite pensar as relações de poder entre homens e mulheres, em uma perspectiva de construção social, intencionando instrumentalizar mulheres ao exercício da emancipação – como será mais bem discutido adiante –, ao invocar o sistema sexo/gênero pressupondo relações binárias nas quais um elemento age sobre o outro, pressupõe do mesmo modo a atuação do gênero sobre o sexo. E neste sentido, na esteira das interrogações de Butler (2007), estaria o sexo para o gênero assim como o feminino para o masculino? O gênero absorveria o “sexo”? E o que implicaria esta absorção do ponto de vista da constituição de um sujeito que precisa ser transformado?

O enunciado da ilustração 9 que sexo nasce-se com ele, e gênero constrói-se por meio da sociedade e da cultura, impõe o gênero à superfície de sua matéria que é o sexo. Vejamos: Tereza nasceu com um sexo biológico a partir do qual construções socioculturais definiram suas ações, seu “papel” na casa, na relação com José, na sociedade, e esses são “dados”, de seu “documento de identidade” que não podem ser confundidos, como explica o líder comunitário à Tereza na ilustração acima. Enunciado que nos remete ao campo discursivo dominante desde o século XVIII, de dois sexos estáveis e opostos no qual se apóiam a vida política, econômica e cultural de mulheres e homens, tendo a biologia como seu fundamento (LAQUEUR, 2001).

Mediante tal noção de gênero ancorada nessa perspectiva de inscrição sobre o sexo é possível pensarmos que se há nas cartilhas a tentativa de afastar proposições essencialistas de gênero, o sexo acaba sendo naturalizado, uma vez que se “nasce com ele”. Se a noção de gênero serve para contestar a naturalização das diferenças como desigualdades no campo político, o sexo permanece sem historização:

> O conceito de ‘sexo’ é, ele próprio, um terreno conflagrado, formado através de uma série de constatações em torno de qual deve ser o critério decisivo para distinguir entre os dois sexos; o conceito de sexo tem uma história que fica ocultada pela figura do lugar ou da superfície de inscrição (BUTLER, 2007, p.157).

A autora ao afirmar que sexo é uma categoria normativa que regula e produz os corpos que governa, embora os corpos não se conformem completamente às normas, sustenta que há a tentativa de materialização do sexo através de reiterações das normas, e neste sentido, para materializar a diferenciação sexual a serviço do imperativo heterossexual. Contudo, como categoria normativa, faz-se necessário considerar sua historicidade.

Nesse sentido, as investigações de Thomas Laqueur (2001) são pertinentes ao apontar as lutas de poder em momentos específicos históricos e culturais envolvidas na construção de modelos sexuais. Diferentemente das teorias feministas, que buscam as origens das relações de gênero, baseada nas diferenças sexuais, suas análises demonstram que até o século XVII, a forma de conceber a anatomia sexual era pautada por relações de gênero mais do que pela biologia em sua definição de sexo, invertendo assim a relação de que gênero é uma categoria inventada no século XIX.

Laqueur (2001) estudou as maneiras na forma de descrever o sexo na Renascença e a partir do século XVIII, propondo ter sido necessária a criação da teoria de dismorfismo sexual para que gênero fosse possível tal como é concebido hoje, uma vez que o modelo operado no século XVII era do sexo único, quando ainda não havia na anatomia a dissecação como prática da ciência médica. Neste modelo, cujos antecedentes remetem a Galeno, os órgãos femininos eram descritos como idênticos aos órgãos masculinos só que internalizados[20].

A premissa da qual o autor parte em sua história da construção do sexo, é a de que mesmo antes da diferenciação sexual as relações eram pautadas

[20]Segundo Laqueur (2001, p. 44) a descrição de Galeno toma como imagem os olhos da toupeira para descrever a genitália das mulheres: “os olhos da toupeira têm a mesma estrutura dos olhos dos outros animais, só que a toupeira não enxerga. Seus olhos não abrem, ‘não se projetam, mas continuam ali, imperfeitos’. A genitália da mulher também ‘não abre’ e permanece em uma versão imperfeita do que seria se fosse projetada para fora. Os olhos da toupeira ‘permanecem como os dos outros animais quando ainda estão no útero’, portanto, seguindo a lógica para uma conclusão, o ventre, a vagina, os ovários e as partes pudentas externas permanecem para sempre como se ainda estivessem dentro do ventre. Espalham-se vertiginosamente dentro de si próprios, a vagina um pênis eternamente precário e por nascer, o ventre um escroto mirrado, e assim por diante”.

por relações de gênero, quando o sexo da mulher era pensado como uma cópia imperfeita do sexo do homem, ainda sem ter sido construída como uma categoria ontológica (era antes uma categoria sociológica).

Fundamentando-se em relatos contidos em textos pré-Iluminismo em que homens amamentavam, meninas podiam tornar-se meninos e homens que regrediam para a efeminação, o autor ressalta quão se torna a leitura destes com lente epistemológica Iluminista, através da qual o corpo e o sexo parecem como “reais”, fechados e autárquicos, e propõe que neles a noção de ser homem e ser mulher estava antes vinculada a uma posição sexual e não a um pertencimento a um “sexo”. Em suas palavras,

> O *sexo,* ou o corpo, deve ser compreendido como o epifenômeno, enquanto que o *gênero*, que nós consideraríamos uma categoria cultural, era primário ou ‘real’. O gênero – homem e mulher – era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional, embora a terminologia moderna torne essa reordenação sem sentido. (LAQUEUR, 2001, p.19).

As análises de Laqueur (2001) nos servem para compreender que tanto a matéria do sexo quanto a do corpo e do gênero são pensadas como efeito produtivo das relações de poder. E se pensarmos o sexo como superfície de inscrição, deixamos de lado as normas que o regem, ponto fulcral para o entendimento das vias pelas quais alguém se “torna viável”, no sentido de qualificar-se para a vida nos limites do que pode ser considerado e legitimado como “humano”.

Isto nos leva à questão da constituição do sujeito em uma matriz das relações de gênero que o sustenta e à indagação acerca de suas condições de emergência. A afirmação de que Tereza é “mulher” a traz para o domínio da linguagem através da interpelação de gênero reiterada permanentemente ao longo das cartilhas em nomeações que reforçam efeitos naturalizados (“grávida”, “dona de casa”, “sexo feminino”) e estabelecem fronteiras/repetições de uma norma, no caso da heteronormatividade, calcada na diferenciação sexual, pressuposta a partir da noção de sexo como matéria (inerte).

Butler (2007) propõe um retorno à matéria do sexo como um processo de materialização que se estabiliza produzindo o efeito de fronteira, adquirindo efeito naturalizado, ao mesmo tempo em que escapa o que não pode ser totalmente fixado, produzindo fissuras e instabilidades em uma crise

potencialmente produtiva. Tal crise permite que as categorias sexo, gênero, mulher, sejam mobilizadas assombrando a noção de identidade, o que é crucial para a rearticulação da contestação democrática.

Para concluir esta seção, é deste modo que o sujeito a ser transformado no espaço da casa é constituído nos enunciados das cartilhas, a partir de um conjunto de campos discursivos em que se identificam as dificuldades, como as privações a que as mulheres estão submetidas já que socialmente estão restritas a este “seu espaço “verdadeiro”. Campos discursivos marcados por binarismos, noção de poder hierárquico, pelo imperativo da heteronormatividade que constituem mulheres com características biológicas que normatizam e regulam seus comportamentos.

3.1.2 Espaço do trabalho

O espaço da casa passa a ser problematizado em seu âmbito público na medida em que as dificuldades são mostradas como sendo não apenas de Tereza, mas de todos os sujeitos que o Programa de Capacitação pretende alcançar, transformar. A discussão sobre a noção de gênero demarca as conexões entre espaço “privado” e o “público”, âmbito no qual as cartilhas também buscam promover denúncias e problematizações.

Podemos ver tais conexões nos embates travados por Tereza quando decide trabalhar fora de casa, argumentando que o bebê já tinha nascido (o que sugere ser a gravidez um obstáculo ao trabalho fora de casa), ao que José responde: “O quê?! Mas você já tem tanto serviço em casa! E depois, quem vai cuidar das crianças, fazer a comida, lavar as roupas? Não! Seu lugar é dentro de casa, cuidando da família!” (FASE, 2001a, p. 20).

Esse é o mote para a discussão sobre a divisão social e sexual do trabalho. Divisão, segundo os enunciados da cartilha, que sempre existiu e pode ser observada também em organizações como sindicatos e centros comunitários, nos quais os cargos com funções específicas são ocupados segundo uma ótica de gênero. A denúncia refere-se, pois, à posição que as mulheres assumem no âmbito do trabalho e também nos movimentos sociais,

sempre ocupando cargos de menor prestígio e com menor poder de decisão. A divisão social do trabalho é “um elemento que organiza e estrutura a sociedade, produzindo diferenças de papéis e posições entre as pessoas, de acordo com o significado social do espaço ocupado ou da tarefa desenvolvida” (FASE, 2001a, p.21).

Ao eleger o âmbito do trabalho como um dos espaços de transformação de sujeitos e ao introduzir a noção de “divisão social e sexual do trabalho”, os enunciados das cartilhas remetem-nos ao campo discursivo da teoria marxista, uma vez que, nas palavras de Haraway (2004), “a relação das teorias feministas de gênero com o marxismo está vinculada à sorte dos conceitos de natureza e trabalho no cânone marxista e na teoria ocidental de modo mais geral” (p. 212). Segundo a autora, se a noção de gênero não fazia parte do vocabulário cotidiano frequente de Marx e Engels, ela certamente encontra em suas teorizações instrumentos importantes e também obstáculos.

Como instrumento, a afirmação de Engels[21] de que a análise da produção e reprodução da vida apresenta a dupla característica da produção dos meios de existência e dos seres humanos foi tomada como ponto de partida para muitas feministas marxistas em suas teorias sobre a divisão do trabalho através do sistema sexo/gênero. O feminismo socialista apresentou avanços ao incorporar às suas análises estratégias analíticas básicas do marxismo, caracterizando o que mulheres faziam nas atividades dentro de casa e como mães numa perspectiva marxista de trabalho. No entanto, a heterossexualidade obrigatória na qual a categoria da divisão de trabalho se apóia, encontrando a base da opressão das mulheres na relação econômica de propriedade, transformou-se em obstáculo na análise da subordinação das mulheres em termos de relação capitalista de classe e não em termos de uma política sexual específica entre homens e mulheres, tendendo para uma naturalização da responsabilização das atividades diárias das mulheres (HARAWAY, 1994; 2004).

Desse ponto de vista, quando, nas cartilhas, a noção de divisão social e sexual do trabalho configura-se como um dos “pilares das relações de gênero”

[21]De acordo com Haraway (2004), em “A origem da família, da propriedade privada e do estado”, 1964, Engels “sistematizou suas visões a respeito das transições vinculadas da família, das formas de propriedade e o Estado” (p. 213).

− uma vez que as tarefas são socioculturalmente diferenciadas para homens e mulheres −, vemos posta em funcionamento tanto a afirmação de Engels quanto a análise da subordinação em termos da relação de classe. Isto implica dizer que as tarefas diferenciadas de que tratam os enunciados explicitados referem-se às de produção e reprodução, como no seguinte excerto:

> Atividades de produção são aquelas relacionadas à produção de bens e serviços. É considerada "coisa" de homem e o coloca como "chefe de família" ou "provedor da família" e são desenvolvidas fora de casa, no espaço público.
> Atividades de reprodução são aquelas relacionadas à reprodução da família e da força de trabalho. É considerada "coisa" de mulher e a coloca como "dona de casa" ou "mãe de família" ou doméstica e, quase sempre, se desenvolvem dentro de casa, no espaço privado (FASE, 2001a, p.24).

Assim, a divisão do trabalho apresentada à Tereza e aos leitores das cartilhas refere-se a uma divisão em que as atividades de produção são valorizadas e as atividades de reprodução desvalorizadas. Cumpre, porém, observar que tal valorização diz respeito ao valor econômico contabilizado, fazendo ressaltar o entendimento de que a base da opressão das mulheres encontra-se nas relações econômicas. Desse modo, a equação que nos é apresentada tem os seguintes elementos: atividades de produção valorizadas = atividades dos homens na divisão social e sexual do trabalho = homens valorizados, enquanto: atividades de reprodução desvalorizadas = atividades das mulheres na divisão social e sexual do trabalho = mulheres desvalorizadas.

Essa equação é "desvelada" por Tereza quando entra no mercado de trabalho, onde a "desigualdade de gênero" se presentifica:

> - Maria: E aí companheira Tereza, como está no trabalho?
> - Tereza: O serviço é bom! Mas o problema é que eu faço a mesma coisa que alguns homens e vou receber menos que eles! Isso não é justo! (FASE, 2001a, p. 25).
>
> -Tereza: Eu estou revoltada! O Pedro só tem dois meses na loja e já foi promovido. Eu estou há um ano e não fui promovida porque sou mulher!
> -Maria: Ah! Tereza. Quando eu quis ser candidata à direção do centro comunitário foi a mesma coisa.
> - Tereza: Mas não está certo! Isso é muito desigual (FASE, 2001b, p. 21).

Esse desvelamento refere-se, de certo modo, àquilo que, com base em reflexões sobre o materialismo histórico feminista, teóricas como Iris Young e Nancy Hartsock demarcaram, ao incluir categorias de trabalho não

historicizadas por Marx e Engels como as de “ter” e “criar” crianças, trabalhos domésticos, trabalho de nutrição e subsistência, “de modo a trazer gênero e a situação específica da mulher para o centro da análise materialista histórica” (HARAWAY, 2004, p.228).

A categoria gênero aparece ao lado da categoria classe, clamando por uma luta unificada contra a opressão de classe e gênero, quando os enunciados das cartilhas demonstram que as desigualdades entre classes sociais no mercado de trabalho aliam-se às desigualdades entre homens e mulheres. Assim, a “raiz da subordinação” das mulheres em relação aos homens reside no fato de haver um “desequilíbrio entre as duas grandes esferas da existência humana: a produção de bens e serviços e a reprodução da vida” (FASE, 2001a, p.25).

A denúncia que constitui o sujeito a ser transformado no âmbito do trabalho diz respeito à invisibilidade dos trabalhos realizados por mulheres e que não são considerados como atividades econômicas – como os que as costureiras e agricultoras realizam – e o fato de que essas atividades reproduzem os papéis tradicionais de homens e mulheres, ou seja, produtivos e reprodutivos, “o que acaba colocando as mulheres numa posição de inferioridade e subordinação em relação aos homens” (FASE, 2001a, p.25).

Desigualdade de gênero, posições diferenciadas, condição de subordinação, homens que detêm o poder constituem, então, no âmbito do trabalho, mulheres que recebem salários menores, que são discriminadas, que participam menos de cargos de chefia e processos decisórios, seja na empresa ou no sindicato: “acontece que, quase sempre, o trabalho feminino é desvalorizado! [...] O que de fato acontece é que o trabalho feminino não se resume apenas à casa. Contudo, seu serviço na esfera da produção é subestimado ou invisibilizado” (FASE, 2001a, p. 25-26).

3.1.3 Espaço das políticas públicas

No que concerne às políticas públicas, as “denúncias” mencionam o fato de que atingem homens e mulheres de forma diferenciada, como demonstrado nos excertos abaixo:

> - Liderança Comunitária: Alguém saberia me dizer por que devemos pensar em políticas públicas diferenciadas para homens e mulheres?
> - Participante 1: Porque as políticas atingem homens e mulheres de forma diferente.
> - Participante 2: Ah, é verdade! Minha cumadre foi transferida para uma área de reassentamento e perdeu toda a freguesia de costura! (FASE, 2001c, p. 06).

A questão expressa pela liderança comunitária pode estender-se e ser formulada de outro modo para permitir o questionamento das práticas discursivas neste âmbito: por que esse espaço é eleito como um campo de intervenção ao lado do espaço da casa e do trabalho? Uma pista para pensarmos sobre essa questão pode ser encontrada nos objetivos da cartilha “Gênero e Políticas Públicas” (FASE, 2001c). Da leitura dos objetivos, depreende-se que há desigualdade de gênero nas políticas públicas: elas não “fortalecem” as mulheres, pois estão voltadas apenas para os aspectos reprodutivos (podemos entender que não as fortalecem no aspecto econômico).

De acordo com o texto da cartilha, políticas públicas são “ações dos governos municipais, estaduais e federal, executadas com recursos públicos, que têm como finalidade garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e das cidadãs assegurados por lei” (Ibid, p.11). Nesta definição, se tais ações têm como finalidade garantir direitos, mas atendem homens e mulheres de forma diferenciada, a cartilha “denuncia” as políticas centradas no papel reprodutivo das mulheres, como “mães” e “donas de casa”, desconsiderando outras “necessidades específicas” das mulheres, tal como fizeram os movimentos feministas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, no período de redemocratização do país. As reivindicações dos movimentos feministas nessa época estavam atreladas à reforma do Estado que, entre outras coisas, buscou enfatizar a democratização dos processos decisórios, com a participação da chamada “sociedade civil” na formulação e implementação das políticas públicas, assim como a inclusão de novos segmentos da população como beneficiários destas (FARAH, 2004).

Nesse cenário é que as mulheres se constituem “sujeitos coletivos que deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada” (Idem, p.3), denunciando as desigualdades mencionadas nas cartilhas e contribuindo para a inclusão da “questão de gênero” como uma das dificuldades a serem superadas. As primeiras políticas públicas com “recorte de gênero” foram implantadas na década de 1980, como as delegacias das mulheres e os conselhos da condição feminina.

No entanto, quando, em decorrência do processo de globalização[22] e reestruturação produtiva, as relações entre Estado e movimentos sociais se complexificam, aparecem, no interior dos movimentos, divergências consideráveis quanto aos seus papéis e suas relações com o Estado. Enquanto alguns setores defendiam a ocupação de espaços governamentais, outros entendiam que a autonomia deveria ser preservada, o que reuniu algumas das condições que possibilitaram a constituição de organizações não governamentais almejando desenvolver programas de gênero em domínios como saúde, educação, combate à violência, geração de renda e organização de mulheres, além de propor diretrizes para políticas públicas.

É na década de 1990 que se começa a discutir na FASE a questão do gênero, inicialmente em um programa intitulado “Programa Integrado de Capacitação em Gênero, Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas/ PIC-Gênero”, proposto pelo SOS Corpo Gênero e Cidadania[23], financiado pela Fundação Ford, de assessoria à FASE, IBASE e Centro Luís Freire, que objetivava

[22] Embora muitos autores afirmem que esse não é um fenômeno novo, da contemporaneidade, muitos concordam em que a aparente novidade resida no fato de seus aspectos serem mais evidentes no que tange à amplitude de sua escala, graças às tecnologias de comunicação, o que resulta na mudança das relações espaço-tempo. Assim, o termo expressa relações econômicas, políticas, de segurança, culturais e pessoais, estabelecidas por indivíduos, povos e nações mais próximas e mais distantes. Sacristán (2006) chama a atenção para as complexidades e ambiguidades agrupadas no “guarda-chuva semântico” do conceito de globalização que muitas vezes portam sentidos pouco precisos. No entanto, ao referir-se ao fenômeno, presentifica e agrega ao conceito quase sempre as noções de processo, tendências, relações que atuam em escala global e atravessam fronteiras entre países, nações, além das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas etc., que acabam por constituir importantes manifestações das políticas que governam uma sociedade.

[23]Organização não governamental feminista com sede em Recife.

> - Aprofundar conceitualmente o tema de gênero;
> - Possibilitar o uso da categoria em análises de programas e atividades das ONGs;
> - Incorporar uma perspectiva de gênero tanto na dimensão intra-institucional, como na dimensão político-educativa junto aos programas de trabalho das ONGs;
> - Orientar a definição de ações de impacto sobre a transformação do sistema de gênero (FASE, 2009).

Os documentos relacionados ao Programa tratam de sua origem, da relação com instituições financiadoras, operacionalização, avaliações e relatórios. De uma forma geral, versam sobre a emergência dos debates sobre gênero na instituição, como pode ser observado no documento elaborado pelo SOS CORPO, "Referências para Programa de Assessoria em Gênero":

> Gênero tornara-se então um tema novo no universo da ONGs brasileiras e tema priorizado nos debates sobre o desenvolvimento e cooperação internacional. [...] Durante 3 anos (90/92) estivemos respondendo às solicitações para debater o tema em Fóruns, reuniões de Plataforma Novib, discussões junto a algumas ONGs etc. Promovemos 4 seminários sobre gênero, articulando o tema com a teoria feminista, com as metodologias de pesquisa, com a teoria de disciplinas como antropologia e ciência política. Participaram destes seminários feministas e integrantes de ONGs mistas de Recife e ainda pesquisadoras de universidades (FASE, 2009).

Os documentos produzidos pela organização nesse período historiam o trabalho da FASE em uma "perspectiva de gênero", permitindo a demarcação do surgimento dos debates sobre gênero na instituição, ao mesmo tempo em que trazem elementos das práticas discursivas das universidades, governos e dos movimentos sociais no início da década de 90, no âmbito nacional e internacional, quando o gênero se tornara tema novo no âmbito das ONGs brasileiras, objetivando influir sobre a formulação e execução de políticas públicas.

Nas cartilhas, esse objetivo é ressaltado quando, por exemplo, o movimento de mulheres no Centro Comunitário Reijane Guimarães (Ilustração 10), em discussão com instâncias do governo municipal, propõe, por exemplo, a implantação de "atendimento integral" à saúde da mulher, a criação de uma delegacia da mulher e de um programa de microcrédito. Também influenciado pelo feminismo internacional[24], o campo das políticas passa, assim, a se

[24]O feminismo internacional tem buscado intervir nas políticas públicas com a incorporação da perspectiva de gênero em espaços como a Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, e nas versões do Fórum Social Mundial, trazendo impactos na criação dos conselhos da

configurar como um espaço privilegiado de superação das desigualdades, abrigando a reivindicação das mulheres que querem ser beneficiárias das políticas e também atuar na sua “formulação, implementação e controle”.

Torna-se necessário ressaltar que as políticas a que as cartilhas se referem são as voltadas aos campos da saúde, violência, trabalho e renda e política, como sintetizado nas propostas formuladas pelo movimento de mulheres do Centro Comunitário “Reijane Guimarães” (Ilustração 10).

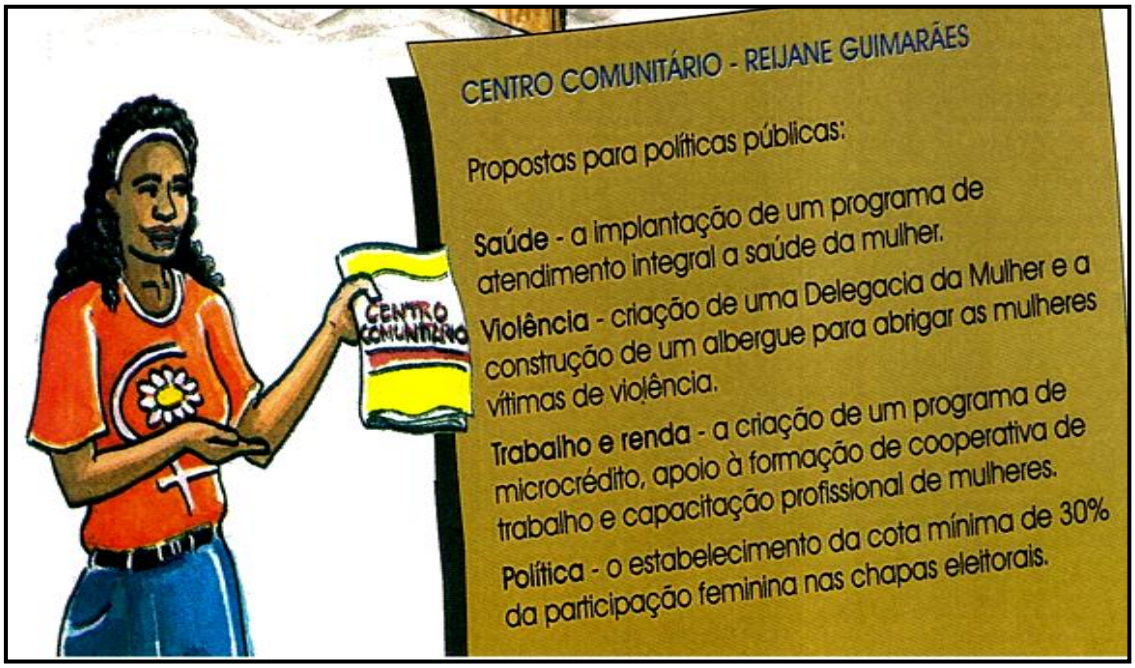


Ilustração 10: “Proposta para Políticas Públicas”.
Fonte: FASE, 2001c, p.24.

Os sujeitos que serão transformados no espaço das políticas públicas são, pois, mulheres sem atendimento integral à saúde, vítimas de violência, sem créditos e apoio nos processos de cooperativismo, sem capacitação profissional e sem acesso às chapas eleitorais.

---

condição feminina, delegacias da mulher, e outras políticas públicas com “recorte” de gênero (FARAH, 2004, p. 61).

3.1.4 Tereza, o sujeito do feminismo?

O sujeito a ser transformado é Tereza e, consequentemente, as mulheres que participam do Programa de Capacitação, que a ela se assemelham e “aceitam o convite” à transformação. Mulheres tratadas com desigualdade na sociedade, no espaço da casa e do trabalho e que não são “alvo” de políticas públicas, principalmente no que concerne aos aspectos produtivos (econômicos).

A noção de gênero funciona nas cartilhas como tentativa de rejeição às diferenças entre homens e mulheres quando postuladas como desigualdades, buscando instrumentalizar mulheres para o exercício do poder, a partir da argumentação de que se as relações entre homens e mulheres são construídas, podem ser mudadas, alteradas. Assim é que as mulheres são convidadas para a tarefa de emancipação, como reverberação de uns dos projetos dos movimentos feministas que reivindicaram a valorização dos atributos femininos e o reconhecimento no mundo público, tal como apontam as “denúncias” e questionamentos veiculados nas cartilhas.

No entanto, em que pese o convite à emancipação das mulheres ser forjado a partir da argumentação que pretende sobrepujar concepções naturalizadas das diferenças entre homens e mulheres, ao fixar uma identidade para Tereza, com seus atributos e qualidades, é a categoria “mulher” invocada em sua condição de naturalização, por meio das categorias de sexo e gênero.

Para Butler (2003) a categoria “mulher”, como sujeito do feminismo, acaba sendo produzida pelas mesmas estruturas de poder das quais busca-se emancipá-la, ao tentar representar sujeitos que atendam às suas qualificações. Trata-se de compreender a categoria como uma formação discursiva e efeito de um sistema que produz sujeitos “generificados”, quando predefine traços de gênero, tornando-se impossível separar a noção de processos políticos e culturais.

O argumento que alicerça as críticas da autora é de que a categoria mulheres alcança estabilidade no contexto de uma matriz heterossexual, excluindo sujeitos que não se conformam às suas exigências normativas. E se a categoria permite a construção, no interior do feminismo, de uma unidade

identitária, introduz, ao mesmo tempo, uma cisão dessa unidade por meio da relação sexo/gênero.

Ao postular um sujeito universal, resultante da opressão das mulheres, a autora afirma que os objetivos do feminismo correm o risco de fracassar ao aprisionar modos de ser em categorias que acabam por se naturalizar, reportando-se também às teorias totalizantes. Essa crítica não refuta uma política representacional, mas formula “uma critica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (BUTLER, 2003, p.22), pretendendo libertar a teoria feminista de sua necessidade de construir uma base única.

Base única constituída a partir de processos de subjetivação que intencionam alterar as supostas identidades das mulheres, com qualidades e atributos como Tereza, em favor de uma “sociedade com equidade de gênero”. Em prol desta sociedade as denúncias e questionamentos veiculados nas cartilhas constituem Tereza nos espaços da casa, do trabalho e das políticas públicas, como um sujeito que precisa passar por processos de transformação, uma vez que o modelo de construção social enunciado nas cartilhas pressupõe que assim como “ela é”, “ela pode (e deve) mudar”.

Aqui vale salientar que essa base única solidifica-se a partir de uma “experiência feminina”, construída no interior dos movimentos feministas internacionais ao almejar que mulheres se libertem em decorrência de uma conscientização de gênero, raça e classe como conquista “imposta por meio da terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo” (HARAWAY, 1994, p. 250). Trata-se, de certa caracterização da vida das mulheres, como veiculado nas cartilhas, por meio de distinções como público x privado, corpo x mente, sociedade x natureza, operada por parte das proposições feministas.

A utilização de tais distinções tem sua utilidade no combate aos determinismos da “desigualdade de gênero”. No entanto, se as versões feministas que as utilizam não interrogam a construção política das categorias binárias podem acabar causando efeitos de dominação nos que vivem nas categorias “naturais” ou nas fronteiras dos binarismos. O que implica dizer que, nas cartilhas, o processo de constituição de Tereza como uma mulher que possui determinadas qualidades e atributos requer a exclusão ou negação de

outros modos de ser que esta definição de sua “identidade” não comporta. (HARAWAY, 2004; SCOTT, 1995).

Para Haraway (1994), não há nada no “ser” mulher que aglutine todas as mulheres, há, no entanto, uma categoria complexa construída em discursos científicos sexuais e em outras práticas sociais em que identidades fundamentam um “mito político” do que são as “mulheres”; do que podem e devem ser. Neste sentido, as formulações da autora apresentam-se como possibilidades de superação de dicotomias e de questionamentos da naturalidade das categorias gênero, sexo, mulheres.

Das formulações de Haraway (1994) é importante destacar sua imagem de cyborg como “mapeamento ficcional da realidade social”, apresentada em “Manifesto para Cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80”, artigo cujo objetivo é contribuir para a cultura e teoria socialista-feminista em uma perspectiva não naturalista, levando em consideração as relações sociais da ciência e da tecnologia que incidiram na reestruturação das posições das mulheres nas sociedades industriais avançadas.

Os cyborgs inserem-se na tradição utópica do mundo sem gêneros e sugerem associações que rompem com o que foi estabelecido como “experiência feminina”. Nas palavras da autora,

> Meu mito *cyborg* se refere a fronteiras violadas, fusões potentes e possibilidades perigosas que as pessoas progressitas poderiam explorar como uma parte do trabalho político necessário. Uma das minhas premissas é que grande parte dos socialistas americanos, e das feministas, vêem dualismos e materialismo nas práticas sociais. {...} Minha outra premissa é que a necessidade de unificar pessoas que tentam resistir à intensificação global da dominação nunca se mostrou tão aguda. Mas uma guinada de perspectiva levemente perversa poderia tornar-nos capazes de clamar por outros significados, bem como por outras formas de poder e prazer em sociedade mediatizadas pela tecnologia (HARAWAY, 1994, p. 249-250).

Romper com a “experiência feminina”, e, portanto, no caso aqui analisado, com os atributos de Tereza em seus distintos domínios privado e público, caracterizados pelos seus espaços da casa, do trabalho e das políticas pública, implica pensar também nas rupturas de fronteiras que a reestruturação das relações sociais da ciência e da tecnologia, intensificando a miséria em todo mundo, possibilitou ao não deixar claro quem faz o que, o que é humano e o que é máquina, embaralhando as dicotomias hierárquicas. Por em questão

sua “experiência” (de Tereza) não implica desconsiderar a existência de vidas concretas que experienciam situações de pobreza, violência, discriminação. Mas, interrogar as tentativas de fixidez e totalização de tal experiência, evidenciando suas fissuras e instabilidades.

Neste sentido, a imagem do cyborg, como um *eu* coletivo desmontado e remontado, possibilita pensar não a classificação de níveis ou tipos de consciência, mas um entendimento da sutileza de como o poder age e uma postura de permanente parcialidade em contraposição ao sonho da linguagem comum, totalizante, imperialista, baseada na crença da salvação. A imagem do cyborg não busca uma identidade global, assim como o gênero não deve ser considerado como tal: “há uma intima experiência das fronteiras, sua construção e desconstrução” (HARAWAY, 1994, p. 282).

Ao considerar as análises de Haraway (1994) por meio da imagem dos cyborgs faz-se necessário considerar o contexto dos avanços tecnológicos – da biologia dos últimos séculos produzindo organismos modernos como objetos de conhecimento à criação da microeletrônica moderna que permite que as máquinas estejam por toda parte – no qual as fronteiras entre humano e animal, natureza e cultura, humano e máquina foram rompidas.

Nesse contexto, emergem o que a autora chama de “fusões potentes e possibilidades perigosas” que poderiam ser exploradas no trabalho político no mundo dos cyborgs, com parentesco entre máquinas, animas e pessoas, e identidades permanentemente parciais e pontos de vista contraditórios. Fusões estabelecidas em coalizões a partir de afinidades, e não de identificações naturais, em um tipo de política que adotaria construções contraditórias, parciais e abertas às subjetividades pessoais e coletivas. Tal adoção renega construção de matrizes naturais de identidade e de representações totalitárias que suprimem particularidades e interesses contraditórios.

O posicionamento epistemológico e político de Haraway (1994) pressupõe a importância das mudanças sociais ligadas à ciência e tecnologia, nas quais,

> O eu ocidental dá lugar a procedimentos de decisão e a sistemas de competência. Por exemplo, as estratégias de controle, aplicadas à capacidade da mulher dar à luz novos seres humanos, serão desenvolvidas nas linguagens do controle populacional e na maximização da conquista dos objetivos pelos indivíduos responsáveis pelas tomadas de decisão. As estratégias de controle serão formuladas em termos de tabelas, custos de coerções, graus de liberdade. Os seres humanos, assim como qualquer outro componente ou subsistema, devem ser localizados numa arquitetura sistêmica cujos modos básicos de operação são probabilísticos e estatísticos. Nenhum objeto, espaço ou corpo é sagrado em si mesmo; qualquer componente pode ser relacionado a qualquer outro se o próprio parâmetro, o próprio código for construído a fim de processar sinais numa linguagem comum (HARAWAY, 1994, p. 261).

A crítica da autora direciona-se às análises feministas que procedem como se as dicotomias orgânicas e hierárquicas que ordenam discursos e práticas sociais desde Aristóteles ainda estivesse em vigor. Para ela, a casa, o local de trabalho, o espaço público e o próprio corpo estão dispersos e postos lado a lado de forma integrada ao sistema de produção e reprodução mundial, trazendo efeitos múltiplos e complexos para as mulheres em diferentes posições, o que impossibilita a formação de uma linguagem única das mulheres.

Vejamos no próximo eixo de análise em que sentido aponta a linguagem única constituída a partir de processos de subjetivação que intencionam alterar as supostas identidades das mulheres, com qualidades e atributos como Tereza, em favor de uma “sociedade com equidade de gênero”.

3.2 AS ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Colocando em funcionamento relações de poder-saber, as estratégias de transformação operam a partir de tecnologias, entendidas como “montagens híbridas de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, edifícios e espaços, orientados, no nível programático, por certos pressupostos e objetivos sobre os seres humanos que moldam ou orientam condutas” (ROSE, 2001, p.38).

Para os sujeitos a serem transformados são direcionadas estratégias a fim de que sofram “transformações internas” e “se sintam com poder para lutar por mudanças” (FASE, 2001a, p. 28), em uma sociedade com “equidade de

gênero". Se pensarmos nas estratégias aqui expostas em termos de "certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las" (Foucault, 1987, p. 216), dois elementos desse horizonte de transformação merecem ser evidenciados.

O primeiro elemento refere-se às mulheres com o poder de ter consciência e fazer certas coisas consigo mesmas e, portanto, governarem a si próprias, que será abordado neste eixo analítico. O segundo diz respeito às relações de gênero no corpo da sociedade, que nos remete às tecnologias regulamentadoras dirigidas à espécie, levando em conta a vida (no caso das cartilhas nos espaços eleitos para mudança nas relações de gênero: a casa, o trabalho e a política), e será abordado na próxima seção.

Para que essas mulheres governem a si próprias, as estratégias de transformação perspectivadas nas cartilhas são colocadas em prática, fundamentalmente, a partir dos dispositivos de saber-poder usados por Maria e Samuel, no exercício da função de lideranças comunitárias. Presença constante nos momentos em que as relações de Tereza em casa, no trabalho e no campo das políticas públicas são problematizadas, esses personagens, como "guias", conduzem os sujeitos que serão transformados ao horizonte da equidade de gênero.

Ao apresentar as cartilhas, seus objetivos e sugestões de como utilizá-las, os guias apresentam-nos também seus currículos: são engajados politicamente, vestem suas camisetas como militantes (ela, a da Marcha das Margaridas, e ele, a do grêmio livre), são moradores da comunidade e apresentam-se como os sujeitos transformados e, portanto, modelos a serem seguidos.

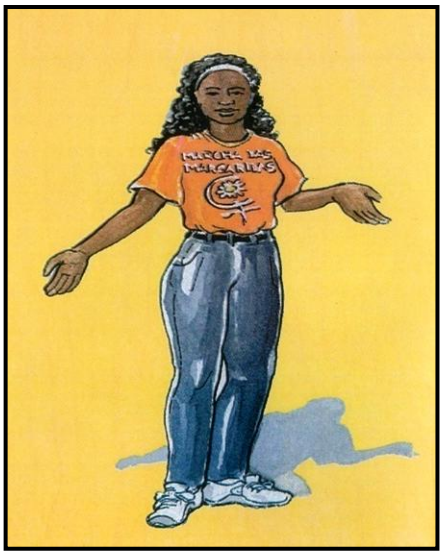


Ilustração 11: “Maria, a lider comunitária”.
Fonte: FASE, 2001d, p.6.

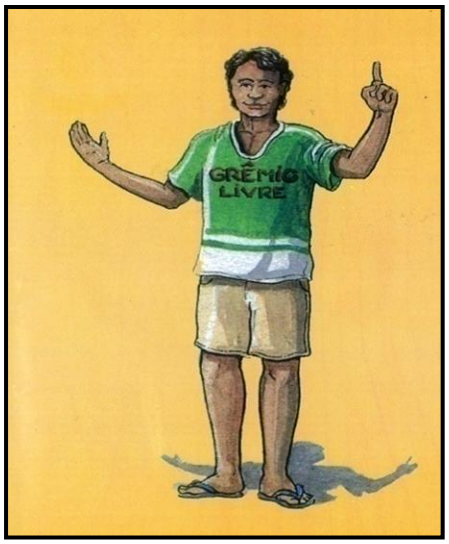


Ilustração 12: “Samuel, o líder comunitária”.
Fonte: FASE, 2001d, p.7.

Maria aparece nas cartilhas como secretária do Centro Comunitário (o que é visto como um cargo de menor prestígio) e, ao final, torna-se presidente. Está à frente das reuniões no movimento de mulheres, envolvida nas eleições do grêmio, nos comícios, nas negociações na audiência pública e em suas falas há sempre palavras de incentivo ao engajamento político. Samuel está sempre ao lado de Maria, não se elege como presidente do grêmio livre e não está à frente de nenhuma prática pedagógica.

Embora integrem a comunidade, por serem seus “representantes” e por apresentarem familiaridade com o espaço e seus moradores, esses personagens têm um diferencial que os habilita a ser guias, a conduzir a conduta de outros, e este diferencial é apontado nos enunciados que proferem ao fazer denúncias, questionamentos, ao explicar conceitos e propor ações a partir dos regimes de verdade veiculados nas cartilhas.

Como na hipótese foucaultiana de que a produção discursiva é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, esses enunciados colocam em jogo a oposição falso e verdadeiro, validando o discurso verdadeiro ao mesmo tempo em que excluem outros, em um movimento de esclarecimento (FOUCAULT, 2002). Maria e Samuel têm, assim, a função de exercer um poder do tipo pastoral sobre Tereza, conduzindo-a de modo contínuo e permanente à sua transformação a partir de determinadas prescrições.

Na literatura cristã o pastor é responsável por tudo o que acontece ao seu rebanho, há um forte vínculo moral que os liga, uma relação de dependência que pressupõe um conhecimento particular de cada um. Diante da obrigação de prestar contas de cada um e de todos, essa relação retoma duas práticas que o cristianismo, associando-as estreitamente, herdou da tradição grega: o exame e a direção de consciência. Na direção de consciência, ser guiado era o estado em que a ovelha se deixava conduzir a cada instante, enquanto no exame de consciência havia a abertura ao seu guia. Essas práticas no cristianismo tinham a finalidade de levar os indivíduos a renunciar a este mundo e a si mesmos (FOUCAULT, 2006b).

A tecnologia de poder pastoral, antes ligada à salvação em outro mundo, conforme as instituições religiosas, passa, no século XVIII, a uma nova organização, requerendo uma espécie de salvação neste mundo com base em noções de bem-estar, segurança, saúde, com apoio em uma multiplicidade de instituições. Embora tenha perdido força no século XVIII como instituição eclesiástica, o poder pastoral multiplicou suas funções no Estado, nas instituições públicas e privadas, além das filantrópicas (FOUCAULT, 2006b).

Como tecnologia de poder para orientar a conduta de indivíduos de modo a governá-los, é preciso refletir sobre a função que exercem as lideranças comunitárias e suas qualidades pastorais, que acabam por ser perspectivadas para Tereza e para todos os sujeitos para quem foram escritas as cartilhas. Os percursos de Maria e Samuel, sujeitos transformados, habilita-os a transmitir regimes de verdade que irão regular modos de agir e conduzir os sujeitos à transformação. A ação pastoral dos personagens se realiza em um movimento de acompanhamento contínuo de Tereza, em casa (lavando roupas ou tomando café), nas conversas nas ruas da comunidade, nas reuniões no Centro Comunitário ou nas audiências públicas, como é possível vermos nas ilustrações 13, 14 e 15.

Ilustração 13: “Tereza e as lideranças tomam café”
Fonte: FASE, 2001a, p.15.

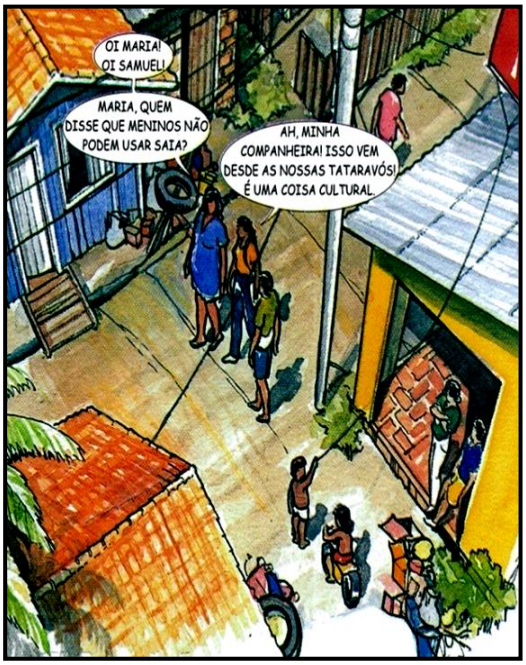


Ilustração 14: “Tereza e as lideranças nas ruas do bairro”.
Fonte: FASE, 2001a, p.12.

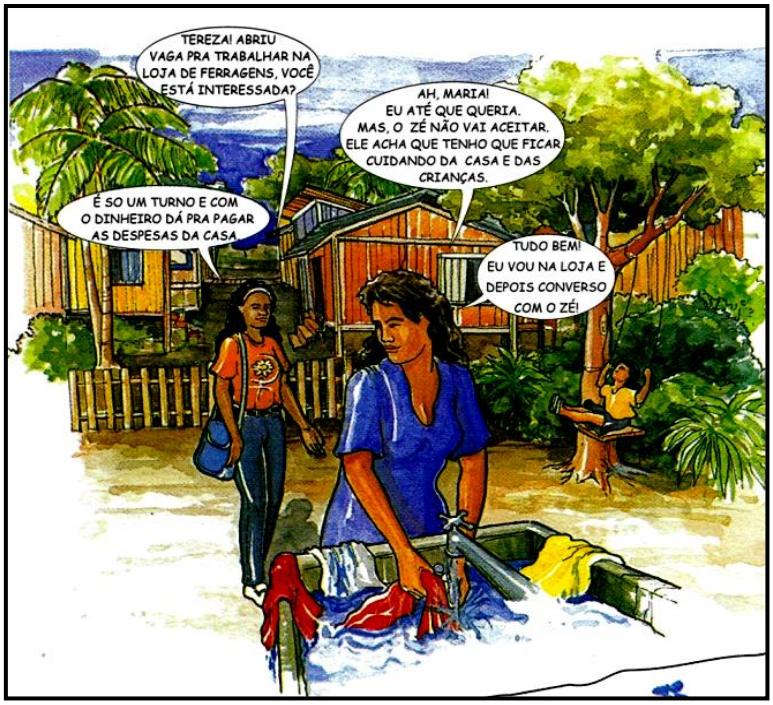


Ilustração 15: “Tereza lava roupas”
Fonte: FASE, 2001a, p.22.

Essa ação é exercida a partir do estabelecimento de uma relação entre os sujeitos que serão transformados e seus guias. Os que se submetem ao processo de transformação precisam legitimar o saber dos guias, precisam estar disponíveis para aceitar suas prescrições e participar do processo. Dito de outra forma, é necessário que haja o reconhecimento desse "outro" como sujeito da ação, abrindo-se todo um campo de respostas possíveis, em seus efeitos e invenções (FOUCAULT, 1995).

As estratégias de transformação são colocadas em funcionamento, na narrativa das cartilhas, uma prática pedagógica em que todo e qualquer lugar/tempo serve como espaço formativo para que Maria e Samuel ensinem e Tereza aprenda (e com ela o público-alvo das cartilhas). Os "objetos" da aprendizagem são as relações de gênero e políticas públicas. Trata-se de espaços em que nenhuma conversa é "desinteressada", em que a preocupação fundamental é orientar os sujeitos apara a transformação, sobretudo das maneiras como "se descrevem, se narram, se julgam ou se controlam a si mesmas" (LARROSA, 2004, p. 57).

Para Larrosa (2004), as práticas pedagógicas são um espaço de possibilidades organizado para "desenvolver pessoas", onde a relação de quem aprende consigo mesmo é reelaborada a partir da consciência de fazer certas coisas consigo mesmo. Os lugares oferecidos partem das experiências "objetivas" do mundo e de experiências de mulheres como aquelas em que devem transformar-se para alcançar o horizonte da equidade de gênero.

As cartilhas elaboradas para o Programa de Capacitação constituem uma ação educativa da FASE para "apoiar, com uma visão própria, através de ações educativas e projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos de desenvolvimento" (FASE, 2009), tarefa central, portanto, para promoção de processos de subjetivação, tendo como campo discursivo correlativo a chamada educação popular[25].

Com a missão de gerar "sujeitos críticos por meio de ações pedagógicas conscientizadoras", na pressuposição de que as populações "marginalizadas"

[25]Na década de 1970 a educação popular começou a ser discutida de discussões, tendo seus programas e métodos sistematizados por autores como Carlos Rodrigues Brandão. A autora argumenta que a década de 90 foi um período de revisão paradigmática para a educação popular, que tiveram seus objetivos deslocados da animação de um agente externo, despertando o "educando para suas condições concretas de vida em termos de pobreza e suas causas, de interesse de classe explorada e oprimida" (GONH, 2005, p. 02).

necessitam da apropriação de um saber que modifique suas realidades, os discursos produzidos no campo da educação popular tomam por empréstimo os questionamentos formulados pelas pedagogias críticas para quem os indivíduos serão mais ou menos críticos e conscientes “segundo sua maior ou menor adesão a determinadas leituras do mundo social e a projetos políticos específicos” (GARCIA, 2002, p. 21).

São discursos que lutam pela imposição do que é ser estudante, docente, crítico, ingênuo, alienado, prometendo, via “esclarecimento”, a emancipação e libertação da opressão de classe. E se os profissionais da educação cumprem, no campo das “pedagogias críticas”, a função de gerar “sujeitos críticos, conscientes e emancipados”, oferecendo-lhes modos de agir baseados em normas, conselhos e regras, os educadores populares, que podemos identificar como os nossos guias Maria e Samuel, a eles se assemelham com a diferença de que os espaços formativos não dizem respeito à escola, à educação “formal” (GARCIA, 2002).

Sendo guias no exercício de orientar a conduta de outros, as lideranças comunitárias são educadores populares em sua função pastoral de colocar em movimento estratégias que transformem sujeitos por meio de seu acompanhamento, cuidados e esclarecimentos contínuos. Se, por um lado, exercem essa função devido ao fato de terem qualidades, serem sujeitos transformados e servirem de modelo, por outro lado colocam tecnologias de saber-poder em funcionamento pois também oferecem em suas orientações, um conjunto de saberes professados que oportunizam a aprendizagem de uma relação do sujeito com ele mesmo, permitindo-lhe a autorreflexão, o autoconhecimento, como veremos a seguir.

3.2.1 “Desvele” a realidade!

Um dos elementos desse dispositivo de cunho pedagógico da cartilha, é o “desvelamento da realidade” na qual mulheres enfrentam problemas no trabalho, na vida pública e na família. Partindo da enunciação do “não-saber” das mulheres que serão transformadas, essa realidade precisa ser “desvelada”

para que seja possível a construção de formas de enfrentamento das desigualdades de gênero.

A realidade referida nas cartilhas é a realidade social na qual vivem as mulheres, como descrito na seção anterior. Trata-se de uma realidade que precisa ser "desvelada" com base na compreensão dos conceitos anteriormente trabalhados, como pode se pode depreender dos objetivos anunciados na cartilha "Gênero e Sexo: Agora homem vai ter que usar saia?":

> A) Distinguir os conceitos de Sexo e Gênero, permitindo uma percepção crítica das diferenças construídas socialmente para homens e mulheres;
> b) Compreender, através do conceito de divisão social e sexual do trabalho, a relação entre os papéis masculinos e femininos construídos na sociedade e;
> c) Os principais problemas e dificuldades enfrentados pelas mulheres no trabalho, na vida pública e na família (FASE, 2001a, p. 6).

Nos objetivos da cartilha "Gênero e Poder: O tempo da política" é possível observar o mesmo movimento:

> a) Discutir os conceitos de Poder, Igualdade e 'Empoderamento';
> b) Relacionar o processo de construção dos papéis sociais com as relações de poder, assim como seus reflexos sobre a esfera pública e as políticas;
> c) Identificar obstáculos e possibilidades para a participação integral das mulheres em processos de representação e tomada de decisão (FASE, 2001b, p. 6).

A discussão dos conceitos, neste caso não mais "sexo" e "gênero", mas "poder", "igualdade" e "empoderamento" que serão articulados aos primeiros, é um dispositivo utilizado para "desvelar a realidade", que permite traçar o percurso da cartilha até a identificação dos obstáculos e possibilidades para a participação das mulheres em processo de representação na esfera pública e política.

O lugar da realidade nas cartilhas é o lugar da "experiência" das mulheres, de suas "vidas concretas" e tem sua utilidade na demarcação discursiva de uma educação crítica que deve formar indivíduos para que não se restrinjam ao "mundo imediato" em que vivem, mas que partam dele para compreender a sociedade mais ampla. Os conhecimentos incorporados nesse processo pedagógico, crítico e emancipador tornam os indivíduos capazes tanto de acumular informações que ajudem a entender sua realidade como de participar da mudança social (GARCIA, 2002).

É, pois, a partir do conhecimento, que é possível ver a realidade diferente do modo que “nossos pais, a escola e a Igreja nos ensinaram”, como enuncia Maria (FASE, 2001a, p. 13), ao explicar que os comportamentos não são “naturais”. No caso das relações de gênero, é sua apresentação como naturalizada que se pretende questionar a partir de uma noção de realidade construída em suas determinações históricas, econômicas e sociais.

A passagem em que as lideranças comunitárias como guias aparecem nas cartilhas explicando o conceito de gênero para Tereza, ajudando-a a “desvelar a realidade”, pode ser útil para exemplificarmos essa discussão:

> - Tereza: Maria, outro dia eu estava ouvindo o programa de rádio sobre mulheres e lá falaram em alguma coisa de gênero. Você ouviu?
> - Maria: [...] Você entendeu o que é gênero?
> - Tereza: Não entendi muito bem. Você pode explicar melhor?
> - Samuel: Para entender o que é gênero é preciso primeiro saber o que são as relações sociais (FASE, 2001a, p. 15).

Desse modo, o plano conceitual pode ser entendido como um primeiro nível em que essa realidade precisa ser “desvelada”, como se pode ler nos objetivos das cartilhas ao propor que os conceitos precisam ser compreendidos, discutidos. Trata-se de uma estratégia mais ampla da FASE que, em sua prática institucional, criou o Núcleo de Comunicação, Publicações e Captação de Recursos, responsável pela “política de comunicação da FASE, pela revista “Proposta” e pela divulgação da sua produção de conhecimento”(FASE, 2009). Para isso são produzidos um site, boletins semanais, livros[26] e a revista citada[27], uma ação que objetiva a “propagação dos princípios apoiados pela FASE e de sua ação cotidiana” (FASE, 2009).

Um segundo nível refere-se às articulações entre os conceitos e as experiências vividas pelos indivíduos, para que as experiências possam alterar aquelas vividas pelas mulheres. Estes são movimentos que atravessam todas as cartilhas nas passagens em que Tereza, como um sujeito que precisa ser

---

[26]Na última página da cartilha “Gênero e Planejamento” são listadas as publicações do Programa Amazônia da FASE: Caderno de Formação: Orçamento Municipal e Participação Popular, Caderno de Estudos: FNO e a Produção Familiar no Pará, Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará, Série Debates na Amazônia: n° 1 A Hidrovia Araguaia Tocantins, n° 2, IV Encontro da Rede Brasil/Pólo Pará, além das cartilhas que analiso.

[27]No site, a revista mais antiga disponibilizada para download é de 1998. A revista tem publicação trimestral e traz artigos sobre movimentos populares produzidos por teóricos de áreas afins de atuação da FASE assim como de seus próprios trabalhadores. Há um volume dedicado à temática do gênero, publicado em 2001, intitulado “Desigualdades de Gênero” e outro em 2005, “A cidadania das mulheres”.

transformado, enuncia seu “não-saber” e é convidada a pensar suas relações cotidianas a partir das problematizações validadas por um conjunto de dispositivos de saber-poder.

3.2.2 Participe!

Para além dos espaços e momentos formativos no processo de “desvelamento da realidade”, os guias Maria e Samuel também orientam Tereza em seu exercício de participação. Os objetivos perfilados pelo Programa de Capacitação e os objetivos permanentes da FASE possibilitam analisar em que sentido a estratégia de participação modifica a relação dos sujeitos com eles mesmos e com o mundo.

Trata-se da estratégia de “integrar sujeitos políticos no processo de incorporação de gênero em programas e políticas públicas como elemento fundamental para uma maior equidade social” (FASE, 2009), contribuindo “para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na aplicação da cidadania” (FASE, 2009).

Assim é que vemos a aproximação de Tereza do grupo de mulheres nas reuniões do Centro Comunitário e, posteriormente, outro campo de espaços de participação é aberto no pressuposto de que, para alterar as relações de gênero na sociedade, faz-se necessário incluir “questões específicas das mulheres na elaboração de políticas públicas” e incentivar a “participação feminina na política”, a fim de possibilitar a “participação igualitária entre os sexos” (FASE, 2001a, p.27). Esse campo de participação refere-se às instâncias de representação para controle e formulação de políticas públicas nas quais as mulheres que passarão pelo processo de transformação irão incorporar suas necessidades especificas (e as de outras mulheres a quem “representam”).

No entanto, para que esse exercício seja possível há nos enunciados das cartilhas tanto a apresentação desses espaços quanto o convencimento sobre sua importância. Utilizando o argumento das conquistas dos movimentos de mulheres e os instrumentos de controle e participação, é possível convidar

as mulheres à ação no exercício da “participação política” para a construção dos “caminhos da igualdade de gênero”, como anunciam os dois últimos objetivos da Cartilha “Gênero e Políticas Públicas: participando sem medo de ser mulher”:

> Expor as principais conquistas dos movimentos de mulheres nas políticas setoriais (violência, saúde e trabalho) e os obstáculos existentes para sua ampliação e;
> Identificar os instrumentos existentes de controle e participação social (FASE, 2001c, p. 06).

Invocando as conquistas de outros sujeitos cujas práticas discursivas foram legitimadas no plano histórico-social, é possível mostrar às que serão transformadas que elas também podem obter essas conquistas. Assim é que a aproximação de Tereza do “controle e proposição” das políticas públicas se dá, primeiramente, no espaço de discussão do Centro Comunitário sobre gênero e políticas públicas e, posteriormente, na formulação de uma pauta de reivindicações para as instâncias governamentais (no caso, a prefeitura). Essa pauta propõe maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política com base nas chamadas

> ‘políticas afirmativas’, entendidas como dispositivos que incentivam a participação feminina no mercado de trabalho e na política garantindo que as especificidades e necessidades femininas estejam contempladas na elaboração e execução das políticas públicas (FASE, 2001c, p. 22).

Segundo o discurso veiculado nas cartilhas, a participação nas “decisões, gerenciamento, monitoramento, fiscalização e no controle das políticas e orçamentos públicos” pode alterar as relações de gênero existentes na sociedade: “nesse sentido, os conselhos e as coordenadorias representam uma importante conquista para as mulheres, sendo necessário fortalecê-los, como organismos governamentais que tratam as especificidades das mulheres” (Ibid, p. 30).

Dessa forma, a estratégia de transformação consiste em agir sobre a ação das mulheres no campo das políticas públicas por meio da participação política, onde os sujeitos “transformados”, no caso mulheres de determinados tipos, devem estar. Se no eixo de análise anterior vimos que o espaço das políticas públicas é um espaço que não contempla as necessidades específicas das mulheres, inserir a perspectiva de gênero na formulação de políticas

públicas é uma forma de alterar relações de gênero na sociedade. As mulheres saem do espaço da casa para o campo da participação política, deixando de ser apenas “beneficiárias” para também formular e controlar políticas públicas.

3.2.3 Planeje!

Para que a participação seja possível, é necessário que haja um planejamento que oriente as ações, sejam elas no Centro Comunitário, nos movimentos sociais, nas políticas públicas ou em casa. O planejamento serve como ferramenta “capaz de reunir informações necessárias e apresentar caminhos possíveis para desenvolver objetivos e metas que se deseja alcançar por meio de um processo participativo” (FASE, 2001d, p.08)

É um instrumento que serve para guiar ações e condutas, juntamente com o processo de desvelamento da realidade e do exercício de participação. Planejar implica a capacidade de prever e controlar situações, coisas, indivíduos e, à medida que os sujeitos transformados adquirem essa capacidade, estarão qualificados para a participação, como se pode depreender dos objetivos da cartilha “Gênero e Planejamento: Construindo os caminhos da igualdade”:

> a) Apresentar uma ferramenta de diagnóstico e planejamento participativo com perspectiva de gênero, que permita qualificar a incorporação das mulheres nas ações e atividades dos movimentos sociais;
> b) Demonstrar a desigualdade de gênero no processo de elaboração do planejamento das políticas públicas;
> c) Contribuir para melhorar as relações de gênero, a partir da identificação e inserção das necessidades específicas das mulheres nos planejamento das organizações (FASE, 2001d, p.06).

Embora o planejamento seja tido como importante em todas as ações cotidianas, na narrativa dessa cartilha os espaços eleitos são os movimentos sociais e o campo das políticas públicas. É preciso qualificar a participação das mulheres para que seja possível inserir suas necessidades específicas no planejamento das organizações, para que haja repercussões no campo das políticas públicas, onde a desigualdade de gênero começa já no próprio planejamento.

Neste sentido, qualificar a incorporação das mulheres implica também inserir o planejamento como objeto na prática pedagógica promovida pelas lideranças nas cartilhas e pela FASE, como acontece em uma reunião conduzida por Maria e Samuel que falam sobre a metodologia “FOFA”:

> Samuel: Antes de fazer o planejamento precisamos conhecer a nossa realidade, saber quais são os nossos problemas e as nossas forças.
> Maria: Para isso vamos usar a metodologia FOFA
> Participante: FOFA? O que é isso?
> Samuel: FOFA quer dizer: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. É uma metodologia que ajuda a levantar os problemas de uma comunidade ou organização e auxilia nas tomadas de decisões, permitindo identificar as necessidades e demandas para a elaboração de projetos, as possibilidade de produtos e a definição de soluções para os problemas enfrentados. As forças e as fraquezas são fatores internos de uma organização e estão sob o nosso poder de decisão e controle. As oportunidades e as ameaças são fatores externos e não estão sob poder de decisão da organização (FASE, 2001, p. 20).

O planejamento que orienta as ações para as “necessidades específicas das mulheres” inclui forças, fraquezas, ameaças, oportunidades como parte de um diagnóstico da realidade, a partir do qual se constrói um plano de ação constituído de: objetivo geral, objetivos específicos, resultados, atividades, períodos e responsáveis. Evidencia-se, assim, o caráter técnico do planejamento como ferramenta, em seu saber-fazer “qualificado”.

É importante ressaltar as polarizações que marcam esse diagnóstico. Assim como temos homens-mulheres, sexo-gênero, natureza-sociedade, dominantes-dominados, produção-reprodução permeando os enunciados proferidos nas cartilhas, temos também uma noção de realidade marcada por forças-fraquezas, oportunidades-ameaças, binarismos em que um elemento parece se sobressair ao outro. Planejar implica, nesse sentido, controlar o elemento visto como negativo. A mulher qualificada para incorporar o enfoque de gênero nas políticas participa do processo tendo em vista a perspectiva de que as necessidades de homens e mulheres são diferentes. Assim, “ampliar a participação das mulheres no Centro Comunitário” e “promover capacitação das mulheres”, são algumas das ações destacadas nesta cartilha, o que requerer a utilização da metodologia apresentada para a construção do planejamento como orientador das ações, pois há ações a serem planejadas.

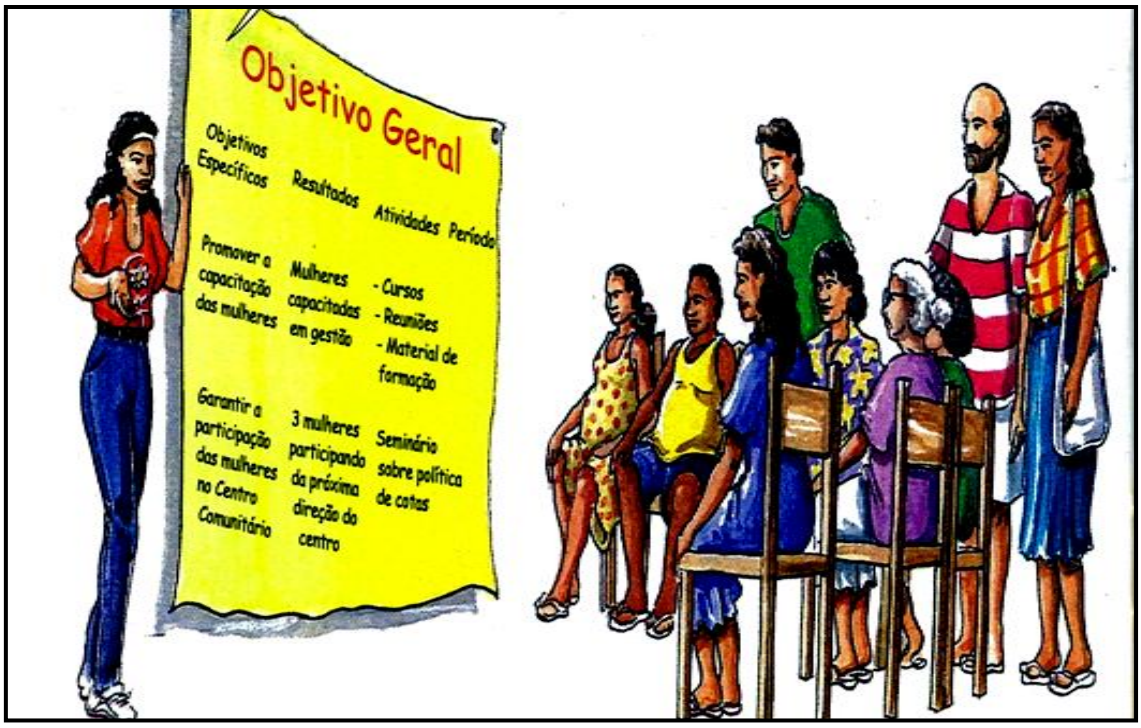


Ilustração 16: “Planejamento no Centro Comunitário”.
Fonte: FASE, 2001d, p.22.

Assim, a estratégia do planejamento articula-se à da participação e do “desvelamento da realidade” e coloca em funcionamento a prescrição de orientar as ações dos sujeitos a serem transformados, o que as lideranças comunitárias promovem por meio do currículo materializado nas cartilhas do Programa de Capacitação.

3.2.4 As estratégias de agir sobre a ação

No início deste eixo analítico foi assinalado que, na narrativa das cartilhas, tecnologias são colocadas em funcionamento, intencionando a orientação da conduta dos sujeitos por meio de estratégias, vistas como intervenção e manipulação de forças em determinada direção para potencializá-las, impedi-las ou utilizá-las. São, sobretudo, intervenções postas em prática pelas lideranças comunitárias que funcionam como guias na relação com os sujeitos que pretendem transformar, no sentido de agir sobre suas ações.

O uso de tecnologias de saber-poder, como desvelar a realidade, participar e planejar tem como objetivo incidir sobre as mulheres, orientando e moldando suas condutas. Para isso é preciso lançar mão de variados campos discursivos que se atravessam e justapõem, tendo em vista os conceitos que veiculam e as práticas sociais que legitimam, como as conquistas dos movimentos de mulheres, a fim de instituir seus regimes de verdade. Assim, as noções de sexo, gênero, poder, “empoderamento”, classe, entre outras, são invocadas a partir de campos discursivos atravessados que passam por diversos domínios na disputa do dizer verdadeiro acerca dos sujeitos que se intenciona transformar.

E se o exercício do poder, como afirma Foucault (1995), configura-se em um jogo de relações entre indivíduos ou grupos, no qual se inscreve o modo de ação de alguns sobre os outros, as qualidades pastorais de Maria e Samuel possibilitam conduzir Tereza para sua transformação no horizonte da equidade de gênero, guiando também seu processo de transformação. É preciso que ela se deixe guiar e passe a ver-se, narrar-se, pensar-se como um sujeito que precisa passar por transformações e ainda lutar para que outras se deem na sociedade no que tange às relações de gênero.

E, ao se deixar guiar, Tereza tem um campo de ação estruturado no sentido de enfrentar seus problemas e dificuldades cotidianas, para o que todo um feixe de respostas e efeitos são possíveis para a produção de modos de subjetivação, como veremos no próximo eixo analítico.

3.3 TIPOS DE SUJEITOS PROPOSTOS

As estratégias engendradas pelos guias, Maria e Samuel, acabam por produzir, nas cartilhas, tipos de sujeitos que “se sintam com poder para lutar por mudanças” (FASE, 2001b, p. 28), em uma sociedade com “equidade de gênero”, a partir de intervenções racionais e organizadas. Trata-se de relações de forças que intencionam a transformação não só de Tereza, dos participantes do Programa de Capacitação e dos possíveis leitores das cartilhas, mas pretendem alcançar a sociedade por meio de estratégias de poder-saber

regulamentadoras que não incidem apenas sobre os corpos dos indivíduos intencionando treiná-los, formá-los, multiplicar suas forças.

Refiro-me às tecnologias de poder regulamentadoras dirigidas ao corpo como espécie, à multiplicidade dos homens no conjunto de processos sobre a vida, em uma biopolítica que objetiva intervir em fenômenos em sua globalidade para seu controle e gestão (FOUCAULT, 1999). A noção de biopolítica serve aqui de ferramenta analítica para compreendermos a proposição desses tipos enquanto sujeitos que transformarão a sociedade, controlando e formulando políticas públicas.

Essas relações de saber-poder materializam-se nas cartilhas como dispositivos pedagógicos, evidenciando, não só no campo institucional da FASE, mas em instâncias governamentais, em agências internacionais de financiamentos e instituições de ensino, uma multiplicidade de interesses morais, políticos e sociais.

Ao tratar os tipos propostos como mulheres que se governam e se conduzem como “qualificadas”, “conscientes”, “críticas”, “emancipadas”, “empoderadas”, “engajadas politicamente”, “produtivas”, modificando a experiência que têm de si, dos outros e do mundo em um conjunto de regimes discursivos que definem suas verdades, buscaremos também neste eixo de análise evidenciar estratégias biopoliticas que intencionam alcançar o conjunto da população.

3.3.1 A “mulher empoderada”

Tereza, ao “desvelar a realidade” dos problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade, após sua inserção no mercado de trabalho e participação no Centro Comunitário, passa a questionar as posições de homens e mulheres na sociedade, como já denunciadas anteriormente. Esse questionamento possibilita que Tereza reivindique outras posições, criando condições para a emergência da mulher “empoderada”, que assume, sobretudo, uma posição crítica e consciente frente à sua realidade.

O termo “empoderamento” surge como um conceito a ser explicado na cartilha “Gênero e Poder”; no entanto, apenas no fim da cartilha ele reaparece no contexto de uma reunião no Centro Comunitário:

> Maria: As mulheres só vão conquistar a cidadania quando forem reconhecidas enquanto pessoas livres e conscientes.
> Samuel: Para isso temos que promover o “empoderamento” das mulheres (FASE, 2001b, p. 28).

Em seguida, temos o seguinte enunciado: “O que é empoderamento? Para alterar as relações sociais estabelecidas é preciso, antes de tudo, que as mulheres passem por transformações internas e se sintam com poder para lutar por essa mudança” (Ibid, p.28).

Na cartilha “Gênero e Políticas Públicas” a noção é retomada como um “enfoque da abordagem mulher e desenvolvimento”, recomendação da I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas, aos programas governamentais e não governamentais:

> Enfoque empoderamento: ressalta a necessidade de estabelecer estratégias de curto, médio e longo prazo para alterar as relações de poder existentes e integrar as mulheres no processo de tomada de decisão. Para isto, busca articular as necessidades práticas e estratégicas, investindo na organização das mulheres, na mobilização política e na educação popular (FASE, 2001 c, p. 19).

Farah (2004) afirma que o enfoque do “empoderamento” é uma diretriz no campo das políticas públicas e refere-se ao acesso ao poder político, para que as mulheres possam interferir na formulação de políticas públicas, com autonomia para tomarem decisões sobre suas vidas, o que envolve mudanças nas relações de poder em diversos âmbitos.

É neste sentido que, nos enunciados das cartilhas, a noção de poder encontra-se próxima à de empoderamento. Maria esclarece que José *tem* poder sobre Tereza, na medida em que este tenta persuadi-la a votar em seu candidato, o que abre espaço para também esclarecer sobre os processos históricos de exclusão das mulheres na sociedade, conforme se pode ler no excerto a seguir:

> Maria: Assim como a divisão social e sexual do trabalho, o poder não é neutro do ponto de vista de gênero.
> Enunciado da FASE: A definição do poder ou a detenção do poder na sociedade é estabelecida a partir da naturalização da posição desigual que homens e mulheres ocupam na sociedade.
> Samuel: Não esqueça! As relações de gênero são também relações de poder entre os sexos (FASE, 2001b, p. 19).

A exclusão de mulheres é explicada, do ponto de vista da construção social, como decorrente das relações de poder entre os sexos:

> As relações de poder, então, estão relacionadas à estrutura econômica, ao processo histórico de uma sociedade e às visões de mundo dos indivíduos. [...]
> Os papéis sociais identificam, desta forma, as posições de poder na sociedade. [...]
> A estrutura de poder de um grupo social deve ser compreendida de forma relacional, ou seja, se existe um dominante é porque existe um dominado. E isso é sustentado na sociedade através das leis, costumes, preconceitos, crenças etc. (FASE, 2001b, p. 15).

Deste ponto de vista, como homens e mulheres têm posições desiguais, isso denota que as mulheres, em posição de subordinação, *não têm poder*, o que justifica que estas devam ser "empoderadas". Maria apresenta uma noção de poder muito útil a esta justificativa de *dar poder* às mulheres:

> Quando falamos em poder, logo vem a imagem dos poderes executivo, legislativo e judiciário, ou seja, o Estado. Mas, não é só aí que o poder está presente [...]. O poder está presente em todos os níveis das relações sociais e apresenta-se em diferentes formas. Por exemplo, o poder do pai sobre a família, o poder econômico, o poder policial, o poder da televisão (FASE, 2001b, p. 12).

Não estando apenas nas instâncias estatais, o poder passa a estar em diversos espaços, relacionando-se à questão dos papéis sociais, sendo possível concluir que os homens *têm* poder sobre as mulheres. O poder é visto como atributo, propriedade, que se desloca de alguns lugares (como instâncias governamentais) para algumas pessoas (homens e classes dominantes), o que justifica a constituição da mulher empoderada. Se o poder é "a força, a capacidade de um individuo ou uma instituição em realizar ou influenciar uma determinada ação [...] um conjunto de relações sociais que organiza e faz parte da sociedade, posicionando as pessoas ou instituições em determinados papéis sociais" (FASE, 2001b, p.17), então, todos *podem ter poder*.

Em uma sociedade desigual, José tem poder sobre Tereza, assim como os dominantes têm poder sobre os dominados, um poder que está em todas as relações construídas em processos econômicos e históricos. No entanto, se as relações de poder entre sexos foram construídas socialmente, elas podem mudar. Se socialmente as mulheres foram educadas para ocupar os espaços

privados e públicos, submetidas à autoridade dos homens, o empoderamento é uma forma de alterar essas relações.

Ter poder para lutar por mudanças, para ocupar espaços de participação política, para negociar melhores salários, negociar os cuidados da casa, ou seja, ter o poder de se contrapor ao que antes foi definido como desigualdade de gênero, às posições desvalorizadas, não reconhecidas socialmente e, assim, influenciar as próprias ações, as ações dos outros e, consequentemente, as políticas públicas.

Ao questionar as posições de gênero em casa, no trabalho e nas políticas públicas, essa mulher empoderada passa por transformações internas para engajar-se numa "ação transformadora das formas de divisão de poder na sociedade" (leia-se, espaços das políticas públicas) e, "desta forma, a busca pela igualdade de gênero faz parte da luta por um desenvolvimento sustentável" (FASE, 2001b, p. 30).

Dito isto, duas considerações sobre este tipo de sujeito podem ser tecidas a partir dos pontos que Foucault (1995) menciona como importantes para a análise do poder: os sistemas de diferenciação sobre o qual ele opera e suas finalidades. Quanto ao sistema de diferenciação, a noção de poder posta em funcionamento nos enunciados das cartilhas opera a partir de diferenciações onde a principal é o sistema homem-mulher, agindo os primeiros sobre as ações das segundas. E quanto às suas finalidades, nas cartilhas, estas referem-se às lutas quanto aos efeitos do sistema de diferenciação do sistema homem-mulher, efeitos que têm, por exemplo, as mulheres serem as únicas responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, receberem menores salários, ou não terem políticas públicas contemplando aspectos outros que não sejam os "reprodutivos", tornando-as "invisíveis e desvalorizadas socialmente".

Embora os termos veiculados nas cartilhas refiram-se ao poder como atribuição, o conjunto de seus enunciados permite sua compreensão como exercício, na medida em que o localiza nas relações entre homens e mulheres, instâncias governamentais, estruturas econômicas e outras instituições. Neste sentido, o poder a que as cartilhas se referem é o poder de mudar relações sociais, de transformar sujeitos, nessa perspectiva de ação sobre ação. Não pesando apenas como a força que diz "não", mas permeando todas as

relações, o poder produz práticas, saberes, agindo sobre a ação das mulheres, inclusive no sentido de torná-las “com poder”, e, portanto, empoderadas, para transformar relações, agir sobre outras ações.

3.3.2 A “mulher produtiva”

A inserção de Tereza no mercado de trabalho (assalariado) é uma das condições de possibilidade para a emergência da mulher produtiva, como forma de enfrentamento de desigualdades de gênero, geradas pelo desequilíbrio entre produção de bens e serviços e reprodução da vida, pois “mesmo que não signifique a real alteração das desigualdades de gênero, é importante a luta das mulheres para participarem do mercado de trabalho, pois obriga a sociedade a rever os “papéis sociais” atribuídos a homens e mulheres (FASE, 2001a, p. 28).

A mulher produtiva emerge também aparece na narrativa das cartilhas como membro de uma cooperativa de doces. Com toucas, aventais, produtos bem embalados, as mulheres da cooperativa discutem formas de comercializá-los a partir das noções de planejamento aprendidas no Centro Comunitário e da reivindicação de financiamentos. É, pois, mais uma alternativa no âmbito do trabalho para as que não conseguem inserir-se no mercado formal: a organização em cooperativas e associações.

Deste modo, se as denúncias proferidas pelas lideranças comunitárias acerca do espaço do trabalho centravam-se no papel reprodutivo das mulheres (desvalorizado), a solução surge na figura da mulher produtiva que se engaja no horizonte da equidade de gênero, objetivando seu “empoderamento econômico”.

Esse “papel produtivo” foi reconhecido na I Conferência Mundial da Mulher, em 1970, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu “a década da mulher”, tendo como metas “melhorar as condições de vida, combater a discriminação e tornar mais visível o papel feminino no desenvolvimento, enfatizando seu potencial produtivo” (Gênero e Políticas Públicas, p. 16). A conferência propôs dois tipos de “abordagem” para orientar as ações governamentais e não governamentais voltadas para mulheres:

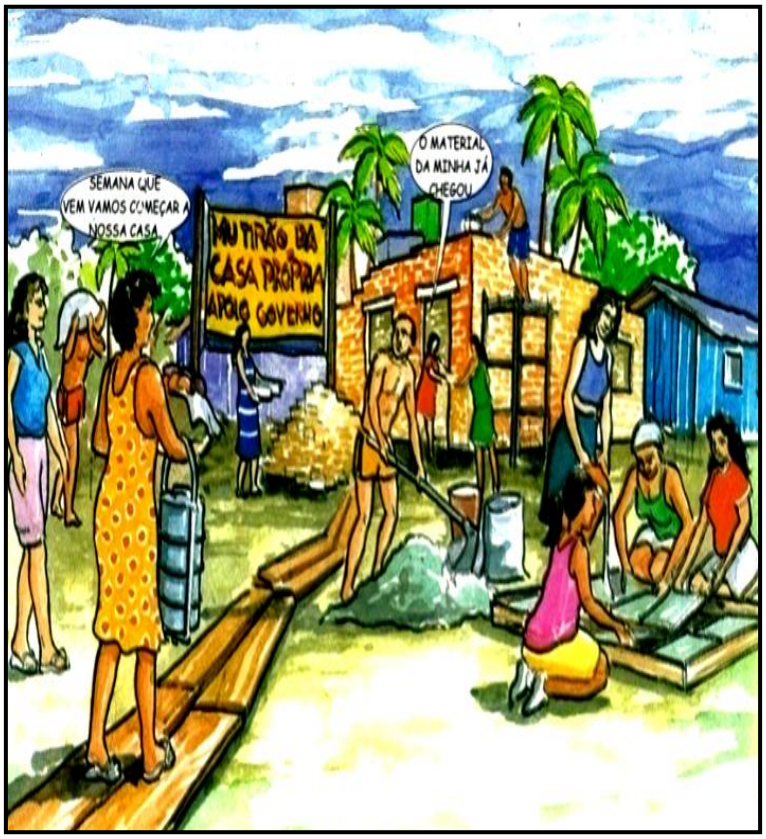
Mulher e Desenvolvimento (MED) e Gênero e Desenvolvimento (GED). A abordagem Mulher e Desenvolvimento, relacionada às necessidades práticas das mulheres, possui três enfoques:

Ilustração 17: “Enfoque de equidade”.
Fonte: FASE, 2001c, p.17.

Enfoque de equidade – relaciona o desenvolvimento e igualdade entre homens e mulheres, com a incorporação da mulher na economia, através de transformações nas leis. (FASE, 2001c, p. 17).

Enfoque anti-pobreza – tem como princípio que a desigualdade entre homens e mulheres está relacionada a pobreza. Para reduzir esta desigualdade deve-se aumentar a produtividade das mulheres, através de projetos de geração de renda. (FASE, 2001c, p 18).

Ilustração 18: “Enfoque anti-pobreza”.
Fonte: FASE, 2001c, p.18.



Enfoque de Eficiência – parte da idéia que a maior participação das mulheres na economia está ligada a maior equidade. Considera que a elasticidade do tempo e o triplo papel das mulheres (produtivo, reprodutivo e comunitário) permite sua participação em ações que juntam o trabalho pago e não pago. (Gênero e Políticas Públicas, p. 19).

Ilustração 19: “Enfoque de eficiência”.
Fonte: FASE, 2001c, p.19.

Equidade, desenvolvimento, “empoderamento” econômico, eficiência, são noções que permeiam as diretrizes para políticas de trabalho, geração de emprego e renda, tal como definidas nas Conferências Mundiais das Mulheres. Projetos voltados para a capacitação profissional de mulheres, organização em cooperativas e/ou associações, acesso a créditos para criação de pequenos negócios, aumento na garantia de direitos, são reverberações de algumas dessas diretrizes que orientaram as práticas governamentais e as dos movimentos sociais no âmbito do debate sobre gênero no Brasil (FARAH, 2004).

Eis o que parece ser o reconhecimento desse papel produtivo: uma série de práticas discursivas e não discursivas criadas com a finalidade de constituir esse tipo de sujeito, no que tange a sua “participação na economia”. Trata-se da incidência das relações de saber-poder sobre os corpos das mulheres que buscam capturar e multiplicar suas forças não só no que se refere à produção da vida (geração e criação de filhos), mas à produção econômica na ordem do discurso da sociedade capitalista. Neste sentido, é a via econômica uma das saídas, uma estratégia de enfrentamento das desigualdades de gênero.

Mas o governo dessas mulheres, no sentido em que são capazes de transformar suas condutas, não se faz apenas por meio de procedimentos disciplinares que incidem sobre seus corpos, como já anunciado. A estes se articulam tecnologias biopolíticas referentes às mulheres como uma população, em seus fenômenos globais, constituídas como objetos discursivos passíveis de análises, observações e intervenções. E, na medida em que as cartilhas têm como público mulheres de determinados tipos, e objetivam alcançar o conjunto da população – tanto diretamente em suas práticas educativas, quanto indiretamente, no campo da formulação e controle das políticas públicas −, faz-se necessário evidenciar alguns aspectos dessa tecnologia de saber-poder.

Um primeiro aspecto refere-se ao conjunto da população a quem as cartilhas se dirigem: mulheres com qualidades e atributos que já apresentamos, mas que são, sobretudo, definidas a partir da categoria “pobre”. Sarti (1996) ressalta que muito foi dito a respeito dos pobres e que, antes mesmo de serem assim definidos, foram designados, de acordo com as transformações

ocorridas no processo produtivo do país, como “vadios”, “favelados”, “marginais”, “subempregados”, “população de baixa renda”.

Assim as Ciências Sociais brasileiras construíram imagens de um “outro” de quem se fala, tanto no paradigma de produção quanto no paradigma da cultura, produzidas nas décadas de 60 e 70, onde os pobres surgiram como os “trabalhadores” no processo de industrialização do país. A palavra trabalhador é introduzida para denominar aqueles que exercem atividades de natureza intermitente e esporádica, ancorando a explicação não mais no indivíduo, mas no sistema:

> Os pobres, categoria estigmatizada como “classe perigosa” pelos grupos dominantes, passaram a ser definidos e identificados nas Ciências Sociais como “trabalhadores”. Em 1970 essa identificação foi reforçada pela percepção dos pobres como sujeitos políticos: pobres pensados como os agentes da transformação social, a partir da noção de classe, constituindo a “classe trabalhadora” (SARTI, 1996, p.19).

Com a ênfase ora na economia, ora na política, os pobres foram, então, definidos por uma negatividade a partir da lógica do capital. E, se mais recentemente, a definição foi deslocada da carência material para a ausência de direitos, na relação entre pobreza e cidadania, manteve-se, entretanto, a noção de falta como referência, ficando os pobres, nesse paradigma, destituídos de meios materiais e de recursos simbólicos (falta-lhes consciência).

Mas no bojo dos destituídos, temos as mulheres pobres, sem consciência, que enunciam seu “não saber” e, por terem nascido do sexo feminino, são subordinadas, discriminadas, desvalorizadas, como segundo elemento a ser considerado nesta tecnologia biopolítica. Vemos, nesse sentido, a constituição do fenômeno da *feminização da pobreza,* apontado nos estudos sobre gênero e mulheres, nos relatórios das estatísticas oficiais e nas pautas dos movimentos sociais como alvo de intervenção.

As estatísticas oficiais apontam que esse fenômeno se refere às questões relativas à população dos países em desenvolvimento, e apontam as mulheres como as que mais sofrem com as condições de vida decorrentes da precarização do mercado de trabalho, dos efeitos das políticas econômicas de caráter neoliberal. Assinalam, sobretudo, que, nas duas últimas décadas, a

intensificação dessas políticas produziu esse fenômeno no qual mulheres pobres, geralmente de raça negra, jovens, são apontadas como um segmento **“**vulnerável**”** da população (FARAH, 2004; CARRASCO, 2005).

A feminização da pobreza não é um dado histórico-natural, mas, como chamou Foucault (2008a), é uma realidade transacional nascida no jogo das relações de poder, do que sem cessar lhes escapa, na interface entre governantes e governados, que não existiu desde sempre. Uma **“**realidade**”** com elementos semelhantes aos que as cartilhas enunciam: mulheres vêm se tornando mais pobres que os homens, recebem menores salários, são em maior número desempregadas, são chefes de família, têm dificuldade para acessar o mercado de trabalho.

Em que pese essa realidade transacional ser alvo de grandes controvérsias e ter sua conceitualização engendrada em uma arena de disputas, o importante aqui é demarcar que, com base na feminização da pobreza, políticas têm sido formuladas como forma de “enfrentamento” buscando as mulheres por um lado como “instrumentos” do desenvolvimento e por outro, dando ênfase a seus direitos (CARRASCO, 2005).

Práticas discursivas são construídas envolvendo instituições de ensino, governos, movimentos sociais, em um campo de luta no qual o dizer verdadeiro sobre gênero, mulheres, pobreza, está em disputa e todo um campo de práticas não discursivas se abre a partir das justificativas, orientações e recomendações para a formulação de políticas cujos fins morais e econômicos se tornam cada vez mais complexos, paradoxais.

Uma prática que pode ser ilustrativa dessa complexificação é a materializada no relatório “A questão de gênero no Brasil” (PENA, 2007). Reunindo conclusões sobre questões relacionadas a gênero no país, teve o patrocínio do Banco Mundial e, como colaboradores, representantes do governo, de organizações não governamentais e de instituições de ensino. Partindo de revisões teóricas, de informações sobre os projetos econômicos financiados pelo Banco Mundial, de estatísticas oficiais, de entrevistas com representantes dos governos, academias, sociedade civil e organização de mulheres, o relatório aponta a situação das mulheres quanto aos índices demográficos, educacionais, de saúde e do mercado de trabalho e,

posteriormente, fornece “estratégias de continuidade e fazem recomendações setoriais a respeito dos trabalhos de gênero no Brasil” (Ibid., p.263).

Como as diretrizes da ONU mencionadas nas cartilhas, orientadoras de ações que constituem nos enunciados das cartilhas a mulher produtiva, o relatório encomendado pelo Banco Mundial nos dá também a dimensão dos documentos como práticas discursivas, que constituem os fenômenos populacionais alvo de gestão e controle de tecnologias governamentais, no caso, as mulheres.

As abordagens recomendadas pela ONU, como vimos anteriormente, tratam como “necessidades estratégicas” as transformações dos papéis sociais de gênero intencionando a diminuição das desigualdades na divisão de trabalho. É estratégico intervir sobre este corpo populacional no campo produtivo: com os enunciados das cartilhas, para rever papéis na sociedade e alcançar a equidade de gênero; já para as agências financiadoras e governos, as finalidades da estratégia podem ter um rumo bastante controverso.

Nas cartilhas, as intervenções no campo dessas necessidades estratégicas requerem políticas públicas, em especial que financiem experiências na agricultura familiar, grupos produtivos e empreendimentos populares de mulheres. A controvérsia reside no que apontam alguns autores acerca das mulheres como “instrumentos de desenvolvimento”. Neste caso, são técnicas disciplinares que têm seus pontos de aplicação nos corpos que engravidam menos e trabalham mais. Mulheres empoderadas para usarem seus próprios (e parcos!) recursos como empresas de si mesmas, qualificadas, aptas ao trabalho, à produção (seja ela em casa, na comunidade, no trabalho ou no espaço de participação política), gerenciando suas vidas como empreendimentos a partir de cálculos, planejamentos racionais, nos quais suas escolhas definem-se em função de seus retornos, em uma relação de custo-benefício. Reivindicações que, quando levadas à cena política, fazem voltar os olhares não somente à Tereza, mas a todas que a ela se assemelham.

Podemos pensar, então, nessa instrumentalização a serviço do desenvolvimento econômico sob a ótica neoliberal, na qual a empresa funciona como elemento de base na análise econômica. Não o indivíduo, nem processos ou mecanismos, mas empresas. Trata-se de um programa para a racionalização do neoliberalismo de uma sociedade e uma economia como

uma espécie de retorno ao *homo economicus,* o homem da troca, em uma concepção clássica da teoria da utilidade a partir da problemática das necessidades. Esse homem é um empresário de si, “sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte da sua renda” (FOUCAULT, 2008a, p.311).

Desse ponto de vista, chama atenção a diretriz da ONU, “enfoque de eficiência”, que considera “a elasticidade do tempo e o triplo papel das mulheres (produtivo, reprodutivo e comunitário) que permite sua participação em ações que juntam o trabalho pago e não” (Gênero e Políticas Públicas, p. 19), que as cartilhas ilustram com um grupo construindo uma casa no ‘mutirão da casa própria”.

Segundo Treillet (2003) é buscando atender a esse programa racional, que os discursos de instituições internacionais, como o Banco Mundial, mudaram ao eleger as mulheres pobres como alvos prioritários em suas intervenções, justapondo-se a outros discursos como os dos órgãos ligados às Nações Unidas para a “promoção da desigualdade de gênero”. Se esses discursos orientam e definem uma série de projetos para o “enfrentamento da pobreza”, intencionando aumentar as escolhas concretas das mulheres na sociedade, a autora argumenta que não afetam os programas de abertura das economias, mas são recursos rentáveis.

No entanto, ao tratar de alguns elementos dessa tecnologia biopolitica, o objetivo aqui não é discorrer sobre todos os elementos envolvidos na proposição desse tipo de sujeito, atendendo a um programa de racionalização política e avaliar em que medida o Programa de Capacitação da FASE atende a esse programa, mas tão somente evidenciar a amplitude das tecnologias de poder em práticas específicas, localizadas, como as materializadas nas cartilhas.

3.3.3 A “mulher politicamente engajada”

Tereza começa seu percurso como uma mulher engajada politicamente a partir de sua aproximação com Maria e Samuel. No entanto, precisa das qualidades de uma mulher empoderada para se sentir *com poder* e negociar com José sua participação nas reuniões no movimento de mulheres. É, então, o exercício do poder de Tereza no seu “espaço privado” que enseja sua participação política.

Neste sentido é que há, nas cartilhas, passagens em que Tereza propõe negociações com José para os cuidados com a casa e com os filhos, apontando para uma das qualidades da mulher politicamente engajada: aquela que participa das atividades do Centro Comunitário, comícios, reuniões e lhes atribui um grau de importância similar aos cuidados com a casa, filhos e José, como podemos ver nas ilustrações:

Ilustração 20**: “**Tereza negociando as tarefas da casa”.
Fonte: FASE, 2001b, p.25.

Ilustração 21**:** “José lava as louças”
Fonte: FASE, 2001b, p.29.

Na ilustração 20, Tereza solicita a divisão das tarefas domésticas para poder ir a um comício. Já na ilustração 21, Tereza está em uma reunião no Centro Comunitário discutindo “empoderamento” e José assume as tarefas de casa. E se ela “sai de casa”, enquanto José realiza algumas tarefas que antes eram suas únicas e exclusivas, também no Centro Comunitário passa a ocupar outra posição, por exemplo, participando de audiências públicas:

Ilustração 22**:** “Na audiência pública”.
Fonte: FASE, 2001c, p.27.

Ao se transformar em uma mulher politicamente engajada, Tereza já não ocupa o lugar de quem enuncia um “não saber” e precisa ser guiada continuamente por Maria e Samuel, ela é uma “participante ativa” que, entre outras coisas, contribui para a formulação de pauta de reivindicação de políticas públicas que respondam às necessidades específicas das mulheres. Ela já não pede esclarecimentos, ela propõe.

Como uma “participante ativa”, reunindo suas qualidades de mulher empoderada e engajada, está “apta” a fazer funcionar outra estratégia do Programa: a de multiplicar seus resultados e efeitos. Sendo agora uma mulher crítica, empoderada, que se apropriou dos conceitos veiculados pelas cartilhas, está “qualificada” e pode, inclusive, ampliar sua participação para além do Centro Comunitário: nos conselhos municipais do direito da mulher, nas chapas eleitorais e assumindo práticas pedagógicas que transformem outros sujeitos.

Neste sentido, um deslocamento se dá nesse “jogo de posições”: Maria que era liderança comunitária e secretária do Centro Comunitário, ganha as eleições e passa a ser presidente do centro (no lugar antes ocupado por José) e Tereza, com esse “convite à luta”, assume o lugar de “multiplicadora”: além de continuar seu engajamento político nas instâncias de participação citadas anteriormente, também irá “multiplicar” o “aprendizado adquirido”, assumindo a tarefa de utilizar o que aprendeu como estratégia para transformar outras pessoas.

Essa estratégia de “multiplicação” pode ser compreendida como o processo em que, após a eleição dos grupos que serão “transformados” e sua consequente transformação, é proposto que estes ampliem os resultados envolvendo um número maior de pessoas, obtendo resultados “melhores e mais eficazes”, com os mesmos ou menores recursos (humanos, financeiros e organizacionais). Isso nos remete a um dos objetivos propostos pelo Programa de Capacitação de “formar multiplicadores/as com habilidades e sensibilidade específicas para capacitação participativa na temática de gênero” (FASE, 2009).

Deste modo, os que participaram do Programa e tiveram suas experiências transformadas, assim como Tereza, são convidados a assumir o

lugar de “multiplicadores”, fazendo movimentar as estratégias de governo (de si e dos outros) até os lugares onde o Programa de Capacitação (e estrutura organizacional da FASE) não alcança.

Então, retomando o deslocamento no “jogo das posições”, a estratégia de conduzir Tereza à transformação que as lideranças comunitárias efetuaram, passa a ser agora efetuada por ela e estende-se aos sujeitos a quem as cartilhas se endereçam, as mulheres como foco de intervenção prioritário do Programa de Capacitação.

> O Programa de Capacitação de Multiplicadoras/es em Gênero e Políticas Públicas nasce da demanda crescente dos movimentos de mulheres, outros movimentos sociais e ONGs, em vista de qualificar suas plataformas de luta e incorporar proposições de gênero nas políticas públicas e ações afirmativas para as mulheres. [...] A todas as lideranças das organizações que participam desta iniciativa, pioneira na nossa região, especialmente às mulheres que hoje buscam seu espaço de representação e visibilidade pública, dedicamos este Programa, que esperamos ver multiplicados em muitos lugares desta nossa Amazônia (FASE, 2001a, p. 05).

Voltando aos objetivos do Programa de Capacitação, é possível problematizar esse tipo de sujeito engajado relembrando sua constituição como um sujeito com um certo número de direitos que reivindica “seu lugar” no campo das políticas públicas. A esses sujeitos são reservados espaços que possibilitem intervir “nas decisões, no gerenciamento, no monitoramento, na fiscalização e no controle das políticas e orçamentos públicos” (FASE, 2001c, p. 26), no chamado “controle social”. São espaços de representação da “sociedade civil”, com o objetivo de “propor medidas, formular diretrizes e promover políticas e programas” (Ibid., p.26) na perspectiva de gênero.

Assim, esses lugares nos quais as “mulheres engajadas” devem estar, são espaços para “representar” outras mulheres, integrantes da “sociedade civil”, com o intuito de alterar as relações de gênero na sociedade. Para Sorj (2004), a chamada “sociedade civil” é um espaço ocupado em decorrência da crise dos partidos políticos, da perda da centralidade da classe operária, das dificuldades que os governos enfrentam com a fragmentação das sociedades globalizadas. Para o autor, a sociedade civil como “entidade”, passa a constituir-se como a “única portadora de virtudes, associadas na tradição socialista aos trabalhadores e ao ‘povo’, e valorizadas como novo agente de

transformação social e expressão dos desejos libertários e de justiça social diante da desumanidade do mercado e do Estado" (Ibid., p.74).

Desse ponto de vista, o conceito de sociedade civil refere-se a um espaço não estatal de reivindicação de direitos e de defesa de novos valores frente às instituições governamentais. Espaço no qual as "mulheres engajadas" politicamente assumem a posição de representar outras mulheres, tomar partido, dizer por elas.

Para Foucault (2008), esse espaço é uma tentativa de responder à questão sobre como governar de acordo com as regras do direito, um espaço povoado por sujeitos econômicos, a partir de uma prática governamental racional que não infringe nem as leis da economia, nem os princípios do direito, com um governo onipresente, que nada deixa escapar e chega a todos os lugares. Isto é importante na medida em que no discurso filosófico e político a sociedade civil foi referida como uma realidade que se impõe, se ergue, que escapa do governo, do Estado e seus aparelhos burocráticos, ou das instituições. O autor recomendou, neste sentido, prudência quanto ao grau dessa realidade como um dado histórico, servindo de pedestal, para afirmá-la como correlativa a uma tecnologia governamental moderna.

Longe de estar "acima de qualquer suspeita", separada do Estado e das leis do mercado, o que caracteriza a sociedade civil é a existência de um campo de relações sociais, de vínculos entre indivíduos, no qual o poder é regulado segundo o cálculo, seja ele das relações, das forças, riquezas ou dos fatores. Regulado pela racionalidade que caracterizou as formas modernas da tecnologia governamental, tratando os governados como sujeitos econômicos, como sujeitos de interesse, servindo de seu princípio (FOUCAULT, 2008).

Assim é que o governo de indivíduos, como sujeitos de direitos e sujeitos econômicos, é garantido a partir da sociedade civil que, não só liga esses dois elementos, mas outros que fazem parte de um conjunto complexo, no qual "toda uma série de racionalidades governamentais que se acavalam, se apóiam, se contestam, se combatem reciprocamente" (FOUCAULT, 2008, p. 424).

Essa caracterização da sociedade civil permite compreendermos elementos das relações de poder-saber implicadas nos tipos de sujeitos propostos nas cartilhas. Se as práticas discursivas das cartilhas centram-se,

sobretudo, nas formas como as mulheres se empoderam, engajam-se politicamente e tornam-se produtivas, remeter à crítica foucaultiana de que não há esse lugar da sociedade civil separado de tecnologias governamentais, implica pensar que os modos de subjetivação propostos no currículo materializado nas cartilhas do Programa de Capacitação orientam-se por políticas sociais, econômicas, culturais e educacionais voltadas à gestão a população.

Eis então o ponto fundamental deste eixo de análise: os programas políticos, sejam eles governamentais ou não, se dão a partir de novos investimentos nos modos de subjetivação. Os tipos propostos não são, neste sentido, constituídos apenas no interior dos processos institucionais da FASE e materializados em suas cartilhas. Referem-se antes, a uma complexa correlação de forças envolvendo tecnologias governamentais em relações de saber-poder, que em nome de “novos” modos de subjetivação se busca governar.

Se o currículo materializado nas cartilhas tenciona produzir mulheres que se oponham às relações de poder que incidem sobre elas subjugando, oprimindo, discriminando, transformando diferenças em desigualdades, em favor de uma sociedade de gênero “mais justa e igualitária”, a problematizações aqui formuladas, permitem pensar nas formas em que as relações de poder se espalham no campo social, quando sobre estas mesmas mulheres incidem outras tecnologias de poder, como a biopolítica.

Sem negar as práticas discriminatórias a que as mulheres são submetidas, as malhas de poder que buscam capturar seus corpos nas mais variadas formas de violência, e também os avanços de todas as práticas envolvidas no sentido de enfrentamento de tais práticas, o questionamento que aqui formulamos é o da busca de normatização de alguns tipos de sujeitos, em prol da exclusão de outros.

A proposição de um tipo de mulher produtiva, engajada, empoderada, exclui outros tipos, ao intencionar a regulação e normatização das formas que as mulheres devem relacionar consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Se por um lado, tal proposição, busca incidir sobre a ação de mulheres para que não se submetam às relações de poder que as subjugam, por outro expõem limitações.

Butler (2003) nos ajuda a compreender tais limitações com sua expressão *gêneros inteligíveis,* que refere-se às relações normatizadas de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, onde a identidade de gênero só se torna inteligível a partir de uma matriz cultural. No entanto, o interessante é que ao mesmo tempo em que regulam e normatizam, o campo de inteligibilidade acaba sendo exposto em suas limitações, quando "matrizes subversivas" são disseminadas produzindo desordens de gênero.

Se, por um lado, a normatização de *gêneros inteligíveis* suprime infindas multiplicidades subversivas, é possível entendê-los não como substantivos, mas sempre feitos, produzidos por práticas que regulam sua coerência e buscam uniformizar a identidade. Deste modo, quem prossegue é a autora,

> Expor os atos contingentes que criam a aparência de uma necessidade natural, tentativa que tem feito parte da crítica cultural pelo menos desde Marx, é tarefa que assume agora a responsabilidade acrescida de mostrar como a própria noção de sujeito, só inteligível por meio de sua aparência de gênero, admite possibilidades excluídas à força pelas várias reificações do gênero constitutivas de suas ontologias contingentes (BUTLER, 2003, p. 59).

Portanto, na busca de relações iguais, de transformações nas relações sociais de gênero, as práticas pautadas a partir de enunciados como os veiculados nas cartilhas, acabam por instituir noções apoiadas em esquemas binários, que pouco deixam espaço para admissão a implosão de fronteiras que considerem modos de ser que nelas se instalam e se situam, subvertendo também formas de pensar não só relações entre "gênero", mas também de produzir conhecimento, de pensar as relações de poder, e outras formulações calcadas em regimes de verdade absolutos e totalizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> É preciso passar para outro lado (...) para tentar desprender-se dos mecanismos que fazem aparecer dois lados, para dissolver a falsa unidade, a natureza ilusória do outro lado pelo qual se tomou partido (FOUCAULT, 1977, apud ARTIÈRES, 2004, p.35).

Chamar atenção para as lutas “locais”, para as reivindicações emergidas de sublevações, tornou-se central no pensamento de Foucault na década de 1970. Tratava-se de passar para o lado dos governados, “dominados”, e desprender-se dele no diagnóstico das forças que constituem nossa atualidade, interrogando as relações de poder (ARTIÈRE, 2004).

Essa preocupação que o autor chamava de “diagnóstico do presente” serve para nortear as considerações acerca do percurso traçado neste trabalho, na medida em que nos remete aos modos de subjetivação em funcionamento no currículo do Programa de Capacitação, que ao privilegiar a dimensão das relações de gênero, anuncia “tomar partido” em favor “das transformações nas relações de gênero na sociedade”. É em favor destas transformações que o currículo do Programa, em seus paradoxos e indeterminações, seleciona conhecimentos e estratégias que atendem às finalidades de constituição de sujeitos de determinados tipos.

As ferramentas conceituais foucaultianas permitiram o exercício analítico deste currículo, engendrado em práticas discursivas que articulam elementos heterogêneos que se atravessam, se justapõem e por vezes se excluem. Elementos que se referem às instituições envolvidas em sua composição e também a múltiplos interesses como os sistemas de sexo/gênero colocados em funcionamento nas cartilhas, a centralidade dos aspectos econômicos e a eleição do campo das políticas públicas como espaço de transformação social, na disputa de regimes de verdade constituídos por campos discursivos que lutam para impor como devem ser as relações de gênero.

Nessa luta por imposição sobre o que é gênero, divisão social e sexual do trabalho, poder e políticas públicas, que este currículo fabrica, produz-se sujeitos a que se dirige colocando em funcionamento estratégias de saber-poder que se articulam e se enfeixam. Estratégias que buscam incidir sobre mulheres que enfrentam dificuldades em casa, no trabalho e nas políticas públicas, por socialmente terem seu papel “naturalizado” e, portanto, serem

tratadas com desigualdade em relações de opressão. E buscam transformá-las em mulheres “empoderadas”, “produtivas” e “engajadas politicamente”.

Deste ponto de vista estes são os “lados” evidenciados nas cartilhas. As mulheres que vivem em condições de opressão e os tipos de sujeito que remetem à “superação” destas condições, é concebida a partir do ponto de vista econômico e político-governamental. E sua “natureza ilusória” como Foucault (Apud Artières, 2004) ressalta, diz respeito não apenas ao aprisionamento de modos de subjetivação na categoria mulheres e na eleição das qualidades e atributos que alcancem o horizonte da transformação das relações de gênero, da “igualdade”, mas também da natureza ilusória deste lugar de “superação” encarnar na chamada sociedade civil separada do Estado.

É deste modo que o lugar de quase-evidência do currículo analisado neste trabalho, ao propor os modos como as mulheres devem se relacionar consigo, com os outros e com o mundo, é questionado no sentido de recusar o que elas “são” ou devem “ser”, tentando imaginar, como nos diz Foucault (1995, p. 236) “o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas de poder moderno”.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, P. Dizer a atualidade. O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROSS, F. **Foucault:** a coragem da verdade**.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORGES, J.L. **História da Eternidade.** São Paulo: Globo, 2001.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade**.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____**.** Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G.L. **O corpo educado:** pedagogías da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CARRASCO, C. Introdução para uma economia feminista. **Proposta.** Rio de Janeiro: FASE, v. 28/29, nº103/104, p. 6-24, dez./mar. 2005.

CORAZZA, S. **O que quer um currículo?:** pesquisas pós-críticas em Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido.** 4 ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 2000.

FARAH, M. Gênero e Políticas Públicas. In: **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 12, nº1, p.47-71, 2004.

FASE. **Gênero e sexo:** agora homem vai ter que usar saia? Belém, 2001a. 30p. il.

_____. **Gênero e poder:** o tempo da política. Belém, 2001b. 30p. il.

_____. **Gênero e políticas públicas:** participando sem medo de ser mulher. Belém, 2001c. 30p. il.

_____. **Gênero e planejamento:** construindo os caminhos da igualdade. Belém, 2001d. 30p. il.

_____. Disponível em: < http://www.fase.org.br/ > Acesso em: 05 jan. 2009.

FONSECA, M. **Michel Foucault e a constituição do sujeito.** São Paulo: EDUC, 2003.

FONSECA, T.M.G. Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. **Psicologia em Estudo.** Maringá, v.11, nº 3, set/dez 2006.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de janeiro: Forense, 1995.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975/1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **A Arqueologia do saber.** 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Ética, sexualidade, política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. *Omnes et singulatim*: uma Crítica da Razão Política. In: MOTTA, M. (org.) **Estratégia poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. **As técnicas de si.** Disponível em: >>wwww.unb.br/fé/tef/filoesco/foucault Acesso em: mar. 2007.

_____. **O Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 35ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.

GARCIA, M. **Pedagogias Críticas e subjetivação:** uma perspectiva foucaultiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOHN, G (org). **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARAWAY, D. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu,** v. 22, p. 201-246, 2004.

_____. Um manifesto para os *cyborgs:* ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H.B. (org). **O feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

IBÁNEZ, T. O "giro lingüístico". In: IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo.** Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARROSA, J. Tecnologias do EU e Educação. In: SILVA, T.T. (org) **O sujeito da educação:** estudos foucaultianos. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LOPES, C.A; MACEDO, E. O pensamento curricular no Brasil. In: LOPES, C.A & MACEDO, E (orgs). **Currículo:** debates contemporâneos. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOURO, L.G. Teoria *queer* **–** uma política pós-identitária para a educação. **Revista Feminista**. Florianópolis, v. 9 n° 2, 2001.

_____ **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____ **Gênero, Sexualidade e Educação:** das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. [anais] Caxambu: ANPED, 2006. 1 CD-ROM.

MACHADO, L. Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A O. & BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MAIA**,** A**.** Sobre a analítica do poder em Foucault. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 7 (1-2): 83-103, out. 1995.

MAUÉS, J. Vestígios de investigações sobre currículo e formação de professores**.** In: Gonçalves, L.A.O. (org). **Currículo e políticas públicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1999.

PENA, M. Em busca da equidade de gênero. In: **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, v.15, n°1, 243-266, jan-abril, 2007.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RAGO, M. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. **VERVE**. São Paulo, v. 6, p. 279-296, 2004.

ROSE, N. Inventando nossos eus. In: SILVA, T.T. (org). **Nunca fomos humanos –** nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SANTOS, B. de S. Os novos Movimentos Sociais. In: LEHER, R. & SETÚBAL, M. (orgs**). Pensamento Crítico e Movimentos Sociais.** Diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOTT, J**.** Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** v. 20 (2), p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____**O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SACRISTÁN, J.G. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas. In: GARCIA, R.L.; MOREIRA, E. (orgs) **Currículo na contemporaneidade:** incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

SARTI, C. **A família como espelho**. Estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia Brasileira:** entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A.O; BRUSCHINI, C (orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos / Fundação Carlos Chagas, 1992.

SORJ, B. **A democracia inesperada:** cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

TREILLET, S. O Banco Mundial e a questão do gênero: “o novo consenso de Washington”. In: ATTAC-França. **Quando as mulheres ferem a globalização.** Ed. Mille et une nuits, 2003.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.